



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

DHIEGO NOGUEIRA SIMÕES

**DISCURSO, MERCADO E RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO: A OFENSIVA
IDEOLÓGICA DO CAPITAL SOBRE A SUBJETIVIDADE DO TRABALHO**

MACEIÓ

2019

DHIEGO NOGUEIRA SIMÕES

**DISCURSO, MERCADO E RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO: A OFENSIVA
IDEOLÓGICA DO CAPITAL SOBRE A SUBJETIVIDADE DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Discurso: Sujeito, História e Ideologia.

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho.

MACEIÓ

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S593d Simões, Dhiego Nogueira.

Discurso, mercado e relações de exploração: a ofensiva ideológica do capital sobre a subjetividade do trabalho / Dhiego Nogueira Simões. - 2019.

130 f.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.

Dissertação (mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 126-130.

1. Análise do discurso. 2. Subjetividade (Materialismo histórico). 3. Capitalismo.
4. Relações trabalhistas. I. Título.

CDU: 81'42:331



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

DHIEGO NOGUEIRA SIMÕES

Título do trabalho: "DISCURSO, MERCADO E RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO: A ofensiva ideológica do capital sobre a subjetividade do trabalho"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Luciana Nogueira

Profa. Dra. Luciana Nogueira (Univás)

Belmira Rita da Costa Magalhães

Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (PPGLL/Ufal)

Maceió, 12 de março de 2019.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas fundamentais para a realização deste trabalho.

A meus pais, Ivania e Isaac, por todo o afeto e apoio que sempre me deram durante toda a minha vida, bem como a meu irmão, Isaac Filho, por estar sempre presente.

À Priscila, pela compreensão e companheirismo incondicional nessa jornada em tantos aspectos singular que é a vida acadêmica.

Ao professor Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho, pela orientação comprometida, paciente e cuidadosa que é trilhada desde a graduação e que vem contribuindo significativamente para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador e ser humano.

Às professoras Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães, Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires e Dra. Luciana Nogueira, por aceitarem o convite para participar das bancas de qualificação e de defesa, contribuindo, assim, valiosamente, para o amadurecimento teórico-metodológico deste trabalho.

À Ana Paula e Juliana, pelo incentivo e pela gentileza do auxílio durante o processo de seleção e, também, ao Alexandre, pela interlocução e pelas revisões.

A todos os meus professores e colegas do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia – GEDON e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, com os quais aprendi demais durante as discussões nas aulas, nas reuniões e nos demais espaços em que tivemos oportunidade de conversar e refletir.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Agora eu me levanto pra trabalhar;
Peço a Deus nada me atrapalhe,
E se eu morrer de noite,
Que o meu trabalho valha alguma coisa.

Jack London (O Herege)

RESUMO

Este trabalho analisa o funcionamento do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho e seus sujeitos e investiga, especialmente, o processo de (re)significação do trabalhador contemporâneo, a partir de dizeres materializados no quadro televisivo *Emprego de A a Z*. No intuito de apreendermos a essência do funcionamento desse discurso, foi fundamental considerarmos a relação dialética entre língua, história e ideologia, lançando mão, para tal, dos estudos da Análise do Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux, com a necessária interlocução com a tradição científica e revolucionária do Materialismo Histórico de Marx, Engels e Lukács. Por ser uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2015), a AD entende que o sentido não existe por si mesmo, mas enquanto produto de uma construção sócio-histórica e que, assim, está sempre sujeito aos efeitos de determinação das posições ideológicas em jogo no processo (contraditório) de reprodução/transformação das relações de produção de uma dada sociedade. Nesse sentido, investigamos como o discurso empresarial sobre o trabalhador contemporâneo (re)produz a evidência da exploração da força de trabalho, traçando o perfil de um “novo” modelo de trabalhador, adequado às atuais demandas da produção, a partir de uma discursividade que exalta a liberdade, a autodeterminação e a competitividade entre os indivíduos, articulada à necessidade de maior engajamento da subjetividade do trabalho ao ideário das empresas. Entendemos, assim, que *Emprego de A a Z* funcionou como um meio privilegiado de divulgação de dizeres ideologicamente marcados por formações ideológicas dominantes, que necessitam inculcar constantemente, nos trabalhadores, a naturalização de sua condição de mão de obra para o mercado.

Palavras-chave: Discurso. Sujeito. Ideologia. Trabalho. Capitalismo.

ABSTRACT

This study analyzes the workings of business discourse on the world of labour and its subjects and investigates, especially, the process of (re)signification of the contemporary labourer, from sayings expressed in the television attraction *Emprego de A a Z*. In order to apprehend the essence of the functioning of this discourse, it was fundamental to consider the dialectical relationship between language, history and ideology, betaking, to do so, studies of Discourse Analysis (AD) developed by Michel Pêcheux, with the necessary interlocution with the scientific and revolutionary tradition of the Historical Materialism of Marx, Engels, and Lukacs. Since AD is understood as an intersectional discipline (ORLANDI, 2015), AD understands that meaning does not exist by itself, but as a product of a socio-historical construction and thus is always subject to the effects of determining ideological positions at stake in the (contradictory) process of reproduction/transformation of the relations of production of a given society. In this sense, we investigate how business discourse about the contemporary labourer (re)produces the evidence of the exploitation of the workforce, tracing the profile of a "new" model of labourer, adequate to the current demands of production, from a discourse that exalts freedom, self-determination and competitiveness among individuals, coupled with the need for a greater engagement of the subjectivity of labour to the ideals of companies. We understand, therefore, that *Emprego de A a Z* worked as a privileged means of dissemination of sayings that are ideologically marked by dominant ideological formations, which need to constantly inculcate in laborers the naturalization of their workforce's condition to the labour market.

Key-words: Discourse. Subject. Ideology. Labour. Capitalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ANÁLISE DO DISCURSO E A PERSPECTIVA MATERIALISTA.....	18
2.1 Trabalho e linguagem.....	19
2.2 Discurso, sujeito e história.....	27
2.3 O caráter material dos sentidos.....	38
3. LUTAS DE CLASSES, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS.....	46
3.1 Capitalismo, lógica do lucro e crise estrutural.....	47
3.2 Fordismo e toyotismo: os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.....	59
4. APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE OS SUJEITOS DO TRABALHO: O IDEAL DO MERCADO.....	70
4.1 O discurso empresarial e as tentativas de controle das subjetividades nos espaços de trabalho.....	75
4.2 É preciso ser o “melhor”: os efeitos de sentidos de competição e conflito entre os trabalhadores.....	88
4.3 Trabalhador gestor? Efeitos de sentidos de autodeterminação e individualismo nas relações de produção.....	99
4.4 O chefe está sempre certo: discurso, relações de poder e silenciamento da exploração do trabalho.....	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
6. REFERÊNCIAS.....	126

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o funcionamento do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho e seus sujeitos (trabalhadores x capitalistas). Assim, busca investigar o processo de produção de sentidos que (re)significa o trabalhador contemporâneo, identificando os caminhos traçados pelos efeitos de sentidos desse discurso e suas filiações sócio-históricas.

Nesse intento, a questão que nos suscita a desenvolver este trabalho pode ser definida da seguinte forma: há uma reconfiguração discursiva acerca dos espaços de trabalho, em geral, que materializam, por sua vez, atualizações de formações ideológicas basilares ao capital, produzindo o consenso e simulando a identidade de interesses na relação antagônica capital x trabalho?

Elegemos, assim, como objeto de nosso estudo o discurso empresarial veiculado por consultores de carreira, especialistas no mercado de trabalho que atuam “analisando” e “auxiliando” os indivíduos a “gerir” suas próprias carreiras. A nosso ver, esses profissionais atuam como porta-vozes do referido discurso. Assim, no intuito de compreender as contradições e determinações da sociabilidade capitalista na produção dos processos discursivos sobre o mundo do trabalho, selecionamos como *corpus* discursivo, dizeres veiculados no quadro televisivo *Emprego de A a Z*, no qual percebemos um processo privilegiado de materialização desse discurso.

Esse quadro foi exibido pela Rede Globo de Televisão no programa Fantástico, entre 2007 e 2008, sob a apresentação de Max Gehringer, consultor e autor de livros sobre carreira e negócios. A série contou com vinte e um episódios, os quais abordavam temas específicos relacionados a situações do mundo do trabalho. O roteiro incluía exemplos, entrevistas com trabalhadores e, ao final, orientações do consultor sobre as atitudes e padrões de comportamento considerados mais adequados às práticas laborais.

No intuito de apreender a essência do funcionamento desse discurso, com sua necessária imbricação dialética entre língua e ideologia, lançamos mão dos estudos da Análise do Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux. Assim como, a sua interlocução com a tradição científica e revolucionária do Materialismo Histórico de Marx, Engels e Lukács.

A AD, disciplina de entremeio, (ORLANDI, 2015) entende que o sentido não existe por si mesmo, mas enquanto produto de uma construção sócio-histórica e que está sempre sujeito aos efeitos de determinação das posições ideológicas em jogo no processo (contraditório) de reprodução/transformação das relações de produção de uma dada sociedade. Assim, a AD se propõe a ir além das vertentes que dominavam os estudos linguísticos, até então, como o estruturalismo e o gerativismo, sendo concebida, portanto, desde sua origem, como uma teoria crítica da linguagem (FLORÊNCIO et al., 2009), que elege o discurso como seu objeto de estudo.

É relevante, então, para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto, deixar clara a concepção de linguagem a qual nos filiamos, assim como, os seus pressupostos teóricos. Não consideramos a língua (assim como a linguagem) mero código transmissor de informações, ou mesmo, expressão do pensamento do sujeito. Concordamos com Lukács (2013, p. 41) quando diz que a linguagem é um complexo social decisivo que se põe em uma relação de inextricável imbricação com outras categorias, também decisivas para o desenvolvimento do ser social, quais sejam, o trabalho, a cooperação e a divisão do trabalho.

Isso, de modo algum, coloca a linguagem como uma categoria ontologicamente equivalente ao trabalho, enquanto categoria fundante do ser social. Sabemos que, tanto para Marx, como para Lukács, é no trabalho que se dá o decisivo processo de afastamento das barreiras naturais da humanidade, pois ele é o primeiro pressuposto de toda existência humana e condição fundamental de toda a história (MARX e ENGELS, 2009). Esse, enquanto ato de transformação da natureza para satisfação das necessidades básicas do ser humano, é a base ineliminável para a reprodução do mundo dos homens. Nesse sentido, o trabalho se desenvolve numa relação dialética e necessária de transformação do mundo objetivo e do indivíduo, ou seja, numa relação entre objetividade e subjetividade, na qual a objetividade tem precedência, pois a matéria é anterior à ideia (LESSA e TONET, 2008).

É desse momento inicial, o trabalho, que se desenvolvem, então, os demais complexos que formam a totalidade do ser social, dentre eles a linguagem e a consciência. Entendemos língua aqui como um complexo total onicompreensivo, sólido e sempre tão em movimento quanto a própria realidade social que reflete. O que significa dizer que, e aqui dialogando diretamente com Pêcheux, o Materialismo Histórico desenvolve uma concepção de língua enquanto atividade social, exposta às posições ideológicas em jogo numa conjuntura histórica determinada.

Trabalhamos, nessa perspectiva, considerando que não há neutralidade nas palavras, isto é, não há discurso que não seja orientado por uma formação ideológica. Do mesmo modo, não há sujeito que não seja determinado pela ideologia, através de sua identificação com os diversos discursos produzidos socialmente. Assim, tanto a concepção de discurso, isto é a relação entre língua e ideologia, quanto a de sujeito, são abordadas enquanto plenamente histórico-sociais.

Desse modo, a Análise do Discurso entende que o sujeito, determinado pela ideologia, sempre significa ao mundo e a si próprio a partir dos elementos de saber de uma determinada formação discursiva¹, sendo, assim, sempre “condenado” a interpretar. O discurso é, portanto, uma mediação simbólica entre o homem e a realidade natural e está na base da produção da existência humana, trazendo em si a possibilidade de permanência e continuidade ou de deslocamentos e transformação da realidade (ORLANDI, 2015), sem a possibilidade de que se configure um sujeito “engessado”, pois, como dizem Marx e Engels (2007, p. 35), “desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens”.

Refletindo sobre essa capacidade intrínseca do ser social de fazer história, Pêcheux aponta que “não há ritual sem falha”. Ou seja, o ritual ideológico de interpelação do sujeito está também sob a dialética da história e, portanto, constituído sobre a contradição e a possibilidade do novo, de transformação.

Propomos, portanto, a partir das análises, apreender o caráter material dos sentidos que sustentam as discursividades aqui investigadas, superando o nível do fenomênico e identificando a sua determinação histórica. Nos ancoramos em Pêcheux ao estabelecermos os caminhos tomados em nosso dispositivo analítico, pois como diz o autor sobre a relação dos sentidos com a história,

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2014, pp. 147-148).

¹ Abordaremos sua especificidade na próxima seção.

Discursivamente, essa movência de sentidos e sujeitos, se dá pelo próprio caráter de incompletude da língua, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo. O sujeito, assim, consegue transitar entre as fronteiras das formações discursivas. Nos diz Orlandi,

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados (ORLANDI, 2015, p.35).

E como o ser social cria o novo de acordo com os interesses ligados à sua sobrevivência, numa sociedade fundada no antagonismo entre classes, historicamente antagônicas, também o plano discursivo representará posições distintas. Pêcheux demonstra como as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção trazem em si as contradições e interesses expressos pela dimensão material desse processo. Podemos perceber, assim, pelas análises efetuadas, que o discurso empresarial sobre os sujeitos do trabalho precisa silenciar os sentidos ligados à memória da luta de classes e da resistência trabalhista, para instaurar em seu lugar uma discursividade de consenso, que suplante os sentidos vinculados ao conflito entre classes, no espaço de trabalho.

Sujeitos posicionados em diferentes classes terão diferentes formas de significar a realidade, pois o processo de reflexo do real na consciência, e as consequentes representações ontológicas daí originadas, estão orientados para interesses e necessidades distintos. A classe, segundo Marx e Engels (2009, p. 93), autonomiza-se, face aos indivíduos, que nela já encontram determinadas suas condições de vida, sendo lhes “dada [*angewiesen*] pela classe a sua posição na vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal” assim, “estão subsumidos a ela”.

É aí que se justifica o trabalho do analista do discurso e, também nesse caso, a proposta deste trabalho de desvelar os sentidos produzidos sobre o trabalhador e o mundo do trabalho contemporâneo. Em meio à circulação de vários dizeres que apontam para uma relação de “transparência” administrativa e equilíbrio no processo de gestão, perceptível na nova denominação atribuída aos empregados, os quais passam a ser, ao menos discursivamente, “colaboradores” e “associados”, dentre outros, temos que pensar o que representa essa nova discursividade no quadro geral do funcionamento do mercado de trabalho, com todas as suas contradições inelimináveis.

Desse modo, quando nos propomos a analisar os sentidos e os processos discursivos que permeiam a sociedade contemporânea, temos que, necessariamente, considerar que tal modelo de sociabilidade é determinado pela relação de exploração entre capital e trabalho visando a extração de mais-valia². Essa relação, de caráter fundante no modo de produção capitalista, carrega em si, e em todas as mediações dela originadas, traços do antagonismo ineliminável entre a burguesia e o proletariado. Apesar das mudanças ocorridas no mundo, desde o advento da primeira revolução industrial, essencialmente, essas duas classes se mantiveram enquanto tais, exploradora e explorada, no processo de produção. Nesse sentido, nos diz Tonet em seu prefácio à obra *A Ideologia Alemã*,

Entender a história é também apreender as relações contraditórias que vão se configurando entre os homens a partir das formas concretas da produção; como essas contradições vão dar origem à divisão do trabalho, ao surgimento da propriedade privada, à exploração do homem pelo homem, às classes sociais e à luta entre elas, ao problema da alienação, bem como a determinadas instituições jurídicas e políticas necessárias à reprodução de cada forma de sociabilidade (TONET in: MARX e ENGELS, 2009, p. 14).

O diferencial da sociedade burguesa para os modos de sociabilidade anteriores está no fato de que a burguesia compra do trabalhador apenas sua força de trabalho, ou seja, o sujeito que trabalha é, no aspecto formal, juridicamente “livre”. Nem escravos, nem servos partilhavam dessa condição jurídico-política, tendo sua própria vida vinculada ao senhor ou à terra.

Coloca-se, portanto, a necessidade de uma forma de controle sobre o corpo, o pensamento e o tempo dos trabalhadores para que, mesmo em sua condição de “liberdade”, sejam obrigados a manter determinado ritmo na produção e aumentá-lo sempre que requerido pelo capital. Com a complexificação das relações de produção capitalistas, aguça-se a divisão entre planejamento, coordenação e execução dos processos de trabalho, sendo as primeiras fases alvo do controle dos proprietários dos meios de produção. O advento da revolução industrial iniciou um padrão de produção em massa nas fábricas que sofreu sucessivos “aperfeiçoamentos” nas décadas seguintes e que encontrou o auge de sua uniformização e produtividade com o modelo de produção baseado nas ideias de administração de Taylor e o sistema de produção de Ford.

² Segundo Netto e Braz (2012, p. 111), a mais-valia constitui a forma típica que o excedente econômico adquire no modo de produção capitalista e a mediação pela qual o proprietário do capital obtém lucro ao se apropriar do sobretrabalho da classe produtora.

O chamado taylorismo/fordismo dominou a primeira metade do século XX, elevando o patamar da produtividade e, conseqüentemente, do controle sobre o trabalho vivo³ a números elevadíssimos. No entanto, o início da crise estrutural do capital expõe o esgotamento desse modelo de produção, não apenas por sua incapacidade de apresentar elementos para contornar a crise e reestabelecer os índices de produtividade, mas também pelas “brechas” deixadas no que se refere ao controle sobre o trabalhador. Considerado por Taylor como um “gorila amestrado”, fadado a ter sua subjetividade presa no ritmo monótono de sua estrita especialização, o processo real mostrou que havia forte resistência por parte dos trabalhadores, que organizaram greves e protestos significativos nesse período.

Põe-se, portanto, ao capital, a necessidade de rearticular o seu modelo de produção, garantindo maior extração de mais-valia e controle sobre o trabalho, inicia-se, assim, intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. O modelo de produção taylorista/fordista é, paulatinamente, abandonado. Em seu lugar, busca-se o incremento da taxa de produtividade em conjunto com o “enxugamento” do número de trabalhadores. Entra em cena, como tentativa de salvação para o capital, o modelo japonês de produção, ou simplesmente, toyotismo. Oposto ao modelo de produção em série e em larga escala, o sistema Toyota é pautado por uma metodologia de produção que se adequa à demanda, ao invés de criá-la, com produção e entrega mais rápida que os anteriores, baseado nos conceitos de empresa “enxuta” e “flexível”.

Além de uma reestruturação estritamente material, o toyotismo é também a expressão de uma ofensiva ideológica do capital. Sob o toyotismo, o homem produtivo é convocado a usar cada vez mais a razão, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital e sua demanda por “habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos” (ALVES, 2011). Sob a lógica da gestão toyotista, o trabalhador está submetido a uma sujeição qualitativamente maior que no modelo anterior, enquanto o taylorismo/fordismo é despótico, a “gestão de cunho toyotista é revestida de um direcionamento mais consensual, envolvente, oportunizando maior participação, quando, em verdade, é mais manipulatória” (ANTUNES, 2015).

Nesse processo, surgem as novas discursividades que, como dissemos acima, ressignificam o espaço de trabalho e o trabalhador contemporâneo que, agora enquanto um

³ Segundo Marx (1996, p. 323), configura-se como “um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador mas que rende muito ao capitalista, a conservação do valor preexistente do capital”.

“parceiro”, se encontraria em uma relação mais humana com o seu chefe, ou seu “líder”. No entanto, nos diz Bernardo (2009, p. 12) que “em vez de uma maior satisfação com a suposta humanização do trabalho, trabalhadores vêm apresentando cada vez mais queixas de sofrimento psíquico e doenças recorrentes dos fatores relacionados à sua organização”.

Portanto, entendemos que o discurso empresarial funciona nessa relação como mais um elemento de controle sobre os sujeitos, numa relação que Alves (2011) denomina como “captura” da subjetividade para designar um novo patamar de demandas e exigências sobre o trabalhador, que vai muito além da estrita especialização e do controle sobre o corpo. Esse discurso, em seu funcionamento contraditório, tenta “apagar as contradições sociais, principalmente as determinações de classe, que respondem pelo lugar das formações ideológicas a que se filiam os discursos, exaltando o consenso como a forma básica da sociabilidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 205).

As análises das materialidades selecionadas para esse trabalho se dão no intuito de superar a pretensa obviedade desse discurso, mostrando suas determinações e seu funcionamento, ou seja, aproximando-se do real em sua materialidade de sentidos. Com isso, pretendemos demonstrar como os dizeres que apontam, na superfície discursiva, para uma relação de humanização e colaboração nos espaços de trabalho, na verdade, funcionam como um simulacro de um processo de intensificação da exploração do capital sobre o trabalho, sob a evidência da colaboração entre classes.

Desse modo, organizamos esta dissertação em cinco seções, perfazendo um percurso estruturado entre teoria e análise, no movimento dialético que é próprio da Análise do Discurso Pêcheuxtiana, ancorada no Materialismo Histórico. Além desta introdução, trabalhamos, na seção 2, a especificidade dos dispositivos teóricos e analíticos da AD. Baseando nossas reflexões a partir de uma abordagem ontológica da linguagem (LUKÁCS, 1997;2013), pensamos as categorias fundamentais de discurso e sujeito e a relação indissociável entre língua e história, pela qual pode-se chegar ao caráter material dos sentidos (PÊCHEUX, 2014), na articulação entre discurso e condições de produção.

Na seção 3, traçamos um percurso sobre as condições de produção do discurso empresarial, investigando as relações sociais e econômicas centrais da sociedade capitalista, baseada na propriedade privada e no trabalho assalariado. Procuramos expor a lógica destrutiva do lucro que move essa forma de sociabilidade, processo que se intensifica com a crise

estrutural que assola as formações sociais regidas pelo capital e avança sobre o mundo do trabalho. Além de tais questões fundamentais para a compreensão do atual discurso empresarial sobre o trabalho, discutimos alguns pontos que se configuram essenciais quanto às formas de controle do capital sobre os trabalhadores, pensando desde a lógica do modelo de produção arquitetado por Taylor e Ford e chegando ao atual sistema toyotista de organização da produção, com as suas respectivas implicações ideológicas e discursivas.

A seção 4, por sua vez, é dedicada à análise do *corpus* selecionado para este estudo. A partir dos recortes efetuados, investigamos, nesta seção, como os dizeres dos profissionais de consultoria materializam o discurso empresarial e como essa discursividade funciona produzindo efeitos de sentidos sobre o mercado de trabalho e seus sujeitos contemporâneos, num processo que visa (re)significar a subjetividade do trabalho.

Por fim, na seção 5, tecemos nossas considerações finais, em que buscamos retomar o percurso percorrido durante a pesquisa. Nesse sentido, ressaltamos que o discurso empresarial, materializado nas sequências discursivas em questão, traça um imaginário sobre o perfil de trabalhador posto pelas atuais demandas do capital, que exige sujeitos envolvidos com os chamados valores da empresa, proativos, competitivos e autodeterminados, entretanto, sem jamais questionar o lugar a eles reservados no processo de produção.

2. ANÁLISE DO DISCURSO E A PERSPECTIVA MATERIALISTA

Na tradição dos estudos linguísticos há diferentes maneiras de se compreender a linguagem. Assim, antes de iniciarmos a discussão proposta para este trabalho, tomamos como necessário reafirmarmos a filiação teórica da qual partimos, visto a multiplicidade hoje representada pelos estudos que se reivindicam como parte da tradição científica da Análise do Discurso.

Nos filiamos nesta pesquisa à Análise do Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux, em fins dos anos 1960, na França. Em uma conjuntura histórica de forte contestação política, esse filósofo a planejou como uma disciplina que se propunha científica, mas que também pudesse servir como um instrumento de intervenção política na luta de classes.

Desse modo, entendemos como um gesto de coerência teórica – e também política – reafirmarmos nossa articulação com a tradição filosófica do Materialismo Histórico, desenvolvido por Marx e Engels no século XIX. Essa concepção de história, materialista e dialética, rejeita qualquer “fantasia” metafísica que visa pôr o sujeito como determinante absoluto do processo histórico. Portanto, assim como os autores citados afirmam n’*A Ideologia Alemã*, também para nós

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico (MARX e ENGELS, 2009, p. 24).

Também a investigação científica deve rejeitar à especulação e ater-se às determinações do objeto. Para Marx, a teoria é uma modalidade de conhecimento que se distingue das demais (arte, conhecimento prático, etc.) por suas especificidades, isto é, “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo” (NETTO, 2011). Isso implica em dizer que o processo de construção teórica deve ser determinado pelo real, pela existência concreta do objeto, que sinalizará, por sua vez, os caminhos que o pesquisador realizará para dar conta de apreender as múltiplas determinações nele sintetizadas. Isto é,

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito foi ao objeto (NETTO, 2011, p. 21).

Entendemos, portanto, que para trabalharmos a linguagem, e o discurso, em uma perspectiva que seja coerente com os princípios da AD, articulando a língua à historicidade social, devemos levar em conta “o lugar da categoria *totalidade* como fundamental no processo de reprodução da realidade no pensamento e a concreção desse processo em discurso” (AMARAL, 2007). Somente desse modo é possível ao pesquisador realizar o percurso metodológico que o leva das determinações mais complexas às mais simples do objeto, permitindo-lhe, depois, empreender o caminho de volta, rearticulando esse complexo enquanto *concreto pensado*.

Nesta dissertação, portanto, entendemos a linguagem como complexo parcial ontologicamente integrante da totalidade do ser social. Segundo Lukács

Com efeito, palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual são elementos interdependentes do complexo: tanto o ser social, como aqueles só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência no contexto de uma análise ontológica de tal ser, reconhecendo as funções reais que eles exercem dentro deste complexo (LUKÁCS, 1997, p. 49).

Assim, passemos agora a discutir sobre o desenvolvimento do ser social e de sua categoria central, o trabalho em seu sentido ontológico. Postas essas bases, poderemos depois avançar na reflexão sobre linguagem e história e sua relação constitutiva no discurso.

2.1 Trabalho e linguagem

Segundo Marx e, posteriormente, Lukács, o ato pelo qual o ser-humano se distingue da legalidade exclusiva e própria do ser natural é o ato de trabalho. É no processo de trabalho que o homem desenvolve suas potencialidades enquanto sujeito que produz a própria história, transformando o ambiente em que vive e, conseqüentemente, afastando-se do que Marx e Engels (2009) denominam de “barreiras naturais”. Isto é, a humanidade vai ficando cada vez menos dependente das variantes naturais para sobreviver, à medida que vai assumindo um lugar de maior controle em relação à natureza. Assim, Marx define o processo de trabalho como

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2014, p. 149).

Nesta pesquisa, consideraremos, então, a categoria do trabalho como central para o desenvolvimento das várias formas de sociabilidade existentes ao longo da história. Em outras palavras, tomamos o trabalho como a categoria fundante e a protoforma do ser social. Desse modo, também o complexo da linguagem, assim como os demais complexos sociais, tem o trabalho como o seu pressuposto insuperável de ser (ANDRADE, 2016).

É somente através da mediação do trabalho que se torna possível a ocorrência do que Lukács (1997, p. 3) nomeia salto ontológico, a transição que inaugura uma nova qualidade de ser, ontologicamente distinto das esferas naturais e inorgânicas. Momento predominante no ser social, que traz em si as determinações que vão marcar todo o agir humano. Segundo Lukács,

No trabalho estão gravadas *in nuce* (em germe) todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Deste modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso começar com a análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento destas determinações proporciona já um quadro preciso dos elementos essenciais do ser social (LUKÁCS, 1997, p. 5).

Assim, para tratarmos adequadamente da linguagem em sua dimensão ontológica, ou seja, como um complexo parcial integrante da totalidade social, é relevante abordar primeiramente essa que é a categoria fundante do ser social, complexo a partir do qual todos os demais, em maior ou menor grau, irão se desenvolver. Marx e Engels, ao apresentarem sua concepção materialista da história, deixam claro a prioridade do trabalho no desenvolvimento humano.

[...] temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, os pressupostos que os homens têm de estar com condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2009, pp 40-41).

O trabalho, portanto, é o processo de inter-relação entre homem e natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, que surgido pela necessidade da sobrevivência e reprodução humanas, realiza a transformação da natureza e também do homem, sendo todos os seus estágios produtos da autoatividade humana (LUKÁCS, 1997). Em outras palavras, o ser social é fundado pela capacidade que os homens têm de intervir na natureza, em um processo *intencional* de transformação com vistas a criar os bens necessários à própria existência.

Através da mediação do trabalho, portanto, a natureza é paulatinamente posta sob influência da ação dos homens. No entanto, como a relação é dialética, também esses sofrem a ação retroativa de seus atos conscientes sobre o ser natural, isto é, também a humanidade é afetada e transformada por sua ação no mundo, a partir do trabalho. Os homens ao trabalharem, transformam tanto o mundo a sua volta como também a si próprios.

Pensemos um pouco mais sobre o funcionamento da categoria do trabalho. Dissemos acima que o homem atua intencionalmente na natureza visando a sua transformação para obter os bens necessários à sua existência. Dissemos também que, nesse processo, os homens também transformam a si próprios. Ora, esse funcionamento só é possível porque, para intervir na realidade à sua volta, o sujeito consegue articular idealmente na consciência as ações que pretende efetivar na realidade objetiva, através da prévia-ideação, pois “a capacidade de realizar ações planejadas pela consciência, constitui a marca que diferencia os seres sociais das outras espécies animais” (MAGALHÃES, 2003, p. 76).

Do mesmo modo, para que o planejado se concretize com sucesso, é necessário que sejam apreendidos, já nesse momento ideal, os nexos causais dessa legalidade objetiva. Temos aqui, em síntese, o que Lukács considera como a essência do trabalho, isto é “uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade. Exclusiva e peculiar porque apenas no mundo dos homens a teleologia se faz presente” (LESSA, 2012, p. 60).

Para nossos propósitos, é fundamental que discutamos ainda um pouco mais sobre os dois polos distintos, mas complementares, do processo de trabalho: a teleologia e a causalidade.

Segundo Lukács (1997), a teleologia é, por sua própria natureza, uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece fins. Isto equivale a dizer que o agir humano é, fundamentalmente, uma sucessão de respostas singulares projetadas de forma ideal e prévia na consciência dos sujeitos. Ou seja, o ser humano é capaz de realizar abstrações acerca do meio em que se encontra e elaborá-las na consciência de acordo com uma intencionalidade determinada. Esse funcionamento é fundamental para entendermos a dependência ontológica da linguagem no processo de trabalho e iremos voltar a ele quando tratarmos da categoria do reflexo.

A causalidade, por sua vez, corresponde aos nexos causais do mundo objetivo (LESSA, 2016). É na relação estabelecida com a causalidade, ou seja, com a dada legalidade do mundo

objetivo, que o sujeito se defronta com a validação, ou não, daquilo que foi projetado idealmente em sua consciência, pois para produzir uma interação realmente válida, (LUKÁCS, 1997) esse deve transformar a causalidade, reorganizando-a sem alterar a sua essência, fazendo com que ela passe a ser agora uma causalidade qualitativamente posta (pelo sujeito).

Assim, a práxis social tem como base o agir teleologicamente orientado que implica um pôr de um fim e a mediação de uma consciência que o determina idealmente. Segundo Lukács é assim que

[...] o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito — mesmo que através de mediações às vezes muito complexas — se realizam sempre posições teleológicas, em última instância de ordem material. [...] O fato simples de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde as conversas cotidianas até a economia e a filosofia (LUKÁCS, 1997, pp. 7-8).

No entanto, para que qualquer pôr teleológico venha a ser concretizado, ou seja, transforme-se com sucesso em causalidade posta, é preciso que um determinado estágio de conhecimento sobre a legalidade do objeto alvo da intervenção seja apropriado pelo sujeito ponente. Isso não implica dizer que esse deva ter um conhecimento absoluto daquele aspecto do real, mas um *quantum* mínimo que o permita intervir e rearranjar determinadas propriedades causais necessárias ao seu projeto.

Temos, então, um componente fundamental do processo de trabalho e, conseqüentemente, do desenvolvimento do ser social, que é a categoria do reflexo. Sendo a essência do trabalho a articulação entre teleologia e causalidade, o reflexo se situa na necessidade que o sujeito tem em apreender de maneira mais próxima possível a legalidade dada da natureza. Assim, ele poderá “inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos” (LUKÁCS, 1997). É pelo reflexo que o sujeito, mediado pela linguagem, toma distância do mundo à sua volta, podendo refletir e produzir mediações mais complexas.

A eficácia desse reflexo operado na consciência do sujeito dependerá do momento da investigação e seleção dos meios para a realização da prévia-ideação, que pode demonstrá-lo

correto ou falso. Ou seja, é no momento da objetivação da posição teleológica, independente de sua validação ou não, que o sujeito se confrontará com um novo conhecimento. Esse momento do processo de trabalho é denominado exteriorização e diz respeito às transformações ocorridas no sujeito, pois, como vimos, esse transforma o mundo e se transforma ao mesmo tempo pela mediação do trabalho.

Reflexo do real e realização dos fins: estes são dois elementos decisivos, entre si heterogêneos, da complexa unidade que se desdobra no interior da categoria trabalho. Desse ponto de vista, a categoria do reflexo apenas tem existência efetiva como momento da busca dos meios e, portanto, sua gênese e seu desenvolvimento vêm associados à complexa totalidade consubstanciada pelo trabalho (LESSA, 2012, p.84).

Essa dinâmica, em linhas gerais, constitui a base do processo de produção do conhecimento, que funciona na articulação contraditória entre singularidade/generalização do saber adquirido. É por esse meio, que o sujeito, que já é sempre ontologicamente distinto do objeto, vai dele se afastando cada vez mais, a partir do desenvolvimento das relações de trabalho e da sociedade, os quais são sempre acompanhados por mediações mais ricas de articulações entre os complexos do ser social, incluindo a linguagem.

A realidade apresenta-se ao homem na sua forma particular; as coisas têm sempre ontologicamente uma característica que as torna, ao mesmo tempo, universais e singulares por isso, particulares. Para que haja apreensão do real pela subjetividade há necessidade de, a partir da particularidade, captar a singularidade e a universalidade (MAGALHÃES, 2003, p. 81).

A contradição entre singularidade/generalização se articula na produção do conhecimento decorrente da descoberta de um saber, que é sempre singular – pois orientado teleologicamente para um fim específico – com a relação que se dá desse novo conhecimento no período de consequências da causalidade. A partir daí, tanto poderá haver generalização para princípios conceituais, como também no sentido de difusão entre os demais membros da comunidade. Em ambos, joga papel ativo nesse processo a linguagem, como diz Silva Sobrinho,

A linguagem atua como mediação na acumulação/generalização, possibilitando a continuidade do devir humano. A linguagem surge a partir das relações que os sujeitos desenvolvem com a natureza e com os outros sujeitos, desse modo, sendo também constitutiva dos sujeitos, a linguagem está em todas as manifestações sociais, sofrendo as consequências de seu entrelaçamento (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 47).

De fato, a linguagem perpassa todas as manifestações sociais, pois tendo surgido para satisfazer as exigências do processo de trabalho, encontra-se, assim, intrincada nesse que, como vimos, constitui o modelo da práxis social. Além do mais, segundo Andrade (2016, p. 96), “as interações entre o complexo do trabalho e o complexo da linguagem são tais que os efeitos do

desenvolvimento do complexo da linguagem terminam por retroagir sobre o próprio trabalho e vice-versa”.

Ao mesmo tempo, estabelece-se também como um complexo constitutivo do sujeito, visto que permite a reprodução do real de forma ideal na consciência, o que servirá de orientação para a atuação prática desse sujeito no mundo, via objetivação e exteriorização. Assim, ao permitir o reflexo do real, e ao fixar e generalizar o conhecimento obtido nesse processo, a linguagem atua na elevação e complexificação da consciência frente à natureza, permitindo um distanciamento cada vez maior dessa em relação à objetividade.

Dizendo de outra forma, o ser social surge com a associação do pensamento à ação, através da capacidade de prévia-ideação que realiza o planejamento da ação antes da sua execução. Para que isso fosse possível foi necessária a constituição de uma linguagem qualitativamente nova, condição intrínseca para a leitura do mundo realizada pelo pensamento (MAGALHÃES, 2003, p. 77).

Nesse processo, a posição teleológica conscientemente realizada produz um distanciamento, no reflexo, da realidade e é com esta distância que surge e se aprofunda a relação sujeito-objeto no sentido estrito do termo (LUKÁCS, 1997). O reflexo, no entanto, por mais elaborado que seja na consciência, nunca poderá ter uma relação de identidade com o real. Como já dissemos, sujeito e objeto são ontologicamente distintos, pertencem a diferentes esferas do ser que, através da mediação do trabalho, entram em uma inter-relação dialética para a produção do novo.

No reflexo da realidade a reprodução se separa da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria dentro da consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade, porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela. Pelo contrário. No plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que não só se contrapõem entre si enquanto heterogêneos, do ponto de vista do ser, mas são até mesmo opostos: o ser e seu reflexo na consciência (LUKÁCS, 1997, p. 28).

Isso implica dizer que o mundo real e o sujeito cognoscente não podem ser jamais confundidos. Ou seja, no reflexo, a distinção ontológica entre as categorias de subjetividade e objetividade não é jamais cancelada, apesar delas, mesmo possuindo uma autonomia relativa, não poderem ser pensadas separadamente.

Segundo Magalhães (2003, p. 75), o processo de apreensão do mundo, isto é, da objetividade pelo sujeito, nos mais diversos níveis possíveis de ser efetuado, só se dá “através de categorias intelectivas que tornem possível a captação da relação de singularidade e

universalidade”. Como vimos, é a linguagem, que instrumentalizará a captação conceitual operada no reflexo, e, simultaneamente permitirá sua expressão (LUKÁCS, 1997), em sua capacidade de operar na articulação/contradição de fixação/generalização do conhecimento. Ainda nesse sentido, nos diz Lessa,

Dar nomes, desse modo, é uma operação extremamente complexa. Desdobra-se no interior da relação teleologia/causalidade, envolve a distância e a articulação entre sujeito e objeto que se desdobra no processo de objetivação/exteriorização, relaciona de modo reflexivamente determinante a categoria teórica e as determinações categoriais do ser-precisamente-assim existente, conecta dialeticamente a universalidade do nome e a particularidade do objeto concreto nomeado (LESSA, 2016, pp.76-77).

Até agora, tratamos da linguagem, em sua especificidade ontológica, isto é, como um complexo parcial em uma relação de autonomia relativa com os demais complexos que compõem a totalidade do ser social. Desse modo, em uma tentativa de sistematização e abstração das mediações essenciais ao seu desenvolvimento, iniciamos por aquela categoria que se caracteriza como fundante, o trabalho, em seu sentido ontológico, pois, como diz Lukács (1997, p. 49), é possível deduzir geneticamente a linguagem do trabalho, no desenvolvimento do ser social.

Discutimos, assim, o papel fundamental da linguagem no complexo de trabalho, que tem por essência a relação teleologia-causalidade. E nesse, mais especificamente, a função desempenhada no momento de apreensão da realidade, via reflexo, caríssimo para a ação do homem no mundo, através de posições teleológicas conscientemente orientadas. Abordamos, portanto, a linguagem nos processos predominantemente orientados pelas posições teleológicas primárias, ou seja, aquelas que visam a intervenção direta na natureza para transformá-la em valores de uso⁴.

Entendemos que o caminho não poderia ter sido outro, se, de fato, queremos trabalhar com uma perspectiva de linguagem ancorada no Materialismo Histórico e tendo o trabalho como categoria central e fundante do ser social. Podemos, portanto, a partir de agora, avançar em nossa discussão, compreendendo a linguagem como veículo indispensável (ANDRADE, 2016) para aquelas posições teleológicas que têm como função agir sobre a consciência das

⁴ Segundo Lukács (1997, p.5), “Até que não tenha entrado numa relação reflexiva com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa do que um produto do trabalho que o homem pode usar apropriadamente para a reprodução da sua própria existência”.

peessoas fazendo com que elas realizem posições teleológicas concretas desejadas por outras: as posições teleológicas secundárias.

A diferença básica entre os dois tipos de posições teleológicas é, pois, que, enquanto a primeira desencadeia cadeias causais, a segunda tem por objetivo o comportamento dos outros homens, isto é, provocar a mudança para uma nova posição teleológica. Essa diferença qualitativa tem como consequência: primeiro, a ampliação do círculo do desconhecido; segundo, a problemática da intencionalidade da ação é muito mais complexa (VAISMAN, 2010, p. 48).

A linguagem tem papel fundamental no desenvolvimento da instância ideológica que, segundo Lukács (2013), é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Entendemos, portanto, a ideologia como prática social que tem a função de dirimir conflitos, orientar e regular as práticas dos homens em todas as instâncias sociais. Sua especificidade ontológica está vinculada às posições teleológicas secundárias, as quais orientam as ações dos homens entre si, induzindo-os a assumirem posições, frente a situações postas por uma determinada formação social (FLORÊNCIO et ali., 2009).

Para Lukács, a ideologia tem duas formas particulares de existência na cotidianidade: em sentido estrito e amplo. Segundo Costa (s/d., p. 7), “a ideologia, em sentido amplo, se manifesta permanentemente na vida social, não sendo uma expressão circunscrita aos momentos de crise, nem aos conflitos de interesses entre os homens”. O que implica dizer que a ideologia está presente em todas as formações sociais como um atributo posto pela própria necessidade da vida cotidiana, pois como diz ainda Lukács (2013, p. 475), “assumir que tenha havido uma identidade total da consciência social de cada homem constituiria um preconceito metafísico”. Assim, pela consideração da ideologia enquanto função social, caem por terra interpretações que a tomam como falsa consciência, ou mistificação da realidade.

A ideologia, em sentido estrito, está ligada à sua função enquanto instrumento de luta social, a partir da divisão da sociedade em classes antagônicas. Assim, cada classe passa a refletir a realidade de acordo com suas representações ontológicas, ou seja, com interesses relativos à própria reprodução. Nesse sentido, nos diz Costa

Logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem concretamente meios para a sua resolução na forma de ideologia. [...] Em momentos de crise econômico-social de determinadas formações sociais, surgem formas ideológicas de pensamento, ou de práticas sociais, como respostas necessárias à mediação dos conflitos de interesses entre os homens, que tomam dimensão significativa como conflitos de classe (COSTA, s/d., p. 7).

Linguagem e ideologia, portanto, derivam do complexo de trabalho e, atuando com relativa autonomia, mediam a prática entre os homens e a realidade natural e social, retroagindo, inclusive, no próprio trabalho. Essa compreensão, de fato, define com clareza a especificidade do objeto discursivo que, sendo uma relação indissociável entre língua e história, atua na constituição de sentidos e sujeitos, a partir das necessidades e possibilidades postas pelo real da língua e da história.

2.2 Discurso, sujeito e história

Michel Pêcheux, ao propor o desenvolvimento de uma disciplina científica como a Análise do Discurso, pretendia pôr em questão as formas como tanto os estudos linguísticos, quanto os das ciências humanas, em geral, eram conduzidos. Segundo Henry (2014, p. 12), Pêcheux visava mesmo “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”, chegando a conceber o sistema desenvolvido para a sua Análise Automática do Discurso (AAD 69), “como uma espécie de ‘Cavalo de Troia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta” (Idem, p. 38).

Pêcheux, irá, ao longo do seu percurso teórico-investigativo, instaurar uma nova prática científica nos estudos da linguagem, concebendo o discurso como seu objeto de estudo e, conseqüentemente, a AD como uma teoria crítica da linguagem (FLORÊNCIO, et ali., 2009). Assim, segundo Amaral (2007, p. 16), a AD surge em oposição aos dois quadros teóricos que dominavam os estudos linguísticos, na década de 60. Quais sejam, o estruturalismo linguístico, legatário dos estudos de Ferdinand de Saussure que, com seu Curso de Linguística Geral, é considerado o fundador da linguística, enquanto ciência. Como também, quanto ao projeto da gramática gerativa transformacional, desenvolvido por Noam Chomsky, a partir da década de 50 do século XX.

É relevante ressaltar, também, para a adequada compreensão do que significou a proposta da AD, a conjuntura histórica em que essa foi gerada. A França de fins dos anos 1960, vivia um período turbulento, com inúmeros protestos e enfrentamentos não apenas nas ruas, mas dentro dos campi universitários, que fervilhavam de alunos e intelectuais exigindo reformas no sentido de uma maior modernização dos programas de ensino e descentralização do poder administrativo.

Em meio a tal efervescência social e política, são reclamadas, entre os intelectuais de alguma forma ligados ao estruturalismo⁵, novas propostas de leitura, ou releitura, de textos considerados clássicos. Pêcheux, então, pensa a AD como uma disciplina científica, mas, sobretudo, também como forma de instrumentalização de conhecimento que permitisse uma intervenção organizada na luta de classes. Segundo Courtine,

O aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa é contemporâneo à conjuntura política dos anos 1968-1970, dominada pelos acontecimentos de maio de 1968. O discurso flutuava perdido no espaço. Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e nas ruas. Mas, também, no silêncio das escrivatinhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrecrocavam: a luta de classes reinava na teoria. E questões surgiam: o que é um discurso teórico? E, sobretudo, o que é ler? Como reconhecer, em sua leitura, um discurso científico? A leitura dos textos aparecia, no interior do debate marxista, como um jogo teórico e político decisivo (COURTINE, 2006, p. 9-10).

Assim, desde o início do seu projeto teórico-científico-político, Pêcheux propõe romper com os dois vieses da linguística tradicional – estruturalismo e gerativismo – a partir da construção de uma teoria do discurso com base no Materialismo Histórico. Ou seja, uma teoria que não considere a língua/linguagem como uma entidade abstrata, que paira acima das relações que os homens travam entre si. E nesse raciocínio, nos diz o filósofo, sobre a sua proposta de interlocução da linguagem com os estudos históricos,

a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada (PÊCHEUX, 2014, p.22).

A citação acima nos permite perceber a proposta de radical⁶ historicidade a partir da qual Pêcheux irá pensar a questão das “práticas linguísticas”. Vemos, assim, como esse teórico marxista e militante revolucionário pensa a AD, enquanto uma forma de introduzir nos estudos linguísticos um debate, desconsiderado até então, que levasse em consideração a radical imbricação entre as categorias de sujeito, história, ideologia e inconsciente.

Desse modo, a AD surge como uma disciplina teórica de entremeio, por se situar no espaço de questões criadas pela relação entre diferentes áreas do conhecimento. Localizando-se entre a linguística e as ciências sociais (ORLANDI, 2006), interrogará a primeira por pensar

⁵ Segundo Henry (2014, p. 27), “O estruturalismo francês fez da linguística a ciência-piloto; os estruturalistas tentaram definir seus métodos tendo como referência a linguística, tendo também transferido um conjunto de conceitos linguísticos para quase todos os domínios das ciências humanas e ‘sociais’”.

⁶ Na perspectiva marxiana, radical significa investigar até a raiz, tocar a essência do problema.

a linguagem sem incluir o sócio-histórico. Por outro lado, colocará em xeque as ciências sociais por não considerarem a linguagem em sua materialidade.

Pêcheux (2014, p. 160), em seu texto em coautoria com Catherine Fuchs, faz questão de sinalizar, “para evitar qualquer equívoco”, o que constitui o quadro epistemológico geral da AD. Assim, são articulados, em seu dispositivo teórico, três regiões do conhecimento científico, quais sejam, “o Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações”; “a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo” e “a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Além disso, ressalte-se que todas essas regiões são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. Ainda sobre a especificidade teórica da AD, nos diz também Orlandi,

A análise de discurso vai colocar questões da linguística para a linguística assim como vai colocar questões das ciências sociais para as ciências sociais, interrogando-as, pois, no campo mesmo em que elas se constituem. Por seu lado, a análise de discurso não é uma resposta a essas questões. Ela vai mostrar que para responde-las é necessário deslocar-se de terreno constituindo outra região teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica. O que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer [...] (ORLANDI, 2006, p. 14).

Pelo que discutimos, até esse momento, podemos agora delimitar com maior clareza como a AD elege seu objeto de estudo e, a partir daí, entendermos sua especificidade frente à tradição dos estudos linguísticos. A Análise do Discurso não compartilha da dicotomia saussuriana que põe de um lado a língua e de outro a fala, numa tentativa de separar o que é exclusivo do linguístico do que é social. No discurso, o que é histórico e social são indissociáveis (ORLANDI, 2006).

Assim, é da confluência e articulação entre essas diferentes regiões do conhecimento, que são postas as bases sobre as quais Pêcheux irá estruturar a AD como uma disciplina de entremeio, elegendo o discurso como um novo objeto de estudo. Objeto esse que não se confunde com a língua, com a fala, ou com o texto; que não é equivalente à transmissão de informações, e “tampouco surge do psiquismo individual de um falante” (FLORÊNCIO et al., 2009).

O objeto discursivo deve ser tomado como um processo dialético pelo qual se dá a articulação da língua com a história (AMARAL, 2007), resultando em um objeto que é ao mesmo tempo linguístico, social e histórico. Nesse sentido, de acordo com Orlandi,

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

Finalmente, de acordo com as questões postas acima, podemos definir o discurso como efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2007). Definição que alça o funcionamento discursivo para além do tradicional esquema elementar da comunicação, de acordo com o qual basta que uma mensagem, transmitida de um emissor para um receptor, tenha um código comum a ambos, para que se obtenha com eficiência uma interação comunicacional.

Para Pêcheux a questão do sentido ultrapassa o campo da Linguística, uma vez que essa ciência, em sua perspectiva dominante, considera a língua em si e por si mesma, deixando de fora a história e o sujeito. Desse modo, Pêcheux orienta sua tomada de posição diante desses saberes objetivando compreender os mecanismos de determinação histórica dos sentidos (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 38).

Na perspectiva da AD, a língua só significa ao estar inscrita na história, ao sofrer as determinações ideológicas postas em jogo pelo processo de luta de classes de uma dada sociedade em um determinado momento histórico. Ou seja, o processo de constituição dos sentidos (e do sujeito) expressa, no plano ideológico, o movimento contraditório das condições de reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014), do qual é resultado. Assim, segundo Pêcheux,

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Entende-se, portanto, que a língua não pode ser reduzida a mero código, nem tampouco os sujeitos envolvidos no processo de comunicação a simples decodificadores, pois as relações aí envolvidas convocam complexas redes de identificação e constituição de sujeitos e de sentidos. Desse modo, tanto os sentidos como os sujeitos formam uma questão aberta, no que diz respeito a seu processo de significação, visto que a incompletude é a condição própria de funcionamento da linguagem (ORLANDI, 2015).

Pêcheux (2014), ao tratar da questão do sujeito, preocupa-se em desenvolvê-la de maneira a preservar sua distinção ontológica, isto é, a capacidade própria da subjetividade de atuar no mundo imprimindo-lhe sua marca e produzindo o novo. Nesse sentido, afirma que “uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em

reproduzir, como um de seus objetivos teóricos, o ‘sujeito’ ideológico como ‘sempre-já dado’” (Idem, p. 121).

Assim, segundo Silva Sobrinho (2007, p. 60), Pêcheux expõe sua compreensão da subjetividade através de uma postura que busca escapar do mecanicismo, traçando diferenças entre *o lugar social do sujeito*, determinado na estrutura social e as formas *como é representado nos processos discursivos*, da ordem das formações imaginárias. Portanto, há um deslocamento entre o lugar objetivo do sujeito e suas formas de projetar a si próprio e o mundo a sua volta, que é possível somente devido a sua entrada na ordem do simbólico, que o compromete com os sentidos e o político, e o obriga a interpretar o mundo, tomando posição diante das filiações sócio-históricas que sustentam os dizeres que circulam na sociedade.

O sujeito sofre sempre injunção a interpretar, entretanto, as formas desse processo não são atemporais. Segundo Orlandi (2012, p. 104), “a determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos tem uma forma material concreta nas diferentes formas sociais”. A sociedade contemporânea, regida pelo modo de produção capitalista é dominada pela lógica do mercado em todas as suas instâncias. A grande feira em que se tornou a sociedade da “aldeia global”, produz relações sociais mediadas primordialmente pelo balcão de negócios (CHASIN, s/d). Isso implica em que, mesmo nas situações mais privadas e íntimas, como as relações familiares, por exemplo, predominam relações de propriedade e de compra e venda.

O discurso empresarial sobre o mercado de trabalho traz a marca dessas contradições que se tornam cada vez mais agudizadas. Como decorrência da submissão ao trabalho estranhado, a subjetividade do trabalho deve se tornar uma mera mercadoria, a ser vendida e comprada no mercado, como poderemos ver em algumas das sequências discursivas que serão analisadas na Seção 4.

SD1 – Nas empresas existem três tipos de funcionários: o bom, o ruim e o bonzinho. O Bom é o que tem um produto maravilhoso para vender: ele mesmo. Quando o bom faz alguma coisa, a empresa inteirinha fica sabendo.

SD4 “[...]Marketing é o conjunto de ferramentas que uma empresa usa para fazer com que seus produtos sejam conhecidos, apreciados e comprados. Marketing pessoal é um profissional fazer exatamente a mesma coisa, só que em benefício da própria carreira.”.

Assim, a subjetividade produzida por esse modo de sociabilidade passa a se preocupar cada vez menos com as necessidades do mundo à sua volta, pois precisa estar engajada em tirar vantagem de tudo e de todos, não importando qual o preço a ser pago para isso (LESSA, 2009).

Sob o signo da fetichização da mercadoria, a forma-sujeito capitalista é radicalmente alienada, tanto em sua constituição interna, quanto em suas relações com os demais sujeitos.

A ideologia, materializada neste discurso, é fundamental para o bom andamento das relações de produção, isto é, para que os sujeitos aí envolvidos continuem negociando “livremente”, por sua “própria vontade”, sua força de trabalho com os proprietários dos meios de produção. Esse sujeito, originado das revoluções industrial e francesa, é pressuposto para a formação social capitalista, na qual supostamente todos os homens devem nascer iguais e com as mesmas oportunidades.

Portanto, a forma-sujeito forjada por essa formação social é a do sujeito jurídico, livre, com direitos e deveres, deixando para trás o típico sujeito medieval submisso à religião. Segundo Pêcheux, essa forma-sujeito se constitui sob o signo da autonomia, necessária para que o sujeito seja responsabilizado diretamente por situações desfavoráveis que resultam da própria estrutura de exploração de classes. Em outras palavras, o trabalhador pobre passa a ser significado, por exemplo, como um sujeito “fracassado” que tem completa responsabilidade pelo estado de miséria que por acaso venha a se encontrar. Assim, a ideologia, materializada no discurso

[...] fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Ao dizer que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia* [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Assim, para se compreender a questão dos sentidos e dos sujeitos, é preciso que o analista de discurso a considere a partir de sua historicidade. Como propõe Pêcheux, é preciso que se extrapole os limites da linguística e se direcione a investigação também para o real da história. Esse deslocamento implica apreender as relações contraditórias que vão se configurando entre os homens, a partir das formas concretas de produção (TONET, 2009), pois é na práxis que os sujeitos significam o mundo e a si próprios. Na formação social capitalista,

Todas as dimensões da individualidade estão submetidas à lógica da mercadoria, fazendo com que desde a forma material, em que a estrutura psíquica se manifesta, o corpo do indivíduo, e suas ideias e práticas, inclusive a discursiva, estejam a ela subsumidas (FLORÊNCIO, et ali., 2009, p. 56).

O sujeito, inscrito no simbólico desde que vem ao mundo, ao nascer já encontra toda uma rede de significações às quais é apresentado, a partir de dizeres ideologicamente marcados

(re)produzidos nas primeiras instituições sociais a que tem acesso, como a família e a escola. É na relação com essas discursividades que os sujeitos elaboram seus primeiros processos de identificação, (re)produzindo discursos “x” ou “y”, em uma malha de evidências subjetivas que opera naturalizando os sentidos e a identidade do próprio sujeito.

Pêcheux (2014, p. 162) afirma a íntima articulação do processo descrito acima com o que seria próprio à “região da ideologia”. Descrevendo a instância ideológica como “uma das condições (não econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica”, o autor reafirma a ideologia enquanto um complexo específico que possui uma autonomia relativa das relações de produção, mas que também retroage sobre elas, a partir das mediações oriundas da complexificação da divisão social do trabalho, como afirmamos anteriormente. Segundo o filósofo,

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 162).

Sendo o discurso a materialidade específica da ideologia, por sua vez, esse tem sua materialização dada na língua. E é na relação língua-discurso-ideologia que a AD trabalha (ORLANDI, 2015), pois é nela que se dá a determinação do sujeito e de suas formas de representação, nos/pelos processos discursivos. Mais especificamente, é na figura da interpelação que esse processo se consubstancia. A interpelação é o mecanismo pelo qual o sujeito é convocado a ser sujeito do (seu) discurso.

A interpelação produz assujeitamento e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito, afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer (MAGALHÃES, MARIANI, s/d. p. 2).

Ou seja, o sujeito do discurso se constitui em um “tecido de *evidências ‘subjetivas’*” (PÊCHEUX, 2014) que o produzem como origem de si e senhor absoluto de seu dizer. Pêcheux utiliza a metáfora do “pequeno teatro teórico da consciência” para exemplificar como o sujeito, mesmo antes de vir ao mundo, já é “falado” por inúmeros discursos que já o “significam” ideologicamente (vide, por exemplo, o processo, e a diferença, de preparação da família para receber um bebê do sexo masculino ou feminino). Entretanto, o sujeito não consegue se dar

conta dessas determinações que já “falam antes”, pois percebe a si e ao mundo como evidentes, como diz, mais uma vez, Pêcheux,

Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a *evidência* de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “idéias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o *quidam* que *se achará aí*; e isso sob diversas formas impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 145).

A forma-sujeito da sociedade capitalista é determinada por “relações sociais jurídico-ideológicas” que a produzem como livre e submissa. Isto é, como já dissemos, o sujeito da sociabilidade capitalista precisa ser livre e responsável por suas ações, pois esse é o requisito ideológico fundamental para que entre nas relações contratuais de mercado em uma relação imaginária de igualdade.

Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”: “[...] tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência primeira’ (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.)” (PÊCHEUX, 2014, p. 138-139).

Esse processo é possível devido à ação da ideologia que, materializada no discurso, naturaliza o processo histórico que sustenta as relações sociais típicas da sociedade contemporânea que, baseadas na exploração do homem pelo homem, demandam sujeitos que sejam “voluntários” em assumir seus lugares nos diferentes postos de trabalho (PÊCHEUX, 2014). Assim, a partir de uma pretensa transparência da linguagem, tem-se uma estruturação de filiações imaginárias relativas à homogeneidade dos sentidos. Produz-se, também, a ilusão da unidade do sujeito, apagando-se a sua condição enquanto posição-sujeito dada (ORLANDI, 2012), isto é, posição entre outras possíveis.

Para a Análise do Discurso, o sujeito é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, ou seja, não se dá conta de sua constituição por um processo do significante no funcionamento da linguagem na interpelação ideológica e na identificação imaginária a determinados sentidos. Desse ponto de vista, falar do sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, que traz marcas do discurso do Outro, o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer nem controla tudo o que diz (MAGALHÃES, MARIANI, s/d., p. 11).

Entretanto, não só a ideologia se faz presente no funcionamento da interpelação, o que faz Pêcheux, a partir das leituras de Freud e Lacan, também desenvolver os conceitos de

esquecimento 1 e 2 para demonstrar o papel desempenhado pelo inconsciente nesse processo. O esquecimento 2 é caracterizado como da ordem da enunciação e é o mecanismo responsável por “levar” o sujeito a ter a ilusão de controlar os sentidos daquilo que diz, “esquecendo-se”, da sua determinação pelo discurso, mais precisamente, por sua formação discursiva.

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 2014, p. 161).

O esquecimento 1, por sua vez, é relativo à ordem do inconsciente. É através dele que o sujeito constitui(se) uma relação imaginária de homogeneidade quanto à própria identidade, caindo na contradição denominada ironicamente por Pêcheux como “efeito Münchhausen”.

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n° 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 2014, p. 162).

Com isso, ressaltamos que o fato de ser ter o inconsciente atuando na produção dos sentidos e do sujeito de modo algum resulta em contradição com a perspectiva de subjetividade desenvolvida pelo Materialismo Histórico, como discutimos na subseção 1.1. Segundo Marx, os homens atuam no mundo conscientemente, transformando-o, de acordo com as necessidades e possibilidades postas pelo real. Entretanto, como afirma Silva Sobrinho (2007, p. 72), é preciso que o analista do discurso tenha cuidado para não cair no equívoco de não “compreender que ter consciência, numa perspectiva marxiana, não significa ter controle de todos os atos e dos resultados advindos deles”.

Nesse sentido, lembremos que Lukács (1997, p. 13) afirma que a essência do trabalho, protoforma do agir humano, é a síntese entre teleologia e causalidade. Portanto, a práxis humana envolve intencionalidade, prévia-ideação, entretanto após o ato ser efetivado não há condições de prever a forma como ele será absorvido socialmente, nem o limite dessa absorção (MAGALHÃES, 2003). Isto é, há um período de consequências que não é completamente apreensível ao sujeito, chegando mesmo a independê-lo. Além do mais, na própria apreensão da legalidade do real, no processo de reflexo, seria inviável que o sujeito só pudesse agir ao apreender toda riqueza e complexidade envolvida na dinâmica desse real.

Desse modo, ressaltamos a plena compatibilidade entre a tradição de estudos do Materialismo Histórico e a articulação com o inconsciente. Pêcheux, ao desenvolver a Análise do Discurso, propõe que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados, sem, no entanto, se confundirem. É pelo funcionamento do discurso, pela articulação da língua com o ideológico, do político com o simbólico, que essas instâncias se articulam, convocando sentidos e produzindo subjetividades, pois não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.

[...] em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem – o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (PÊCHEUX, 2014, p. 132).

Dessa forma, os processos discursivos e a produção de sentidos são sempre contraditórios, pois trazem em si as marcas das determinações histórico-sociais, reproduzindo os valores e perspectivas das diferentes posições de classe, ou seja, reproduzindo diferentes posições ideológicas.

Quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social. Torna-se mediação nos conflitos de interesse gerados no campo econômico, que são enfrentados mediante a criação de complexos sociais ideológicos, com a função de regular as relações entre os homens, em resposta a necessidades da totalidade social. A ideologia com essa função restrita, tanto em forma ideal quanto em forma prática, pode agir no sentido de manter ou modificar aspectos da realidade social, retroagindo sobre os processos econômicos em curso (COSTA, s/d, p. 12).

O papel da ideologia se torna de fundamental importância para a manutenção da ordem em uma sociedade marcada pelo antagonismo de classes, na qual uma classe precisa se resguardar e manter a outra sob “controle”, como é o caso da sociabilidade capitalista. A ideologia age, então, na produção do consenso, através de sua materialização discursiva e ação específica nas diversas instituições sociais, o que resulta que em uma formação social marcada pela dominação de classes, a ideologia dominante será a da classe dominante (MARX e ENGELS, 2009), ainda que não livre de contradições.

É próprio do funcionamento da instância ideológica atuar na representação imaginária constitutiva da interação do sujeito com a realidade social e natural. Marx e Engels, n’A *Ideologia Alemã* (2009), ao tratar das representações sociais, afirmam que essas são resultado da práxis dos homens que ao travarem as relações necessárias para sua organização, produzem

os elementos de saber necessários para corroborar tais relações. Esses, por sua vez, serão mais ou menos alienados, a depender da alienação presente na base social.

No que concerne ao objeto discursivo, podemos entendê-lo como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história, estando também na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2015). E como a língua é sujeita à falhas e ao equívoco, é sob a marca da falta e da incompletude que se dá a relação entre sujeito e sentidos. Sem haver uma conexão direta, termo a termo, entre sujeito, linguagem e mundo, a referida relação ocorre com a intervenção da ideologia, via discurso, como já dissemos.

Desse modo, sujeitos e sentidos são, necessariamente, atravessados pelas diversas posições ideológicas postas em jogo na sociedade. Na formação social capitalista, constituída pela luta de classes, as relações conflituosas de dominação e exploração entre as classes têm sua expressão também no plano ideológico. Nesse, a relação de dominância ocorre também no sentido da ideologia da classe dominante (MARX e ENGELS, 2009), que tende a predominar sobre as outras classes e suas expressões ideológicas. Segundo Amaral,

As relações sociais nesta sociedade de classes são conflituosas e estão sempre à mercê da ideologia dominante, em busca de simulações de evidências de coerência das relações sociais. A ideologia produz mecanismos para a conservação das diferenças entre trabalhador e capitalista, necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção na sociedade de classe. Pode-se dizer, então, que a ideologia tem a função de “mostrar” aos sujeitos da produção seu lugar no interior desta sociedade (AMARAL, 2007, pp. 24-25).

Orlandi (2012, p. 99), por sua vez, sinaliza que “o sujeito, na análise do discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. É essa projeção que transforma a situação social determinada pela estrutura social em posição-sujeito de um discurso. Em outras palavras, o sujeito se constitui através de gestos de interpretação diante das possibilidades de identificação discursivas dadas pelo real do discurso.

Assim, o sujeito é materialmente dividido, pois é exposto às determinações históricas e às contradições ideológicas que perpassam a sociabilidade capitalista, determinado pela ideologia, materializada no discurso, e pelo inconsciente. É, assim, irremediavelmente sujeito ao simbólico (ORLANDI, 2015), não pode evitar a injunção a interpretar, a se identificar e tomar posição diante das conflituosas filiações sócio-históricas dos dizeres que circulam na sociedade.

Entretanto, é importante ressaltar, antes de finalizar essa subseção, que, para Pêcheux, o sujeito não sofre o engessamento que seria resultante do estruturalismo althusseriano. Ocorre que Pêcheux ressignifica a figura da interpelação ideológica, formulada inicialmente por Althusser, ao acrescentar o termo “transformação” na fórmula sobre as condições ideológicas de “produção/transformação das relações de produção”.

Dessa forma, entende o autor ser o sujeito do discurso não apenas um ser robotizado que responde de forma passiva às diversas interpelações discursivas. Pelo contrário, pois o sujeito, além de ser capaz de resistir aos processos de interpelação, pode chegar mesmo a se contra-identificar, ou até a se desidentificar, de determinada formação discursiva na qual esteja constituído. Argumenta Pêcheux,

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...) (PÊCHEUX, 2014, p. 277).

Assim, a AD pressupõe um sujeito que faz escolhas, que decide e agita as filiações de sentidos (SILVA SOBRINHO, 2007), que é capaz de avaliar possibilidades postas e determinar conscientemente sua produção discursiva, ainda que, como dissemos, não haja tal domínio consciente sobre todas as fases desse processo. Segundo Magalhães (2003, p. 87), a entrada para essa possibilidade se faz a partir do esquecimento 2, podendo esse “ser a porta de entrada para que a palavra esquecimento possa ser entendida como possibilidade de marcas de autoria”.

Portanto, o trabalho discursivo só pode ser compreendido como resultante das condições materiais de organização dos homens. Assim, as tentativas de investigação acerca da linguagem, e sua relação com os homens, que ignorarem esse fato, estarão fadadas ao idealismo.

É nesse sentido que Magalhães (2003, p. 75) afirma que o discurso é “práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam a sua objetivação”. Por isso, na próxima subseção, abordaremos a questão do caráter material do sentido, ponto de chegada para qualquer análise materialista do discurso.

2.3 O caráter material dos sentidos

O surgimento da AD está fortemente vinculado às questões políticas, como já sinalizamos, anteriormente. Michel Pêcheux não se colocava apenas como um acadêmico

limitado aos muros da universidade, mas como um pesquisador revolucionário, que pretendia desenvolver instrumentos rigorosos de pesquisa e que fossem significativos para a dimensão teórica e prática da luta de classes.

A crítica feita por Pêcheux sobre a utilização de instrumentos nas ciências sociais é um ponto crucial. Se ele concebeu sua análise automática do discurso como um instrumento, este não era de nenhum modo análogo aos que ele via nas ciências sociais. [...] Neste ponto, sua crítica ao modo de se servir dos instrumentos nas ciências sociais confunde-se com sua crítica às ciências sociais em si mesmas, uma crítica que diz respeito à ligação dessas ciências com o político (HENRY, 2014, p. 19).

É fato que as primeiras pesquisas desenvolvidas pela AD, desde a Análise Automática do Discurso (AAD 69), tiveram como objeto de estudo os discursos políticos, mais frequentemente os de esquerda. Esses primeiros trabalhos, muitas vezes, buscavam apreender as especificidades, os limites, alianças e contradições nas materialidades discursivas analisadas. Pêcheux⁷ explicita sua posição sobre esse primeiro momento afirmando que a AD surge na “forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado”. Assim, criticava-se ou justificava-se determinados discursos a depender de fatores como a posição na qual estavam inscritos. Sobre isso também nos diz Courtine,

Se a Análise do discurso político está ligada a objetos atravessados pela luta de classes, se, em Análise do discurso político, todo discurso concreto remete a uma posição determinada na luta ideológica de classes, então é bem possível que o sentido primeiro de uma intervenção do materialismo histórico nesse campo teórico-prático seja o de lhe devolver os princípios, esquecidos de maneira diferente pelo sociologismo ou pelo teoricismo, da *primazia da contradição sobre os contrários*, bem como do *caráter desigual da contradição* (COURTINE, 2014, p. 35).

Pêcheux, considerando esse “duplo princípio” da “contradição como um *princípio teórico* que intervém na representação do real histórico”, e simultaneamente como “um objeto de análise, no sentido que é a contradição desigual entre formações discursivas antagonistas” (COURTINE, 2014), avança no que se refere ao objeto de estudo da AD. Superando (sem, no entanto, rejeitar) o privilégio dos textos que materializavam os discursos políticos e destacando os processos discursivos que emergem do cotidiano, em seu texto “Discurso: estrutura ou acontecimento”, ressalta a força que tem o acontecimento discursivo produzido no cotidiano

⁷ Em seu prefácio ao livro de Courtine: “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”.

em desestabilizar e produzir sentidos, agitando as redes de filiações sócio-históricas dos sentidos.

Como já sinalizamos, anteriormente, o pressuposto teórico central da AD encontra-se nas definições de discurso enquanto efeito de sentidos entre interlocutores, e também na de discursivo enquanto processo social cuja especificidade reside em sua materialidade linguística, em seu encontro com a ideologia (MARIANI, 1998). Desse modo, a AD entende que o sentido não existe por si mesmo, sendo determinado histórica e socialmente e estando sempre sob os efeitos de determinação das posições ideológicas em jogo no processo contraditório e desigual de reprodução/transformação das relações de produção de uma dada sociedade. Assim,

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Ressaltamos, novamente, essa posição teórica central, para melhor compreendermos o caminho que deve seguir o analista para desconstruir as evidências produzidas pela ideologia e desvelar os sentidos naturalizados no discurso. É a partir dos gestos de interpretação tomados para empreender a análise, calcados nos dispositivos teóricos e analíticos da AD, que o pesquisador se instrumentaliza para apreender além do nível meramente fenomênico do real, aproximando-se o máximo possível – no limite permitido pela distinção ontológica presente na categoria do reflexo – da essência do objeto discursivo. Em suma, a função do analista pode ser resumida a partir de sua capacidade de apreender o caráter material dos sentidos, isto é, de compreender a historicidade que sustenta sua construção (ORLANDI, 2012). De acordo com Pêcheux,

é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamamos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Pêcheux afirma ainda que o caráter material dos sentidos é constitutivamente dependente do que chama “todo complexo das formações ideológicas”. E então apresenta duas

teses para explicar o modo como essa dependência ocorre. A primeira expressa que “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (Idem, p. 146). A segunda, por sua vez, afirma que “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas*” (Idem, pp. 148-149).

Decorre dessas teses algumas categorias fundamentais para a AD e que buscaremos discutir a partir de agora. Da primeira, tem-se a categoria de Formação Discursiva (FD), da qual as palavras, expressões e proposições, etc., tiram seu sentido. Pêcheux a define assim:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Portanto, é da sua inscrição em uma, e não outra FD, que os sentidos de determinado discurso são produzidos, pois se a FD representa o campo de elementos de saber que determinam *o que pode e deve ser dito*, o que resulta desse mecanismo é que o sujeito diz “x” para, necessariamente, não dizer “y”, em uma *tentativa* de controlar esse dizer que representaria o dizer do “outro” atravessando o “seu”, um elemento proveniente de uma FD antagônica fronteira. Orlandi, em seu texto sobre o silêncio e suas formas, representa de forma didática esse funcionamento, quando diz que

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção da linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2007, pp. 73-74).

As formações discursivas, ressaltamos, não são homogêneas e com sentidos estáveis, pois estão em constante inter-relação com outras formações com as quais estabelecem fronteiras. São, portanto, porosas (INDURSKY, 2011) podendo incorporar ou ceder elementos de saber próprios para serem ressignificados por outras.

Enfim, sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 165).

É no interior das formações discursivas que os sujeitos são interpelados pela ideologia, tornando-se sujeitos-falantes, ou seja, sujeitos de “seu” discurso, assumindo uma posição-sujeito, dentre outras possíveis. Decorre desse processo a ilusão do sujeito ser dono do seu dizer, o que foi convencionado como esquecimento 2, e já discutido anteriormente.

Pêcheux estabelece ainda, a partir dessa primeira tese, uma distinção entre o que seria da ordem da língua e da ordem do discurso. Segundo o autor, a língua e sua estrutura seriam a base necessária para o acontecimento do processo discursivo, sendo os sentidos não definidos na primeira, mas na segunda forma de funcionamento. Daí a afirmação que palavras, expressões e proposições iguais mudem de sentido a depender das formações discursivas em que estejam inscritas, como também a possibilidade do inverso, isto é, palavras, expressões e proposições diferentes terem sentidos iguais. Essa mobilidade

[...] representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 2014, p. 148).

A segunda tese, por sua vez, aponta que é próprio do funcionamento da formação discursiva dissimular, pelo efeito de transparência do sentido, a sua dependência material constitutiva do “todo complexo com dominante” das formações discursivas, ou interdiscurso.

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p.149).

O interdiscurso, intrincado no complexo das formações ideológicas, constitui-se como o exterior específico do discurso. É o elemento que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente”, mas que irrompe no discurso do sujeito como a exterioridade constitutiva desse discurso (ORLANDI, 1998), como o estranhamente familiar.

É pela marca do interdiscurso no discurso do sujeito, no interior de uma dada formação discursiva, que se dá a determinação ideológica desse, através da inscrição da referida formação discursiva em uma formação ideológica que também a determina. O que nos leva a ressaltarmos, mais uma vez, a fundação da sociabilidade capitalista na exploração e no antagonismo de classes. Pois, por isso, formações ideológicas diferentes e contraditórias atravessam todas as instâncias sociais, convocando os sujeitos assumirem posição como “voluntários” nos papéis para eles designados nas relações de produção. Pêcheux aponta o

funcionamento do objeto discursivo como uma expressão das contradições de classes, com sua relativa autonomia, postas nas relações materiais travadas entre os homens.

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação, PÉCHEUX, 2014, p. 132).

Lembremos que, para Lukács, a articulação da ideologia com a linguagem é fundamental, pois é ela “o veículo indispensável para aquelas posições teleológicas que têm como função agir sobre a consciência das pessoas fazendo com que elas realizem posições teleológicas concretas desejadas por outras: as posições teleológicas secundárias” (ANDRADE, 2016). Segundo Vaisman,

A existência, pois, dessas posições teleológicas secundárias pode ser constatada mesmo no nível mais incipiente do desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que o processo laborativo coloca aos homens tarefas que só podem ser cumpridas se elas forem acompanhadas por posturas e afetividades adequadas à sua execução. Essa função desempenhada pelas posições teleológicas secundárias é tanto mais fundamental quanto mais complexa for a divisão do trabalho (VAISMAN, 2010, p. 47).

Assim, com o desenvolvimento das sociedades e a complexificação da divisão social do trabalho, a ideologia desempenha um papel cada vez mais fundamental. Isso porque são exigidos dos sujeitos comportamentos orientados por relações de produção postas para atender às demandas das classes dominantes, essas cada vez mais resultando e produzindo alienação. Dessa forma, é necessário que haja uma circulação ininterrupta, em todas as instâncias sociais, de dizeres inscritos em formações discursivas que representem as formações ideológicas do capital, pois

Para que esse moldamento seja eficaz é preciso produzir nos sujeitos, desde o início do estar-no-mundo, marcas que estarão para sempre em sua estrutura psíquica. Desta forma agem as práticas ideológicas sobre a estrutura psíquica do sujeito em formação, fazendo com que o inconsciente de cada sujeito individual seja o resultado de uma fala ideológica que será dita antes do nascimento de cada ser humano e a reação do aparelho psíquico de cada indivíduo (em formação) a essas determinações sociais traduzidas pela ideologia e ressignificadas pelo aparelho psíquico de cada um (FLORÊNCIO, et ali., pp. 57-58).

É, pois, na articulação do interdiscurso, local em que se constitui o domínio do saber de uma FD (COURTINE, 2014), com o intradiscurso, o funcionamento do discurso com relação a

si próprio e lugar onde se realiza a sequencialização do saber (Idem, 2014), que se dá o acontecimento discursivo que veicula a ideologia. Nesse ponto de encontro entre uma memória⁸ e uma atualidade, as filiações sócio-históricas de sentidos são convocadas e rearranjadas discursivamente.

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscorso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscorso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente definida como tal “do exterior”. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscorso no intradiscorso, isto é, *ela simula o interdiscorso no intradiscorso*, de modo que o interdiscorso *aparece* como puro “já-dito” do intra-discorso, no qual ele se articula por “co-referência” (PÊCHEUX, 2014, p. 154).

O sujeito do discurso, identificado com a formação discursiva que o domina, expressa a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer. No entanto é um sujeito descentrado, pois apesar de determinado pelo real da história e afetado pelo real da língua, não tem controle sobre o modo como elas o afetam (ORLANDI, 2015), estando exposto à ação do inconsciente e da ideologia em suas práticas de linguagem.

Assim, para finalizar esta seção, retomamos a necessidade de se considerar a categoria da contradição, destacada por Pêcheux, na questão das “condições ideológicas de (re)produção/transformação das relações de produção”, expressão no plano ideológico do processo originário na economia. Segundo Marx e Engels

Pela divisão do trabalho está dada, logo de início, a divisão também das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com ela a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e com ela a fragmentação entre o capital e o trabalho, e as diferentes formas da própria propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também essa fragmentação. O próprio trabalho só pode existir sob a premissa dessa fragmentação (MARX e ENGELS, 2009, p. 106).

A contradição atravessa a formação social capitalista não só nos processos de trabalho, mas desde as esferas as mais íntimas, como a família, pois já lá está presente a contradição entre os interesses do indivíduo e da família singular perante os interesses dos demais indivíduos e famílias (Idem, 2009). Assim, é preciso considerar a contradição como constitutiva dos sujeitos e dos discursos e articulá-la com outra categoria fundamental para a AD: as condições de produção dos processos discursivos. Essa categoria toca num princípio teórico e metodológico

⁸ Segundo Courtine (2014, pp. 105-106), “A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas”.

que faz parte da própria proposta e coerência teórica em uma teoria do discurso que se propõe materialista. Podemos explicitá-lo como o cuidado em, de fato, considerar nas análises o peso da determinação histórica na constituição dos sentidos, a partir da necessária articulação dos dizeres analisados com suas condições históricas e sociais concretas de produção.

É esse gesto analítico que permite a apreensão da legalidade contida no movimento contraditório e desigual de reprodução/transformação das relações ideológicas de produção expressas na materialidade do discurso. Segundo Cavalcante,

[...] as condições de produção do discurso compreendem, fundamentalmente, os sujeitos falantes em constante relação com a cultura, com a sociedade e com a economia de um determinado momento histórico. Nessa inter-relação os sujeitos assumem posições em relação a determinadas formações ideológicas e discursivas (CAVALCANTE, 2007, p. 38).

As condições de produção devem ser trabalhadas em duas perspectivas: restritas e amplas. As condições restritas dizem respeito aos sujeitos e a situação mais imediata do fazer discursivo (ORLANDI, 2015). As condições amplas, por sua vez, “expressam as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica” (FLORÊNCIO, et. ali, 2009).

Segundo Orlandi (2015, p. 28), “também a memória faz parte da produção do discurso”, sendo fundamental para o processo discursivo o modo como essa memória é acionada, pois trará elementos com os quais os dizeres produzidos irão dialogar, numa relação de aliança ou de polêmica. Explicitamos, entretanto, que entendemos memória discursiva, de acordo com a definição dada por Courtine (2014, pp. 105-106), como a “*existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas*” determinadas pelas condições materiais objetivas de um dado momento histórico. Desse modo, a memória não se confunde com o interdiscurso, apesar de seu funcionamento estar relacionado à retomada de um elemento de saber anterior no acontecimento discursivo.

Tendo discutido alguns dos fundamentos teóricos básicos para um trabalho de pesquisa filiado à Análise do Discurso Pêcheuxiana, entendemos que podemos avançar no desenvolvimento da problemática definida em nossos objetivos. Isto é, podemos passar ao debate sobre as condições de produção do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho e o processo de (re)significação do trabalhador contemporâneo. Nesse sentido, buscaremos desenvolver uma análise sobre o funcionamento do modo de produção capitalista e sua fundação nas relações de exploração entre classes, com vistas à extração de mais-valia.

3. LUTAS DE CLASSES, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Nesta seção, discutiremos as condições de produção do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho. Para tal, efetuamos um gesto de interpretação sobre as determinações históricas que possibilitam a produção e circulação dos dizeres e sentidos sobre o mundo do trabalho e, especialmente, sobre os trabalhadores, buscando apreender suas determinações últimas. Assim, de acordo com Amaral,

Tem-se claro que o discurso é produzido em um determinado momento histórico-social; responde às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência em sociedade. O discurso é uma materialização das formações ideológicas; é, por isso, o espaço por excelência de expressão da palavra que cumpre sua função social por ser produto das relações e das forças sociais. Decerto, o sentido da palavra é constituído no seu encontro com a realidade efetiva, com as circunstâncias da situação social (AMARAL, 2016, p. 33).

Marx já incorporava em seu método o estudo histórico das formações sociais, entendendo a história, enquanto práxis, como o processo determinante na constituição do ser social. Em seu *Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política*, desenvolve uma reflexão clássica sobre a necessidade de se tomar como fundamento, para o entendimento da sociedade do capital, o estudo das relações sociais de produção, bases das relações entre os homens em qualquer sociedade.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

As condições de produção, ou seja, as relações de produção/reprodução/trans formação das relações sociais constituem, assim, categoria fundamental para a Análise do Discurso Pêcheuxtiana, ancorada no Materialismo Histórico, essencial no entendimento de como se constituem os discursos, seus sentidos e sua atuação no processo de transformação e/ou estabilização da realidade na qual estão inseridos (FLORÊNCIO, et al. 2009). É somente a partir de sua articulação com os dizeres em questão que o analista poderá superar a dimensão fenomênica dos efeitos de sentidos e se aproximar de sua determinação material. Pois, como explica Pêcheux, é próprio do funcionamento da ideologia fornecer

[...] as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamamos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados PÉCHEUX, 2014, p. 146).

Assim, buscamos, em um primeiro momento, discutir as determinações últimas da sociabilidade capitalista, marcada pela exploração da mais-valia, a partir da mediação do trabalho assalariado. Traçamos a irracionalidade de sua lógica que, voltada completamente para o lucro, abre caminho para o aprofundamento de contradições que expõem os seus próprios limites estruturais, determinados, em última instância, pelo antagonismo entre capital e trabalho. Nesse processo, em que os trabalhadores são reduzidos a mercadorias (MARX, 1996) que devem fornecer lucro para o capital, detectamos as condições de produção mais amplas⁹ do nosso estudo.

Num segundo momento, abordamos a necessidade do controle do capital sobre o trabalho vivo e os diferentes modelos de gerenciamento/controlado desenvolvidos por suas personificações. Esse percurso nos permite entender o atual modelo de “gestão” do trabalho, disseminado e implementado pelo mercado, que decorre das práticas tipicamente toyotistas de produção. Assim, chegamos ao caráter restrito das condições de produção de nosso objeto, marcado por uma conjuntura de reorganização do modelo produtivo do capital e da tentativa de ressignificação das subjetividades do trabalho, em um movimento de sentidos que busca silenciar o antagonismo de classes, frente às demandas impostas pela crise, instaurando o “consenso” nos espaços de trabalho.

3.1 Capitalismo, lógica do lucro e crise estrutural

O processo de produção da riqueza material da sociedade põe em articulação três elementos fundamentais: forças produtivas, relações de produção e modo de produção. As primeiras são resultado do conjunto dos elementos do processo de trabalho, que envolvem meios, objetos, e força de trabalho. Segundo Netto e Braz (2006), “*os meios de trabalho* são tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar, bem como a terra”, por sua vez, “*os objetos de trabalho* são tudo aquilo sobre o que incide o trabalho humano”, enquanto “*a força de trabalho* se trata da energia humana empregada no processo de trabalho”. Isso posto, ressalte-se que tais forças não operam num vácuo, mas no marco de determinadas relações entre os

⁹ Expressam “[...] as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica (FLORÊNCIO, et al., 2007, p. 65).

homens e a natureza (Idem, 2006), num determinado período histórico e que é da articulação entre as forças produtivas e as relações de produção de que se resulta um determinado modo de produção.

Essa articulação se dá de maneira contraditória, ao longo da história da sociedade de classes, pois, em determinados momentos, as relações de produção estrangulam o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, as relações de exploração e o modo de apropriação da propriedade privada se tornam entraves para o desenvolvimento da genericidade humana. Logo, todo modo de produção é atravessado pela contradição no seu próprio processo produtivo.

Tal contradição constitutiva é fundada na exploração da força de trabalho e na apropriação privada do produto por ela produzido. Na sociedade capitalista, essa relação é dada pelo antagonismo entre burguesia e proletariado. Pêcheux leva em conta esse movimento dialético fundamental quando afirma que o complexo de reprodução/transformação das condições ideológicas expressa o movimento de reprodução/transformação das relações de produção materiais. Segundo ele,

Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes*. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 2014, p. 130).

Nesse entendimento, o aspecto ideológico da luta de classes, ao ser determinado pela própria práxis social, incorpora a contradição posta na esfera material da produção. Assim, não há modo de produção, cindido por classes, que não seja atravessado por discursos que tocam as fronteiras ideológicas das classes antagônicas.

Portanto, trabalho e modo de produção estão, necessariamente articulados. Logo, também as respectivas formações ideológicas das diferentes classes sociais têm definido seu estatuto ontológico pela forma peculiar assumida pelo trabalho, ou seja, pelas relações de produção determinadas, em um dado momento histórico. É o fato de o trabalho ser fundante do ser social que faz com que cada uma de suas particularizações seja fundante dos distintos modos de produção (LESSA, 2009, p. 9).

Com o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, a possibilidade de acumulação de excedente produz novas mediações no processo de produção, assim como na distribuição social do que é produzido. A partir do momento em que as comunidades produzem e acumulam excedente, abre-se a possibilidade de que ocorram trocas de diferentes artigos entre diferentes povos, incrementando seu patrimônio de bens mais ou menos fundamentais à sua sobrevivência. Mas, principalmente, é dada a abertura para o processo de divisão social do trabalho possibilitado pela nova alternativa de exploração do trabalho humano, isto é, da exploração de uma parcela da população que passa a produzir para que outros usufruam e acumulem.

A produção para o consumo imediato é substituída por uma produção que deve ser armazenada e consumida ao longo do ano – e, portanto, devem-se desenvolver mecanismos sociais para a distribuição do produzido. Novas relações sociais, novos critérios de organização das relações entre os indivíduos, novas necessidades que antes sequer eram consideradas devem agora ser atendidas. As novas possibilidades históricas advindas com a agricultura impõem novas necessidades e abrem novos horizontes ao desenvolvimento humano; necessidades e horizontes antes inexistentes, frisemos (LESSA, 2009, p. 7).

É esse o nexos fundamental posto pelo novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade e que será decisivo para a compreensão de todo o processo histórico que, a partir de então, será marcado pelo antagonismo de classes. Assim, segundo Netto e Braz (2012), entram em cena os que produzem o conjunto dos bens (os *produtores diretos*) e os que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos). De acordo com Engels,

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. A prova mais eloquente a respeito é a própria criação da máquina, cujos efeitos, hoje, são sentidos pelo mundo inteiro. (ENGELS, 2012, p. 222).

É o que dizem Marx e Engels (1997) no “Manifesto do Partido Comunista”, quando afirmam que “a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes”. Isto é, desde o advento do excedente econômico, os homens ao se organizarem para efetuar o intercâmbio orgânico com a natureza, o fazem sob determinadas formas de exploração, segundo as quais uma classe dominante se apropria de forma privada do excedente produzido pela classe dos produtores.

O modo de produção capitalista inaugura uma era de produção e exploração do trabalho qualitativamente diferente dos modos precedentes. Esse é a primeira experiência na história humana em que o desenvolvimento das forças produtivas possibilitou que fosse superado o estado da penúria (LESSA, 2009). Isto é, que se deixasse para trás o estágio de desenvolvimento em que o que era produzido socialmente não era o suficiente para satisfazer a totalidade das necessidades postas para a reprodução dos homens.

O processo que culminou na Revolução Industrial permitiu que fosse possível elevar a produção a níveis jamais atingidos ou imaginados. O advento das máquinas na esfera produtiva rompeu o limite corpóreo do ser humano para a produção, fazendo com que, pela primeira vez, a humanidade adquirisse a capacidade de produzir além do suficiente para atender a todas as necessidades de todos os indivíduos do planeta Terra (LESSA, 2009).

Entretanto, a essência do modo de produção capitalista é incompatível com uma distribuição da riqueza social que não tenha como principal objetivo o lucro, ou seja a apropriação privada do excedente econômico. Isto porque, segundo Mészáros (2011, p. 73), a natureza do capital não permite a separação entre avanço e destruição e entre progresso e desperdício. Assim, quanto mais são destravados os poderes da produtividade, pelo sistema, paralelamente são liberados, também, os poderes da destruição e da degradação social e ecológica.

A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado (LESSA e TONET, 2011, p. 53).

O nível qualitativamente distinto assumido pelas contradições sociais, em decorrência da exploração de classes, produz uma alteração também naqueles complexos derivados das posições teleológicas secundárias, isto é, na ideologia. A partir da possibilidade de antagonismo posta pela objetividade, a ideologia adquire novo caráter, pois, para além de seu sentido amplo¹⁰, passará a fornecer os elementos constitutivos das representações ontológicas de cada classe específica.

¹⁰ Segundo Vaisman (2010, p. 50), “a questão da caracterização ampla do fenômeno ideológico é abrangentemente trabalhada por Lukács, tomando, inclusive, para tal efeito o caso das sociedades primitivas, apontando para o fato

A questão central no surgimento do fenômeno ideológico, em seu caráter restrito, é que sua gênese pressupõe a existência de sociedades nas quais grupos com interesses contrapostos tendem a impor seus interesses como correspondentes aos interesses de toda a sociedade. A sociedade de classes constitui a base e propicia os meios através dos quais a ideologia surge como importante instrumento de combate aos conflitos de interesses entre os homens. Portanto, a base sobre a qual se institui a ideologia no sentido restrito (COSTA, s/ d. p. 9).

Na sociedade cindida em classes, as representações sociais feitas pelos sujeitos são determinadas pelo lugar que ocupam na divisão social do trabalho. Seu agir conscientemente no mundo é orientado pelas necessidades que a realidade objetiva, frente à sua posição de classe, lhe impõe, visto que “todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade” (LUKÁCS, 1997). Em suma, cada classe desenvolve, por seu lugar na estrutura social, suas formações ideológicas e discursivas, que passarão a tentar impor sobre as demais.

O trabalho assalariado, enquanto determinação material da sociedade, transforma a relação fundamental que há entre homem e natureza, ou seja, seu necessário intercâmbio orgânico mediado pelo processo de trabalho, em seu sentido ontológico. O trabalho assalariado, produzido pelo capitalismo desenvolvido, tem como finalidade imediata não os valores de uso necessários à reprodução social, mas apenas a produção da mais-valia (LESSA, 2007). Não importa, assim, se para isso tenha que ignorar as necessidades humanas em favor das necessidades do capital, submetendo, por exemplo, os sujeitos a dispenderem significativa parcela de seu tempo de vida apenas como produtores de riqueza para seus patrões, como podemos ver na sequência discursiva abaixo:

SD5 - De segunda à sexta-feira nós passamos dois terços do nosso dia convivendo com um grupo chamado o pessoal lá da empresa [...].

Desse modo, a riqueza produzida é convertida em propriedade privada pela classe dominante e financiará o desenvolvimento das mediações sociais pelas quais serão garantidas a sua reprodução, assentada na exploração e na divisão social do trabalho. Isto é, a riqueza expropriada dos produtores, financiará a manutenção de todos os complexos sociais imprescindíveis à aplicação da necessária violência sobre os trabalhadores (exército, polícia, burocracia, torturadores, Direito – o Estado, etc.) para a manutenção da “ordem”.

de que ‘alguns tipos de produção ideológica remontam aos primórdios do desenvolvimento social’ (459). O que ‘exige que a sua função social [da ideologia] e por isso sua gênese e ação sejam determinados em termos mais amplos’ (459).

Nesse ínterim, separado dos meios de produção pela burguesia, através de suas instituições, o trabalhador é obrigado a vender o único bem que passa a possuir no processo de trabalho, isto é, sua própria força de trabalho. Ao empregá-la para produção sob o comando do capital, recebe em troca uma soma em dinheiro paga pelo capitalista “por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho” (MARX, 2010).

Parece, portanto, que o capitalista *compra* o trabalho dos operários com dinheiro. Eles *vendem-lhe* o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas é só na aparência que isso acontece. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua *força* de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês etc. E, depois de comprá-la, utiliza-a fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado. [...] A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX, 2010, pp. 33-34).

Temos aqui o elemento material sobre o qual está posto o estranhamento do trabalhador. Ao trabalhar apenas por uma quantia abstrata de valor representada pelo salário na forma dinheiro, o sujeito trabalhador visa apenas à sua sobrevivência. Por não ter controle sobre o dispêndio da sua própria força de trabalho e muito menos sobre o resultado da produção, o trabalhador não se reconhece nesse processo, deixando-se apenas levar por uma rotina sem sentido, como diz Marx nos *Manuscritos* de 1844,

Esse fato exprime apenas que: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um *ser alienado* [*ein fremdes Wesen*], como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäusserung*] (MARX, 2015, pp. 304-305).

A força de trabalho dos indivíduos pertencentes à classe produtora é transformada em mercadoria e posta à venda no mercado, como qualquer outra. Esse movimento é determinante na lógica de reprodução da sociedade capitalista, na qual toda a produção resultante da atividade humana, incluindo os próprios homens, são transformados em coisas, em portadores de valor de troca, que terão o mercado como mediação decisiva em suas relações. Subsumidos à lógica do mercado, os possuidores de mercadoria tornam-se, antes de tudo, “representantes da vontade da coisa, são personificações das relações econômicas e ‘portadores das quais eles se defrontam’” (PANIAGO, 2000). Nesse sentido, Marx afirma que

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não

produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2015, p.304).

É determinante na forma mercadoria que esta incorpore um valor de troca que sirva como medida equivalente no mercado. Marx sublinha que o preço de uma dada mercadoria se configura como o valor de troca dessa avaliado em dinheiro, e que esse preço é determinado pelo *tempo socialmente necessário* gasto para produzi-la, sendo essa a “medida” que determina, na lógica total do capital, as médias de preço.

O salário, por sua vez, é o pagamento específico feito à mercadoria força de trabalho, sendo “apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar *preço do trabalho*” (MARX, 2009). Salário, é assim, o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe enquanto atividade humana, legitimando o lugar destinado aos homens no mercado, através do trabalho estranhado.

Dessa forma, o valor que o capitalista paga quando compra a mercadoria força de trabalho é regido pela mesma lógica que rege o preço das demais mercadorias, isto é, o seu valor é definido pelo tempo socialmente necessário para a sua produção. Portanto, a quantia que o operário terá a receber do patrão será não mais que o equivalente aos custos de sua existência e reprodução.

O preço desses custos de existência e de reprodução constituem o salário. O salário assim determinado chama-se o *mínimo de salário*. Esse mínimo de salário, tal a determinação do preço das mercadorias pelos custos de produção em geral, é válido para a *espécie* e não para o *indivíduo isolado*. Há milhões de operários que não recebem o suficiente para existir e se reproduzir; *mas o salário de toda a classe operária* nivela-se, dentro de suas oscilações, a esse mínimo, (MARX, 2010, p. 44).

Portanto, em uma jornada de oito horas trabalhadas, pode ser que quatro delas sejam destinadas à produção da riqueza material necessária para cobrir os custos de reprodução da força de trabalho. Entretanto, o trabalhador ainda é obrigado a trabalhar as quatro horas restantes determinadas pelo seu contrato de trabalho. Esse segundo momento de sua produção será, então, de *sobretalho*, isto é, de tempo de trabalho apropriado pelo capitalista, sem nenhum custo adicional. À riqueza produzida nesse período de sobretalho, Marx denominou mais-valia e essa representa a base da apropriação privada de toda a riqueza material da sociedade no modo de produção capitalista.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista

com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócioeconômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado (MARX, 1996, pp. 331-332).

Entretanto, esse processo aparece aos sujeitos de uma maneira fetichizada, isto é, como justo, natural, uma mera negociação livre entre duas partes iguais. O trabalhador, sem controle sobre a sua própria atividade vital¹¹, submetido ao estranhamento do produto do seu trabalho e do processo da produção, não percebe, no entanto, a sua condição de mera mercadoria que, ou tem a sorte de ser adquirida pelo capitalista, ou vai sofrer as consequências da miséria. É o que nos explica Chasin,

Quando um operário encosta a barriga no balcão do Departamento de Pessoal de uma fábrica qualquer para pedir emprego, ele está disposto a que? A vender a sua força de trabalho. E o sujeito que o atende no balcão, que representa o capital, está disposto a comprar a força de trabalho. Tendo o balcão por peça de referência. Tendo indivíduos de cada lado que estabelecem um diálogo muito preciso, um querendo vender uma coisa, o outro querendo comprar uma coisa. Qual é o suposto disso? Está suposta uma igualdade. Entre o que compra e o que vende. Um é livre para vender, o outro é livre para comprar. Tudo aparece ali como se fosse uma transação entre iguais. E o é a nível fenomênico. Mas, e a nível essencial, ontológico? Aquela igualdade esconde uma desigualdade de raiz e de essência. Esconde que o sujeito só vai lá vender porque é a única maneira de sobreviver (CHASIN, s/d, p. 6).

De fato, o capitalista não efetua nenhum roubo (do ponto de vista jurídico¹²) quando deixa de repassar ao trabalhador o valor da mais-valia extraída, pois está pagando a quantia acertada em contrato. Assim, do ponto de vista ideológico, “o regime salarial contribui para difundir a falsa ideia, tão cara aos capitalistas, segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 117), gerando a ilusão de que exercem algum controle sobre a parcela de riqueza que lhes é repassada, como pode ser visto na sequência abaixo:

SD10 – Aumentos têm sido vistos como necessidade imediata. Eles precisam ser **encarados como investimento** e tem que começar agora. Portanto, você vai conseguir um aumento, ou amanhã, ou daqui a um ano, ou em 2010.

¹¹ Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa *atividade vital* que ele vende a um terceiro para se assegurar dos *meios de vida* necessários (MARX, 2009, p. 36).

¹² No capitalismo, a apreensão dos produtos da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. [...] As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados (MASCARO, 2013, p. 18).

Inaugurada a forma específica de exploração do capital, inauguram-se também novas práticas discursivas que, materializando os elementos da ideologia dominante, atuam na mistificação da própria essência dessa forma de sociabilidade, isto é, velando a determinação econômica e o antagonismo entre classe trabalhadora e burguesia. Em outras palavras, uma nova formação social exigiu práticas ideológicas que a legitimassem, de acordo com a especificidade do capitalismo enquanto único modo de produção que precisa negar, ideologicamente, sua própria dominação.

Assim, o sujeito da formação social capitalista “deve” ser um sujeito que se crê completamente “livre” e “autodeterminado”, alguém que dependa só de si e da força da própria vontade para transformar a realidade objetiva, de acordo com suas necessidades. Portanto, é uma forma-sujeito idealista que, pelo trabalho da ideologia, percebe uma realidade determinada historicamente, de uma maneira apenas natural. Isto é, que não deve perceber a sua determinação histórica, ou mesmo um vislumbre da essência do sistema ao qual está submetido. Segundo Orlandi:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 2015, p, 48).

Entretanto, deve-se ressaltar que as relações de produção/transformação de uma dada sociedade são, necessariamente, relações contraditórias. Assim, a classe que produz a riqueza material da sociedade sempre reage, de maneira mais ou menos consciente, ao nível de alienação e violência ao qual é submetida, pois a determinação da ideologia nunca se dá de forma mecânica. É o que afirma Pêcheux (2014, p. 277) quando, ao tratar do ritual de interpelação ideológica, diz que “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas”. Ou seja, há sempre a possibilidade de o sujeito resistir à interpelação ideológica, se identificando com outras discursividades, vinculadas a outras formações discursivas e ideológicas.

Desse modo, o capital precisa inculcar no sujeito, constantemente, a naturalização da sua condição dentro da estrutura social. Isto é, o sujeito alienado de sua própria atividade laboral, assim como do resultado do seu trabalho, deve incorporar os valores do capital, tomando-o como condição eterna e imutável, e suas contradições como típicas da natureza humana. Para isso, o capitalismo depende de discursos que signifiquem o sujeito enquanto livre

e autodeterminado, capaz de superar toda e qualquer dificuldade e vencer seus concorrentes na busca da autorrealização.

O indivíduo necessita, a todo o momento, participar da concorrência própria do sistema, o que produz homens e mulheres cada vez menos preocupados com o futuro da humanidade. Todos querem apenas sobreviver e usufruir sempre, para fazer jus a seu lugar no mundo como representante maior do ícone da sociedade: o consumo (FLORÊNCIO, et ali, 2009, p. 55).

A lógica do sistema do capital, voltada completamente para a produção de lucro, aprofunda cada vez mais as suas contradições, empurrando o capital, enquanto uma forma específica de relação social, para os seus limites estruturais. Nessa lógica, as necessidades humanas são subordinadas à função econômica desempenhada na produção de mercadorias e o valor de uso é subsumido ao valor de troca.

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Mészáros, ao analisar essa nova fase de desenvolvimento do capitalismo avançado, afirma que esse sistema se encontra em uma crise qualitativamente diferente de suas tradicionais crises cíclicas. Dessa forma, explica que a crise atual, que se arrasta desde meados da década de 1970, diz respeito aos limites do capital, enquanto sistema sociometabólico. A crise estrutural representa a impossibilidade do capital deslocar e controlar suas contradições. Esse processo reverbera, portanto, na contradição fundamental entre capital x trabalho, o que implica em uma nova ofensiva das classes dominantes sobre os trabalhadores.

Assim, na falta de novos territórios para serem colonizados, por exemplo, o capital procura contornar suas crises de superprodução¹³ criando necessidades de consumo artificiais em uma escala cada vez maior. Utilizando-se do fetichismo da mercadoria e do consumismo, traços fundamentais da sociedade capitalista, desenvolve-se o que Mészáros chama de taxa de utilização decrescente do valor de uso. Esse novo elemento destrutivo é a última tentativa do

¹³ As crises do capital são sempre de superprodução.

sistema para conseguir inundar constantemente o mercado de uma imensa quantidade de produtos e aumentar a taxa de lucro, evitando-se uma crise que leve à parada da produção.

[...] a *taxa de utilização decrescente* assumiu, na atualidade, uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes. Ao mesmo tempo [...] o imperativo de fornecer os fundos proibitivamente vastos e necessários à produção cada vez maior de desperdício afirma-se hoje, mesmo nos países capitalisticamente mais avançados, sob uma forma antes inimaginável: pela imposição de “*cortes*” e “*economias*” em cada área importante da reprodução social, da educação à saúde, para não mencionar as demandas elementares do sistema de seguridade social. Assim, é como se os governos dos diversos Estados capitalistas quisessem demonstrar todos os dias a verdade da proposição de Marx de que o capital é a “*contradição viva*”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 655).

É elemento integrante do quadro das “manifestações mais desconcertantes” da necessidade de lucro do capital excluir imensas parcelas da população mundial da possibilidade de desfrutar dos resultados produtivos alcançados pela sociedade contemporânea. Não constitui exceção que toneladas de alimentos sejam periodicamente destruídos para que se mantenha, artificialmente, a relação de demanda e oferta no mercado, enquanto milhões de pessoas não têm acesso ao mínimo necessário para sua existência e reprodução por não representarem valor de uso para o capital, enquanto mão de obra ou consumo. Nesse sentido, questiona Mézáros, em seu livro sobre *A crise estrutural do capital*:

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: *no auge de seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global* e o sofrimento decorrente dos incontornáveis milhões de pessoas por todo o mundo? (MÉSZÁROS, 2011, p. 21).

Essa contradição está na essência do próprio funcionamento do capitalismo, em que se opera uma disjunção entre as necessidades humanas e sociais e a produção e concentração de riqueza. Ao subordinar completamente as necessidades humanas à reprodução do valor de troca, fundamental à sua autorrealização ampliada (MÉSZÁROS, 2011), o capital, enquanto relação social, determina que tudo que esteja ao seu alcance se transforme em instrumento de produção e valorização do sistema. Aqueles que, por determinadas circunstâncias, postas pela própria divisão social e internacional do trabalho, não atendam a tais critérios, podem ser descartados, assim como o são os produtos subordinados à obsolescência programada.

Nesse cenário histórico, ainda que sejam produzidas tentativas de controle, como apontamos acima, é impossível ao capital contornar o aprofundamento de seus limites e contradições estruturais, como um todo (PANIAGO, 2000). Assim, a classe trabalhadora,

origem de toda a riqueza que circula na sociedade, está sujeita a uma intensificação da exploração cada vez maior, na sanha do capital em contornar as taxas decrescentes de lucro.

A crise determina o aumento da produtividade, implicando no aumento e desenvolvimento tecnológico da maquinaria empregada na produção, em detrimento, por sua vez, do número de trabalhadores (trabalho vivo) necessários para a operação das máquinas e atividades restantes. Logo, o aumento de exploração caminha junto com o aumento do desemprego e, conseqüentemente, com a diminuição de consumo, contribuindo para o agravamento da economia capitalista. Como vimos,

O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranquilo da produção capitalista. Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção quanto da distribuição – como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou os dois últimos séculos. Trata-se de uma contradição que introduz complicações adicionais no sistema produtivo vigente, baseado numa divisão socialmente estratificada do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 55).

Desse modo, o aprofundamento da crise estrutural, sinalizada por Mézszáros representa a incapacidade do capital em controlar sua própria dinâmica autodestrutiva – baseada no lucro – o que o leva a atingir, assim, seus limites estruturais incontornáveis. No cerne dessa crise está, conseqüentemente, o antagonismo entre trabalho x capital. Para o capital, é cada vez mais difícil equalizar a necessidade entre aumento de produtividade e consumo e a massa de trabalhadores desempregados e subempregados, na contemporaneidade.

Esse processo leva o sistema a uma reorganização no modelo de produção visando à adequação da nova realidade econômica imposta pela crise. No bojo desse movimento de adaptação, o capital procura impor aos trabalhadores uma nova forma de controle, um novo modelo de gerenciamento do trabalho vivo que atenda à demanda de brutal exploração de mais-valia.

A saída encontrada é consubstanciada pela crescente precarização do mundo do trabalho e pela intensificação da exploração da mão de obra e da taxa de mais-valia, através da extrema racionalização posta sobre tempo e relações de trabalho. Discutiremos as modalidades de gerenciamento e controle na próxima subseção.

3.2 Fordismo e toyotismo: os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho

No decorrer do desenvolvimento humano, não tardou para que o controle sobre as formas de organização dos processos de trabalho fossem alvo de interesses por parte daqueles que detinham o poder econômico e político. Seja nas antigas sociedades escravistas, passando pelo feudalismo, até o capitalismo, sempre se buscou exercer o controle sobre as classes produtoras, ainda que nas mais diferentes escalas.

No capitalismo, o controle sobre o trabalho aparece como elemento fundamental de sua autorreprodução, enquanto sistema sociometabólico regulador da sociedade. Tal necessidade é imposta pela obrigatória demanda de separação entre trabalhadores e meios de produção que requer, por sua vez, para ser de fato efetivada, o completo desmantelamento do domínio dos produtores sobre os saberes relativos às diversas atividades manuais empregadas na confecção das mercadorias.

Quando o processo de trabalho está subordinado realmente ao capital, quando o trabalhador perde o controle desse processo, o capital encontra as melhores condições para incrementar a produção do excedente – vale dizer, a subsunção real do trabalho ao capital propicia a este último potencializar a extração de mais-valia (NETTO e BRAZ, 2012, p. 126).

Com o advento da revolução industrial, no século XVIII, esse nível de controle passa a ser possível. O saber produtivo, nas mãos dos capitalistas, é incorporado no maquinário disponível nas fábricas, assim, a introdução desse maquinário, aliada à divisão do trabalho, permitiu ao capital fragmentar o processo produtivo, de modo que cada trabalhador respondesse apenas por uma pequena parcela desse.

Os trabalhadores se tornam apêndice das máquinas, isto é, o ritmo e a atividade na qual irão dispendir sua energia vital é ditada não mais por eles, mas pela máquina que os domina no processo de produção. Inaugura-se, assim, a necessidade da burguesia em aprofundar, cada vez mais, um caráter estritamente técnico de organização do trabalho, o qual resultará num novo patamar de sujeição da classe produtora aos seus ditames.

Desde então, a organização do trabalho foi elevada à categoria de matéria do conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora da força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade de trabalho em troca de salários). Enquanto aos últimos tal conhecimento passou a ser um dos poucos meios de assegurar sua subsistência e, portanto, suas condições mínimas de saúde física e mental, [...] ao empresariado tal conhecimento tornou-se um importante meio de controle social,

econômico e político da classe trabalhadora, com o objetivo de manter em funcionamento o sistema de acumulação do capital (PINTO, 2013, p. 16).

Com a complexificação das relações de produção capitalistas, intensifica-se a divisão entre planejamento, coordenação e execução dos processos de trabalho, sendo as primeiras fases alvo do controle dos proprietários dos meios de produção. Desse modo, tal divisão técnica e social do trabalho vem sendo objeto de “refinamentos” espúrios, em um processo que destina aos trabalhadores direitos e deveres determinados pelos empregadores, nos espaços de produção. Ainda de acordo com Pinto,

[...] a organização do trabalho consolidou-se como uma área específica do conhecimento passível de ser acumulada, sistematizada, experimentada, compendiada e elaborada teoricamente por agentes que não fossem, necessariamente, os executores desse trabalho. Ao contrário, nas pesquisas empreendidas nos meios empresariais em sua grande maioria os agentes executores passaram a assumir o papel de variáveis dependentes em equações construídas mediante estudos da organização do trabalho feitos pelos agentes da administração (os quais assumem, quando assalariados, o mesmo papel), visando o aumento da produtividade, ou seja, dos lucros empresariais. (PINTO, 2013, p. 22).

Nesse processo, o primeiro grande método de controle sobre o trabalho vivo pelo capital é desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, no início do século XX. Para Taylor, a questão de como ganhar a “iniciativa” dos trabalhadores no intuito de uma maior produtividade, deveria ser tratada a partir de um rígido controle dos gestos físicos, das operações intelectuais e da conduta pessoal. Isso se daria a partir da análise e distribuição de tarefas adequadas para tais fins, que exigissem atribuição de responsabilidades estritamente necessárias para o aumento da produção no menor tempo e com o mínimo desgaste possível.

Através da obra **Princípios de administração científica** (redigida em 1911), Taylor tenta aplainar ainda mais o caminho dos capitalistas no universo fabril mediante a elaboração dum estudo específico sobre a cronometragem do tempo de trabalho e o estabelecimento dos aspectos metodológicos visando sua implementação. A nova ciência tem como corolário servir aos propósitos de aprofundamento do processo de expropriação do tempo de trabalho que o trabalhador é obrigado a oferecer gratuitamente ao capitalista (SANTOS NETO, 2013, p. 111).

Dessa forma, Taylor, em seu projeto de controle sobre o trabalho, tinha como objetivo aumentar a produtividade das fábricas através da eliminação de qualquer movimento considerado por ele desnecessário. Para isso, seria evitado o desperdício de tempo decorrente da ausência de planejamento racional das operações minimamente realizada pelos trabalhadores (SANTOS NETO, 2011). Os “conhecimentos científicos” do taylorismo são suporte para um novo patamar no processo de controle e padronização do trabalho.

Tais elementos do “saber administrativo” serviram de plataforma para o desenvolvimento do que viria a ser o modelo fordista de administração, formando uma simbiose que determinou o desenvolvimento da indústria e seus modos de controle, em escala mundial. Ao sistema de divisão de atividades entre vários trabalhadores, desenvolvido por Taylor, Ford acrescentou a linha de produção em série, ou seja, a implementação de um mecanismo automático que fizesse o objeto de trabalho percorrer todo o espaço produtivo, para ser manipulado por operários com funções estritamente especializadas.

Basicamente, a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista [...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina” [...] repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto (PINTO, 2013, p. 38).

O sistema taylorista/fordista pautou a produção mundial, elevando-a a patamares até então nunca antes visto na história. A sua produção em massa, por necessidade de circulação de suas mercadorias, criou um mercado consumidor que, pela primeira vez, guiava-se não por suas necessidades mais imediatas, mas pelo desejo de consumir determinados produtos que passam a representar valores difundidos pela nova máquina de publicidade capitalista.

Esse modelo de produção se desenvolveu no período de entre guerras e ganhou força posteriormente. Nos países centrais tomou forma o chamado Estado de Bem-Estar Social, no qual a pujança artificial de uma economia de massa, regulada pelos mecanismos de controle estatais, propiciavam uma condição de vida material um pouco mais elevada aos trabalhadores desses países.

O binômio fordismo/Estado de bem-estar social caracterizou a resposta do Estado e do capital às necessidades postas pelo momento histórico. Enquanto comitê executivo da burguesia (MARX e ENGELS, 2006), o Estado, em uma conjuntura histórica em que o complexo militar-industrial alavancou a produção industrial durante a II Guerra, agora precisava auxiliar o capital a dar vazão à enxurrada de mercadorias postas em circulação no pós-guerra.

A iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, torna-se, então, um pilar fundamental na regulação de áreas como saúde, educação e segurança e também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora. Essa “iniciativa”, entretanto, não foi gratuita, pois foi a partir desse mecanismo temporário de regulação que o capitalismo conseguiu absorver a demanda de superprodução do pós-guerra e também as

insatisfações dos trabalhadores. As injeções de dinheiro público nos serviços de assistência foram parte de um processo em que

O aumento do consumo requeria, ainda, uma população com maior poder aquisitivo e maior tempo fora do trabalho. Com jornadas de trabalho muito elevadas, mesmo que o poder aquisitivo se elevasse, o consumo permaneceria aquém do desejado (um fenômeno que se tornou uma das debilidades da economia japonesa). Era preciso, pois, aumentar salários, diminuir jornadas de trabalho, ampliar as férias anuais, etc. É aqui que entram as grandes estruturas sindicais (LESSA, 2011, p. 281).

No entanto, a eclosão da crise estrutural, na década de 1970, obriga o capital a se resignificar, ainda que não em sua essência, enquanto sistema sociometabólico baseado na exploração do trabalho, o que seria impossível. Nesse sentido, reelabora a sua dinâmica de mercado, com as empresas transnacionais mirando o mudo subdesenvolvido, e edita um desmonte de todo o aparato de serviços garantido pelo Estado de bem-estar, em uma verdadeira ofensiva contra os trabalhadores, adentrando na era do neoliberalismo. Segundo Mészáros,

Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. [...] o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

Por isso, em sua fase neoliberal, o Estado se adapta às novas necessidades e também se resignifica, em sua aparência, para continuar atuando como comitê executivo da burguesia. Passada a fase da regulação e de algumas garantias sociais, com as novas necessidades de reprodução do capital, altera-se também a sua forma de atuação, enquanto seu caráter de classe permanece o mesmo (LESSA, 2012).

É posta então ao capital a necessidade de revisão do seu modelo produtivo a fim de que seja retomado o crescimento das taxas de lucro, razão maior de sua existência. Inicia-se, assim, um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Segundo Antunes,

Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo, que tem como núcleo central os países capitalistas avançados, particularmente a sua tríade composta pelos EUA e o Nafta, a Alemanha à frente da União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos, com o primeiro bloco exercendo o papel de comando (ANTUNES, 2009, p. 34).

Desde então, o modelo de produção taylorista/fordista é, predominantemente, abandonado¹⁴. Em seu lugar, busca-se o incremento da taxa de produtividade em conjunto com o “enxugamento” do número de trabalhadores em cada unidade produtiva. Entra em cena, como tentativa de salvação para o capital, o modelo japonês de produção, ou simplesmente, toyotismo.

Projetado para funcionar numa etapa histórica de refluxo e crise da economia mundial, o toyotismo tem como epicentro a noção de que a questão fundamental não é tão somente o aprimoramento de maquinário para desenvolver a produção em larga escala, como a produção fordista, mas produzir em pequena escala, sob o signo da redução dos custos em todo o processo produtivo. [...] Encurtar o tempo da produção, eis o cerne do modelo em tela (SANTOS NETO, 2013, p. 131).

Oposto ao modelo de produção em série e em larga escala, o sistema Toyota é pautado por uma metodologia de produção que busca a adequação à demanda, ao invés de sua criação constante e em larga escala. Visa, dessa forma, obter uma produção e entrega mais rápida que os modelos anteriores, baseado nos conceitos de empresa “enxuta” e “flexível”.

A partir desse conjunto de transformações macro e microeconômicas, entrou em vigor um novo regime de acumulação de capital em nível internacional, a “acumulação flexível”, denominação de Harvey (1992) que traz à tona o principal objetivo dessa nova ordem: a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado e, nesse ponto, devemos adentrar o âmbito das transformações ocorridas na esfera da política (PINTO, 2013, p. 47).

Esse processo de reestruturação traz consigo, em seu pacote de tentativas de reformas e controle do capital, a ressignificação também de seu sistema ideológico e político de dominação (ANTUNES, 2009). Nesse sentido, como dissemos, tem-se o advento do neoliberalismo, com a proposta de “Estado mínimo”, a consequente desregulamentação dos direitos do trabalho e o desmonte do setor produtivo estatal. Tais elementos facilitam a difusão do novo modelo de produção e controle toyotista, com a submissão dos diversos Estados nacionais às demandas postas pelo mercado, especialmente com a flexibilização das legislações locais frente à instalação dos parques industriais das empresas transnacionais.

Ou seja, para tentar contornar a crise estrutural, o capital se reorganiza em um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Por isso, implementa uma ofensiva material e ideológica sobre a classe trabalhadora, visando não lhe deixar qualquer direito conquistado. No âmbito da divisão internacional do trabalho, economias nacionais inteiras

¹⁴ Não há uma completa e abrupta ruptura entre os modelos de produção. O ritmo de mudanças é ditado pelas particularidades de cada economia local.

entram em bancarrota ou são obrigadas a escancarar as portas de seus mercados, de acordo com os interesses das empresas transnacionais e do mercado financeiro, processo que resulta na degradação em massa da força de trabalho que fica completamente exposta à precarização e ao subemprego.

São crescentes os exemplos de países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 35).

Esse conjunto de elementos produz, de acordo com o que está exposto, consequências perversas para o mundo do trabalho, o que é justificado por ser essa relação de exploração, produtora de mais-valia e fundante da sociabilidade capitalista, a única forma real para o capital retomar as suas taxas de lucro. Entretanto, a lógica de produção toyotista, com seu intenso controle do tempo de trabalho, é baseada no que Antunes (2009) chama de “*lean production*”, ou “*lioofilização da produção*”, isto é, uma redução, até o limite, do quadro de trabalhadores por unidade produtiva. A consequência imediata dessa demissão em massa é a diminuição da taxa de mais-valia na fábrica e o aumento maciço do exército industrial de reserva¹⁵.

Dessa forma, o desemprego estrutural se aprofunda e se impõe como uma das maiores contradições da sociedade contemporânea que, cada vez menos, vê no horizonte a possibilidade de sua resolução. Segundo Mészáros (2009, p. 69), “o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de indicador de profundidade da crise estrutural”, atingindo não só trabalhadores não qualificados, mas também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, todos disputando vagas de empregos formais cada vez mais raras.

É fundamental, portanto, nesse processo, entender o projeto de reconfiguração da classe trabalhadora, iniciado pelo capital. Esse se configura como um projeto de intensificação da exploração da taxa de mais-valia, ao mesmo tempo velado por um processo discursivo que põe em cena uma suposta “nova” classe trabalhadora. Assim, são postos em circulação – pela mídia, pelos “especialistas” no mercado de trabalho, etc. – enunciados que apontam a obsolescência para o perfil do trabalhador típico da linha de produção taylorista/fordista, pois esse, com a

¹⁵ O capital precisa manter uma parcela de trabalhadores sem emprego para pender a balança do mercado, baseada na procura e oferta, para o seu lado e poder baratear o preço da mercadoria força de trabalho.

especialização que lhe é característica, deixa de ser interessante ao movimento de acumulação do capital em crise.

É importante ressaltar que o Estado de bem-estar social, apesar de ter exercido poderosa influência sobre os sindicatos – Segundo Lessa (2011, p. 286), as transformações ocorridas no movimento sindical durante esse período tiveram como maior consequência o fato de que “as teses reformistas deixaram de ser estratégias de superação do capitalismo para se converterem em via de manutenção reformista do capital” – também foi, contraditoriamente, palco de grandes enfrentamentos da classe trabalhadora organizada. A partir daí, foi possível às personificações do capital perceber que o trabalhador das fábricas fordistas não era um “gorila amestrado”, como queriam Taylor e Ford. Pelo contrário, esse modelo, baseado no rígido controle corporal do trabalhador, submetido a movimentos monótonos e repetitivos por toda uma jornada de trabalho, acabava por propiciar, na verdade, uma abertura para que o sujeito superespecializado refletisse sobre a sua própria situação e, eventualmente, optasse pelo enfrentamento. Essa percepção demarca, junto com a crise, a obsolescência do valor de uso do trabalho vivo de tipo fordista para o capital.

O modelo toyotista de produção, por sua vez, surgido nas fábricas Toyota, no Japão, e desenvolvido por Taiichi Ohno, inaugura uma reconfiguração da produção que apresenta uma dupla face, quais sejam, uma produtividade voltada para uma economia em recessão e uma forma qualitativamente nova de gerenciamento dos processos de trabalho, isto é, uma nova proposta de controle sobre o trabalho vivo.

No novo modelo, a produção não é mais organizada pela esteira da linha de produção fordista. Assim, segundo Pinto (2013, p. 70), “a autonomia, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível”, sem implicar manutenção de estoques e contando com um número idealmente reduzido e fixo de trabalhadores. Além de propiciar a liberação dos operários para operarem mais de uma máquina dentro do processo produtivo, rompendo a lógica fordista de “um trabalhador por máquina”.

Uma vez que a operação de várias máquinas por um mesmo trabalhador já havia sido implantada com êxito, Ohno perseguiu o objetivo de agregar no mesmo posto de trabalho máquinas de diferentes finalidades, o que lhe permitiria, por conseguinte, concentrar no mesmo local diferentes funções de trabalho, antes limitadas a departamentos distintos no espaço da fábrica pelo sistema taylorista/fordista. Dentre essas funções, estavam a de programação de máquinas, o planejamento e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle de

qualidade dos produtos, sem contar, evidentemente, a transformação propriamente dita dos insumos e matérias-primas em produtos intermediários ou acabados (a produção direta) (PINTO, 2013, p. 63).

O objetivo é que o trabalhador aprenda as diferentes atividades relacionadas às diferentes funções. Assim, pode ser deslocado a qualquer momento para qualquer célula produtiva da fábrica e, principalmente, pode operar, simultaneamente, funções que antes seriam distribuídas a vários funcionários. Surge, então, o trabalhador “polivalente”, ou “multifuncional”, típico do toyotismo e do mercado de trabalho contemporâneo.

Com a adição da técnica de gestão de estoques “*kanban*” (cartazes, em japonês), conclui-se as bases sobre as quais se assenta o modelo japonês de produção. Essa técnica consiste em um sistema de informações específicas transmitidas pelos trabalhadores quando da necessidade de reposição de peças, visando-se evitar desperdício de tempo e material com a entrega “*just in time*”. Ao mesmo tempo, elimina-se a necessidade de supervisão para esse setor da fábrica, confiando-a aos próprios trabalhadores, e integra-se as esferas de controle de qualidade dos produtos à própria produção direta.

As tecnologias e o advento do toyotismo devem ser encarados como uma das estratégias do capital de contornar sua crise, consistindo em formas de intensificar o trabalho extraindo uma maior quantidade de sobretrabalho – ainda que se apregoe que o trabalho foi facilitado por conta da inserção de novas tecnologias (ANTUNES et ali., 2017, p. 437).

Ao impor o enxugamento do quadro de funcionários das fábricas e produzir seus trabalhadores “polivalentes” e “multifuncionais”, o toyotismo implementa o aprofundamento da racionalização do tempo de trabalho. Sob um discurso de integração e democratização no ambiente de trabalho, propiciado pela maior responsabilidade e autonomia atribuída aos trabalhadores, sobrecarrega-se o quadro reduzido de funcionários em um brutal novo processo de intensificação da exploração da taxa de mais-valia, demandando pela crise estrutural.

Além de uma reestruturação estritamente material, o toyotismo é também a expressão de uma ofensiva ideológica do capital. Através dele, aumenta-se, sistematicamente, o raio de ação da gerência sobre o trabalho. Ao saturar o tempo de trabalho com atividades diversas, o toyotismo também visa impactar na própria subjetividade do trabalhador. Os mecanismos de responsabilização e autonomia, junto com a sobrecarga, produzem o ambiente oposto ao fordismo, no qual a própria subjetividade tinha maior capacidade de ação. Efetua-se, assim, um processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo (ALVES, 2011).

Na verdade, o modelo de produção japonês representa mais uma tentativa de conseguir controlar a iniciativa do trabalhador, como foi posto desde o binômio taylorismo/fordismo. Diante de um cenário de intensificação da exploração e de falência do controle capitalista e das suas instituições (MÉSZÁROS, 2011), o capital busca refinar ideologicamente o seu poder sobre o trabalho, silenciando o antagonismo de classes para instaurar discursividades que remetem a sentidos de consenso, de colaboração entre partes que são diferentes, mas pertencentes a um mesmo projeto, como podemos ver em um trecho da SD12, abaixo.

SD12: Conclusão: numa obra, o tijolo de cima se assenta sobre o tijolo de baixo. Na hierarquia de uma empresa isso nunca acontece. O de baixo é que deve se adaptar ao de cima.

Para que esse “moldamento seja eficaz, é preciso produzir nos sujeitos, desde o início do estar-no-mundo, marcas que estarão para sempre em sua estrutura psíquica” (FLORENCIO, et ali., 2009, p. 57). Assim, os indivíduos são bombardeados, diariamente, por discursos inseridos nas formações ideológicas do capital. Esses dizeres funcionam como parte dos processos de identificação e de identidade de cada sujeito que elabora um discurso e que, assim, filia-se a determinada formação discursiva, a partir de uma posição de classe (idem., 2009). Cada sujeito, portanto, acaba por introjetar e se identificar com os elementos de saberes ligados ao capital, para que, assim, possa responder da maneira mais “adequada” às necessidades de reprodução do sistema.

Isto equivale a dizer que o capital hoje, enquanto sistema sociometabólico, precisa produzir subjetividades “adequadas” à crise estrutural, sujeitos que naturalizem, sem questionamentos, a profunda alienação e exploração a que são submetidos, em uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista. A análise de Marx se faz objetivamente atual sobre a profunda alienação que vigora no capitalismo em seu estágio avançado.

A produção produz o homem não só como uma *mercadoria*, a *mercadoria-homem*, o homem na determinação de *mercadoria*, o produz, correspondendo a essa determinação, como um ser *desumanizado* (*entmensches Wesen*) tanto *espiritual* como *corporalmente* – imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores e capitalistas. O seu produto é a *mercadoria autoconsciente e autoativa*, ... a *mercadoria-homem* (MARX, 2015, p. 325).

Dessa forma, as relações sociais precisam ser saturadas com discursos e sentidos que corroborem as práticas e ideias dominante no mercado. Assim, sob a lógica da gestão toyotista, o trabalhador está submetido a uma sujeição qualitativamente maior que no modelo anterior, despótico, pois a gestão de cunho toyotista é revestida de um direcionamento mais consensual

(ANTUNES, 2015), envolvente, dissimulando seu caráter manipulatório, ao oportunizar maior participação.

Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões”, (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios” (ANTUNES, 2009, p.130).

Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de modo sempre circunscrito à racionalidade instrumental do capital. Diferentemente do fordismo, voltado apenas para o controle corporal, esse modelo de organização da produção incentiva habilidades cognitivo-comportamentais proativas e propositivas no sentido adaptativo aos seus constrangimentos sistêmicos. Por isso, ainda segundo Alves,

Mais do que nunca, o foco do novo complexo de reestruturação produtiva a atingir as empresas capitalistas é a gestão do trabalho vivo e da força de trabalho (é o que salientaremos como senda a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). É por isso que a acumulação flexível se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho (e ainda, dos seus produtos e padrões de consumo). A flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva [...] (ALVES, 2011, p. 19).

Portanto, a reestruturação produtiva e suas consequências para o mundo do trabalho, são resultado de um processo do sistema sociometabólico do capital na tentativa de contornar a crise e seus limites estruturais. Nesse cenário, o aprofundamento da contradição entre capital x trabalho provoca uma ofensiva das classes dominantes sobre os trabalhadores, visando o controle maior do seu tempo de trabalho, como também de sua subjetividade, pois aumentar a produtividade e a taxa de extração de mais-valia torna-se ainda mais urgente para a sobrevivência do capital frente à impossibilidade crescente dos deslocamentos das contradições como ocorria nas crises parciais. Sobre tais limites, nos diz Méészáros

[...] o deslocamento das contradições é factível apenas enquanto a crise é parcial, relativa e internamente controlável pelo sistema, exigindo não mais do que mudanças – ainda que significativas – dentro do próprio sistema relativamente autónomo. Do mesmo modo, uma crise estrutural põe em causa a própria existência do respectivo complexo global, postulando a sua transcendência e substituição por algum complexo alternativo. O mesmo contraste pode ser expresso em termos dos limites que qualquer complexo social particular possa ter nas suas proximidades, em qualquer tempo dado, quando comparados com aqueles para além dos quais concebivelmente não pode ir. Assim, a crise estrutural não está preocupada com os limites *imediatos* mas sim com os derradeiros limites de uma estrutura global (MÉSZÁROS, 2006 pp. 11-12).

Pensando a partir dessas condições de produção do discurso, passaremos a analisar o discurso empresarial sobre mundo do trabalho, buscando atingir o caráter material na produção dos seus sentidos. Assim, buscamos compreender, a partir do discurso ora analisado, o processo contemporâneo de significação sobre o mundo do trabalho e, especialmente, a (re)significação dos trabalhadores.

4. APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE OS SUJEITOS DO TRABALHO: O IDEAL DO MERCADO

Segundo Orlandi (2015, p. 60), a constituição do *corpus* deve ser um dos primeiros pontos a se considerar na análise. Essa constituição deve ser orientada pelas hipóteses e objetivos de pesquisa, que, por sua vez, devem ser formulados pelo analista sempre em relação a um certo estado das Condições de Produção do discurso investigado (COURTINE, 2014). Desse modo, buscamos coletar um conjunto de sequências discursivas (Idem, 2014) que nos permitisse apreender¹⁶ o funcionamento do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho, especialmente, no que se refere à constituição de sentidos que atuam na (re)significação do trabalhador contemporâneo.

Nesse intuito, buscamos investigar a materialização desse discurso a partir dos dizeres veiculados no quadro *Emprego de A a Z*, exibido pela Rede Globo de Televisão no programa Fantástico, entre 2007 e 2009¹⁷, sob a apresentação de Max Gehringer, consultor e autor de livros sobre carreira e negócios. Esse quadro contou com vinte e um episódios, os quais abordavam temas específicos relacionados a situações do mundo do trabalho; são eles: A de Assédio, A de Aumento, B de Bonzinho, C de Currículo, D de Demissão, E de Entrevista, F de Fobia de Férias, F de Festa, F de Formação, I de Idade, I de Intriga e de Inveja, J de Jovem, M de Marketing Pessoal, N de Networking, P de Patrão ou Empreendedor, P de Primeiro Emprego, P de Puxa-saco, Q de qualidade de vida, R de Relacionamento, V de Vaga, V de Vítima.

Segundo o site Memória Globo, Gehringer com uma “linguagem concisa e divertida”, dava “conselhos úteis para situações práticas” do cotidiano. O roteiro desses episódios incluía exemplos, entrevistas com trabalhadores e, ao final, orientações do consultor sobre as atitudes e padrões de comportamento considerados mais adequados às práticas laborais. Seja qual fosse o tema, os sentidos sobre o lugar do trabalhador no espaço de trabalho, bem como suas obrigações para com a empresa – isto é, seu lugar de mercadoria fornecedora de mão de obra para o processo produtivo do capital – serviam de “pano de fundo” para as discussões.

¹⁶ Segundo Orlandi (2015, p. 60), o objeto discursivo é inesgotável porque, por definição, se estabelece na relação com um discurso anterior e, ao mesmo tempo, aponta para outro.

¹⁷ O quadro foi um dos mais acessados no site do *Fantástico* no período em que esteve no ar (Memória Globo).

A nosso ver, *Emprego de A a Z* funcionou como meio de divulgação de dizeres ideologicamente marcados por valores e interesses das classes dominantes, que necessitam inculcar no trabalhador a naturalização de sua condição de mão de obra para o mercado. Assim, apresenta um processo privilegiado de materialização do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho, visto o lugar de onde “fala” o consultor, enquanto representante do capital e a influência exercida pela Rede Globo na formação social capitalista brasileira. Sobre o poder de controle ideológico que os grandes grupos empresariais-midiáticos exercem a favor das classes dominantes, nos diz Ramires:

O discurso jornalístico tem sido objeto de estudo, na Análise do Discurso, uma vez que evidenciam posições ideológicas que apontam a mídia como parte de uma indústria que obedece às regras da sociedade capitalista. A mídia atua como uma força que tem o poder de interferir em questões políticas, econômicas e sociais. No Brasil, as organizações Roberto Marinho têm reconhecidamente uma aproximação com o poder desde o início de suas atividades e a Rede Globo de Televisão materializa essa proximidade (RAMIRES, 2017, p. 56).

Assim, esse novo profissional que está presente no mercado – consultor de carreira – é apresentado ao público, pela mídia, como um “aliado” dos trabalhadores, visto que teria como “especialidade” auxiliar a cada indivíduo sobre como “gerir” de maneira adequada a sua relação com o mercado de trabalho. Em um suposto “novo” panorama de mercado, as pessoas não são mais apenas “recursos” das empresas, quando as “carreiras” ficavam na mão dos empregadores, e começam a assumir o “controle” de sua vida profissional. Como nem todos saberiam fazê-lo por conta própria, entram em cena os consultores de carreira, “especialistas” que, possuindo conhecimento sobre o mercado de trabalho, teriam competência para analisar e ajudar os indivíduos a se organizarem diante de suas histórias de vida e suas carreiras¹⁸.

Desse modo, com a crescente instabilidade trazida pela precarização do mundo do trabalho, a prática de consultoria é uma realidade crescente no mercado. A procura por parte de trabalhadores das mais diversas áreas em busca de recolocação, planejamentos de metas para alcançar promoção no emprego, orientação sobre como mudar de profissão, dentre inúmeros outros motivos, é sintoma do processo de responsabilização da subjetividade do trabalho sobre seus sucessos ou fracassos.

Não é nossa pretensão analisarmos todos os episódios, pois, além de ser um material muito extenso, as questões que nos interessam, mais diretamente, se repetem, embora com algumas variações, ao longo de todos os episódios. Por isso, recortamos os dizeres que

¹⁸ Informação extraída do site “administradores.com”, especializado em consultoria e mercado.

analisamos mais significativos para nossos objetivos. Além disso, delimitamos, para a construção do *corpus* discursivo de nossa pesquisa, recortes das “falas” do apresentador, que orientavam a dinâmica de cada quadro. Entendendo que decidir o que faz parte do *corpus* já é um gesto de interpretação (ORLANDI, 2015), nossa proposta é analisar o processo discursivo que determina as “orientações” do consultor, os momentos específicos em que ele se “dirige” ao público¹⁹, enquanto um porta-voz de um discurso outro, qual seja, o discurso empresarial.

Courtine (2014, pp. 54-55) explica que as condições de produção do discurso agem “à maneira de um funil, ou melhor, de um *filtro* que opera por extrações sucessivas”, pelas quais o analista vai trabalhando desde um “universal do discurso” até a constituição do *corpus* e das sequências discursivas, entendidas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (Idem, 2014).

Assim, precisamos partir do pressuposto de que, para atender a suas demandas sempre crescentes de lucro, o capital pós-reestruturação produtiva necessita instaurar uma nova discursividade sobre a organização de seu sistema sociometabólico. Dessa forma, através da atuação conjunta entre as novas técnicas de administração do trabalho vivo e o discurso de horizontalidade nas relações entre empregados (em seus diversos níveis) e patrões, busca silenciar contradições inerentes a seu funcionamento e sobrevivência, enquanto modo de produção.

A partir de procedimentos de segmentação, orientados por nossos objetivos, selecionamos 14 sequências discursivas, com a formulação “A empresa escolhe os melhores”, como sequência discursiva de referência (COURTINE, 2014). E, como o movimento analítico de construção do *corpus* não se esgota na seleção das sequências, pois elas também precisam ser organizadas em seu interior (INDURSKY, 2013), as dividimos em 4 blocos de sentidos, sendo eles: 4.1 “O discurso empresarial e as tentativas de controle das subjetividades nos espaços de trabalho”, 4.2 “É preciso ser o ‘melhor’: os efeitos de sentidos de competição e conflito entre os trabalhadores”, 4.3 “Trabalhador gestor? Efeitos de sentidos de autodeterminação e individualismo nas relações de produção” e 4.4 “O chefe está sempre certo: discurso, relações de poder e silenciamento da exploração do trabalho”.

¹⁹ Com isso queremos apenas especificar o processo de constituição do *corpus*.

A escolha por essa divisão entre as sequências se deu pelos efeitos de evidência provocados pelas materialidades discursivas e por entendermos que esses 4 blocos temáticos expressam o movimento de sentidos que o discurso empresarial mobiliza em seu processo de (re)significação da subjetividade do trabalho. Desse modo, detectamos uma discursividade que projeta um trabalhador como alguém que:

- 1) busca sempre se envolver ao máximo com as operações da empresa, se mostrando participativo;
- 2) é competitivo, querendo sempre ser “o melhor” na sua função;
- 3) autodeterminado, está sempre atento a formas de gerir a própria carreira;
- 4) não vê no chefe um adversário e procura, antes de demonstrar qualquer insatisfação, realizar sempre uma autoavaliação²⁰ sobre seu próprio desempenho.

Sob a égide do toyotismo, a ideologia dominante precisa instaurar um simulacro de ruptura com os processos explicitamente rígidos de controle do capital sobre o trabalho, típicos do taylorismo/fordismo, e fazer circular sentidos que visam produzir o consenso e a colaboração de classes, como já dissemos. Assim, essas sequências, a nosso ver, dão conta dos objetivos e da temática propostos pela análise (ORLANDI, 2015), expressando uma determinada regularidade de sentidos sobre o mundo do trabalho e seus sujeitos. Ressalte-se, ainda, que, como diz Pimentel (2015, p. 52), não pretendemos com isso “enclausurar os sentidos” em blocos homogêneos, e sim mostrar o funcionamento discursivo, a partir das temáticas de destaque.

Em seu estudo sobre o Discurso da Qualidade Total, Amaral (2016) aponta que esse se inscreve em determinada formação discursiva – definida pela autora como Formação Discursiva do Mercado – que teria “como principal representante o ‘discurso do empresário’” (Idem, p. 106) e regularia os dizeres sobre as relações empresariais e sobre os sentidos que apontam os modelos de gestão como as armas das empresas para vencer a concorrência no mercado. A partir da reflexão da autora, especificamos a FD aqui estudada como própria do “Mercado de Trabalho”, por entendermos que os sentidos por ela mobilizados funcionam naturalizando as determinações da divisão social do trabalho para os próprios trabalhadores, no

²⁰ Segundo o site SBCoaching, “é uma ferramenta extremamente útil para aqueles que desejam avançar na sua carreira, melhorar seus relacionamentos profissionais ou até mesmo refinar suas habilidades”.

cotidiano da produção, através, do discurso reproduzido em treinamentos e consultorias pelos porta-vozes dos interesses empresariais.

Consideramos também a discussão feita por Mariani (1998) e entendemos o discurso aqui analisado como uma modalidade de discurso *sobre*. De acordo com a autora, os discursos sobre atuam na institucionalização de sentidos e, “de modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento” (Idem, 1998). Ainda segundo Mariani:

Um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciativo produz um efeito de distanciamento [...] e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão (MARIANI, 1998, p. 60).

O consultor também é apresentado como um “especialista” que, autorizado pelo conhecimento de mercado de trabalho, pode repassar, “didaticamente”, aos trabalhadores, as informações necessárias para que saibam como se comportar em relação às demandas postas por esse. A nosso ver, esse profissional assume, desse modo, um tom pedagógico²¹ perante o público para o qual se refere, reforçado pelo imaginário de credibilidade jornalística que lhe confere o espaço midiático de onde enuncia, construindo, assim, uma posição imaginária de neutralidade e objetividade. Entendemos, no entanto, que a posição da qual fala é determinada por um discurso outro, do qual é representante, e que dissimula o seu funcionamento através desse didatismo que se ancora na ilusão de uma linguagem isenta de subjetividades (MARIANI, 1998), atravessada pela noção de objetividade própria do discurso jornalístico.

Sendo uma modalidade do discurso *sobre*, o discurso jornalístico se assemelha, em seu funcionamento, à forma mais autoritária do discurso pedagógico, no qual os aprendizes são postos como tabulas rasas, circunscritos a absorver as informações repassadas pelo professor, o qual exerce a função imaginária de tradutor literal do mundo objetivo. Nesse sentido, esse efeito de didatismo atua na direção de reforçar a ilusão de objetividade do discurso jornalístico em seu relato *sobre* o que seriam os fatos. A figura do consultor, portanto, se inscreve em um lugar de autoridade próprio de um funcionamento discursivo em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento sobre um campo de saber próprio ao mundo do trabalho, que deve

²¹ Segundo Orlandi (2011), o discurso pedagógico é também um discurso autoritário, no qual, dentre outros elementos, há apenas um agente detentor do poder de dizer e a polissemia se encontra contida, numa tentativa de imposição de um sentido único.

ser tornado “compreensível” para os sujeitos, de acordo com os elementos de saberes próprios à Formação Discursiva do Mercado de Trabalho.

4.1 – O discurso empresarial e as tentativas de controle das subjetividades nos espaços de trabalho

Vejamos a primeira sequência discursiva, retirada do episódio denominado “O funcionário bonzinho”, o qual traça o perfil de supostos tipos de funcionários existentes dentro de empresas, buscando explicar ao telespectador/trabalhador quais os comportamentos mais “adequados” para desenvolver sua carreira.

SD1 – Nas empresas existem três tipos de funcionários: o bom, o ruim e o bonzinho. O Bom é o que tem um produto maravilhoso para vender: ele mesmo. Quando o bom faz alguma coisa, a empresa inteirinha fica sabendo. O ruim é aquele que acha que tudo está errado: o chefe, os colegas, o cafezinho, a maneira como Deus criou o universo. Enquanto o bom passa o dia falando bem dele mesmo, o ruim passa o dia falando mal dos outros. E o bonzinho? O bonzinho é aquele que não diz nada. Nas empresas, de modo geral, o bom vai para cima, o ruim vai para fora e o bonzinho fica sempre no mesmo lugar.

A nosso ver, os dizeres materializados na sequência acima atualizam sentidos sustentados por uma memória que busca estabilizar a imagem sobre o trabalhador e naturaliza seu lugar nas relações de produção. Reafirmamos que somente a partir da articulação do discurso com sua historicidade é que poderemos superar o efeito de evidência ideológica, visto que no funcionamento discursivo o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica. O que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer (ORLANDI, 2006).

“Empresa” e “funcionários” são dados na sequência como coisas evidentes, aquilo que todos sabem o que é e significa. No entanto, há uma classificação que propõe uma distinção quanto aos tipos de funcionários existentes, apresentados como “bom”, “ruim” e “bonzinho”. Nesse movimento, os sentidos vão deslizando e se constrói um imaginário sobre o trabalhador exigido pelo mercado, em um processo que, através da estabilização dos sentidos, delimita um aparente maniqueísmo nas relações de produção, fixando modelos ilusoriamente rígidos de subjetividade. Assim, ao se “definir” quais as supostas possibilidades de subjetivação existentes, aumenta-se, por sua vez, o controle ideológico do capital sobre os trabalhadores.

Desse modo, o “bom” funcionário se enquadra como aquele que “tem um produto maravilhoso para vender: ele mesmo”, por outro lado, o “ruim é aquele que acha que está tudo

errado” e, finalmente, o “bonzinho é aquele que não diz nada”. Temos aqui, em jogo, três representações discursivas, aparentemente em disputa, sobre os tipos possíveis de trabalhadores contemporâneos. A nosso ver, essas representações são trazidas para o fio do discurso como elementos de uma estratégia discursiva que busca produzir sentidos de adequação e identificação do sujeito com um dos modelos e consequente recusa dos outros. Nesse cenário, o funcionário ideal seria algo assemelhado à categoria do “bom sujeito”, plenamente identificado com a Formação Discursiva do Mercado de Trabalho, um sujeito impossível posto pelo discurso empresarial, que não teria possibilidade de resistência e identificação com discursos outros, de resistências de qualquer tipo. Segundo Beck,

[...] o bom sujeito, é conceituado como inelutavelmente assujeitado à ideologia dominante burguesa. Outrossim, é bom porque inconscientemente regido em suas práticas, sobretudo em seu discurso, por uma exterioridade material que se reproduz por intermédio deste assujeitamento. Contudo, esse bom funcionamento teorizado por Pêcheux, nesse primeiro momento, ainda não apresenta falhas, somente o seu avesso – o mau sujeito – parece se definir pelo mau funcionamento (BECK, 2010, p. 51).

O discurso empresarial precisa, desse modo, estabilizar os sentidos produzidos sobre os sujeitos do trabalho, para que nesse processo de “enquadramento” ideológico, de classificação dos tipos de trabalhadores, possa efetuar um controle mais efetivo dos processos de subjetivação no atual mercado de trabalho.

Na SD1, o funcionário “bom” é aquele que, paradoxalmente, é mercadoria e “empresário” de si próprio. Ou seja, evoca-se a memória do sujeito que atua na gestão de sua própria carreira e que é engajado e comprometido com os resultados, pois assim poderá vir a divulgá-los e mostrar ao chefe que é/tem mercadoria lucrativa para a empresa. Esse é o perfil de trabalhador demandado pela gestão de cunho toyotista, um sujeito engajado, envolvido com a produção e com os valores/interesses da empresa. Tal novo modelo de controle do capital sobre o trabalho vivo tem como foco principal o manuseio da “iniciativa” do trabalhador a favor das empresas, objetivo que vem sendo perseguido pelo capital desde Ford e Taylor. Como diz Alves,

Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital [...]. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos (ALVES, 2011, p. 60).

A contemporaneidade no mundo do trabalho se apresenta, então, como um momento singular de domínio das ideias de mercado e trabalho estranhado, difundidas pelo capital. Segundo Magalhães (2013), tentam-se apagar as contradições sociais, principalmente as

determinações de classe, que respondem pelo lugar das formações ideológicas a que se filiam os discursos, exaltando um suposto consenso como a forma básica da sociabilidade.

Nessa reconfiguração do controle sobre o trabalho e sobre a classe produtora não pode haver espaço para “questionamentos”, para “reclamações” e para qualquer forma de resistência, por menor que seja, que venha a perturbar o ambiente “consensual” instaurado pela ideologia. O trabalhador que demonstra insatisfação, que resiste à sua posição material e imaginária de parceiro/colaborador, é definido como um funcionário “ruim”, como alguém que costumeiramente “acha que está tudo errado” e que é dado a reclamar “à toa”, desde o chefe até “a maneira como Deus criou o universo”.

Ou seja, são convocados sentidos negativos sobre o funcionário que rompe o “pacto de colaboração” e a lógica do esforço individual como meio adequado de gerir a própria carreira. Essa discursividade procura interditar uma possível identificação dos sujeitos com uma prática de resistência, ainda que mínima, visto que o projeto do capital é o controle e a “captura” da subjetividade. Desse modo, os elementos ideológicos da gestão toyotista visam, segundo Alves (2011, p. 54), fazer os trabalhadores “olharem seus interesses históricos de classe do proletariado pelo avesso ou de um ponto de vista oposto”.

Entra em questão também aqui o silenciamento das relações de poder postas nos espaços de trabalho que, a despeito do discurso de consenso, ocorrem de forma autoritária, visto que o empresário está no polo de poder desse conflito. Desse modo, o trabalhador, se não quiser ser visto como um “mau” funcionário, deve se submeter, tal qual é submisso à “maneira como Deus criou o universo”, à dinâmica da empresa na qual está empregado. Ou seja, aceitar a hierarquia existente, sem questionamentos, e os objetivos e metas por ela impostos, ainda que muitas vezes inalcançáveis. O discurso religioso comparece dando sustentação aos sentidos da hierarquia empresarial que, assim como os desígnios divinos, jamais devem ser desobedecidos ou criticados.

A terceira representação, apresentada como modelo a não ser seguido pelos sujeitos, é a definição do funcionário “bonzinho”, denominação que dá título ao episódio em questão. O imaginário construído em torno dessa definição também convoca sentidos negativos, pois o “bonzinho”, apesar de não “falar mal dos outros”, também não fala “bem dele mesmo”, ou seja, não demonstra o nível de comprometimento pessoal necessário, pois um envolvimento de tal maneira implica o desejo de ascender profissionalmente e, para tal, é necessariamente preciso

ter um “espírito” competitivo que lhe permita, ao ser comparado com os demais, ter um lugar de destaque na luta por ascensão dentro da empresa, em outras palavras: ser uma mercadoria de destaque em meio às várias outras. Assim, se o “bonzinho” não se preocupa em vender a si próprio e a seus resultados, como “um produto maravilhoso” para a empresa, isso quer dizer que não demonstra a “iniciativa” necessária para se configurar em uma mercadoria especializada em lucratividade, em produzir riqueza para o patrão.

Entendemos, assim, que a materialidade analisada, em suas estratégias discursivas de legitimação ideológica, traz à superfície a contradição fundamental daquilo que Pêcheux (2014) vai denominar como as condições ideológicas do processo contraditório de (re)produção/transformação das relações de produção. Isto é, a necessária tentativa de controle do capital sobre a classe trabalhadora que, por sua vez, apresenta diversas maneiras de resistência a esse ataque sobre a própria subjetividade, pois como diz ainda Pêcheux (2014), no processo de determinação ideológica, não há ritual sem falha, visto que se os trabalhadores se constituíssem apenas enquanto “bons sujeitos²²” não haveria necessidade de mecanismos outros de controle do capital sobre o trabalho.

Os dizeres acima determinam aquilo que o funcionário deve ou não fazer no ambiente de trabalho, a partir das representações postas. Essas atualizam memórias que remetem tanto à insubordinação trabalhista, como ao modelo de trabalhador especializado do taylorismo/fordismo, do qual não se exigia nada além do cumprimento de sua função específica.

Deixa-se claro, portanto, a intolerância quanto ao trabalhador não completamente obediente, visto que “o ruim vai para fora”. No entanto, admoesta-se aquele que resiste em dar um “algo a mais”, em ser mais competitivo e em buscar vender a “ele mesmo”, pois, apesar de não ser demitido, ele é fadado à estagnação profissional, ficando “sempre no mesmo lugar”. Tal situação, além de implicar no salário e nas condições de vida do trabalhador, é considerada como uma espécie de “fracasso”, na sociedade capitalista, na qual todos devem sempre acumular riqueza e status. Assim, o discurso em questão convoca o sujeito a não se reconhecer em uma identidade de classes, visto que para o desenvolvimento de sua carreira, deve ser competitivo, lutando por melhores condições e reconhecimento na empresa.

²² Um sujeito que age em conformidade com a ideologia dominante é nomeado por Pêcheux como um “bom sujeito” (BECK, 2010).

Percebemos, novamente, como o discurso empresarial busca homogeneizar os sentidos sobre os sujeitos do trabalho, em uma tentativa impossível de constituir uma subjetividade “fixa”, completamente sob controle. O aparente maniqueísmo construído com as diferentes “classificações” de funcionários, produz efeitos de sentido de saturação, de rigidez dos sujeitos, numa tentativa de apagar as gradações possíveis de serem instauradas nos processos de subjetivação, os quais trazem sempre as marcas das relações de contradição constitutivas do processo de reprodução/transformação das relações de produção, que estão sempre abertos ao equívoco e à falha.

O que pode vir a falhar? É certo que as causas do bom ou do mau assujeitamento estão relacionadas, em grande medida, ao antagonismo nas relações de dominação e exploração socioeconômicas como sabemos pela formulação das modalidades de funcionamento subjetivo de Pêcheux [1975] (1997) (BECK, 2010, p. 68).

A sequência analisada produz sentidos negativos para trabalhadores que não apresentam o nível de comprometimento exigido pelas empresas em que trabalham. Tal engajamento é verificado pela capacidade que o funcionário tem de vender a si próprio como “um produto maravilhoso”, o que só é possível se esse tem resultados satisfatórios o suficiente para se destacar dos demais companheiros de trabalho. É isso que determina o deslize aqui verificado de “bom” para “bonzinho”, pois o segundo, não completamente identificado com tal processo, é alvo da sanha do capital em sua tentativa de controle da subjetividade.

É o que podemos ver, na sequência, com as próximas SD’s, retiradas do mesmo episódio.

SD2 – Se surgir uma daquelas **raras oportunidades de matar um leão e virar o herói da empresa**, o bonzinho **prefere sentar e esperar o leão morrer de velho**. No fundo, o bonzinho é o funcionário que **todo mundo quer ter como colega**. Ele é simpático, não faz intriga, não puxa o tapete de ninguém, elogia todo mundo e **está sempre disposto a ajudar**. Por isso mesmo, **chefes e colegas preferem** que o bonzinho continue onde está. O tempo vai passando e o bonzinho vê os colegas sendo promovidos. **Gente que ele treinou vira chefe, mas o bonzinho continua na mesma função de sempre**. O que o bonzinho precisa fazer? Primeiro: **criar um pouquinho de coragem**. Ninguém espera que o bonzinho saia chutando mesas e cadeiras, mas ele precisa começar discordando das pequenas coisas, para depois **começar a discordar do que realmente interessa**.

SD3 – Comparado com **outros** profissionais do mercado, o bonzinho leva uma grande vantagem: **ele é bom. Só precisa deixar de ser bonzinho**.

Os dizeres materializados na SD2 retomam e atualizam sentidos sobre o mundo do trabalho que, de algum modo, dialogam com o que foi analisado na SD1. A sequência acima apresenta mais algumas características do que seria o “funcionário bonzinho”, perfil imaginário

de um tipo de trabalhador, cujos sentidos o discurso empresarial procura interditar. É a necessidade do consenso, de controle total, sem nenhum tipo de resistência, que o discurso empresarial almeja, como necessidade objetiva, e ilusória, do capital

Podemos perceber na SD2 sentidos que remetem a uma memória de consenso no espaço de trabalho. Através dos efeitos de pré-construído²³ que irrompem no discurso como algo que todos sabem o que significa, temos uma articulação que diz que todo trabalhador sabe o que é uma “oportunidade” e também que deve sempre esperar e aproveitar aquelas que lhes forem concedidas.

A sequência discursiva em questão, materializa dizeres que permitem ao analista do discurso investigar e seguir os trajetos sociais dos sentidos (SILVA SOBRINHO, 2007) sobre mundo do trabalho, bem como as representações dos perfis de trabalhadores demandados pelas atuais formas de produção do capital e suas respectivas práticas ideológicas de controle sobre os homens e mulheres no trabalho.

A partir da explicação dada pelo consultor sobre o que seria um indivíduo “bonzinho” no trabalho, como também as dicas – o objetivo explícito do quadro era ajudar aos trabalhadores a encontrar seu lugar – para o público telespectador²⁴ realizar uma autoanálise e extirpar o “bonzinho” de dentro de si, o discurso vai determinando o tipo de trabalhador que o mercado quer e espera. Assim, pelo trabalho do que não está dito, mas significando no discurso, o enunciado vai evocando uma relação opositiva entre o perfil a ser rejeitado e o que deve servir de modelo de identificação para a “nova” subjetividade do trabalho. Segundo Amaral,

O que muda com a prática de programas de qualidade dentro das empresas são as exigências postas para os sujeitos, que continuam vendendo sua força de trabalho. Se antes era cobrada dos trabalhadores apenas a sua capacidade física hoje exige-se uma potencialidade intelectual que lhes permita acompanhar o desenvolvimento tecnológico da sociedade e apresentar-se como uma força de trabalho (mercadoria) de qualidade para competir no mercado (AMARAL, 2016, pp. 249-250).

Em nossa tentativa de desnaturalizar o “óbvio” (PÊCHEUX, 2014), buscamos ir além do fenomênico no intuito de apreender o caráter material dos sentidos. Nesse intento, mobilizando os dispositivos teórico e analíticos da AD, questionamos os efeitos de pré-

²³ Segundo Pêcheux (2014, p. 154), o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita.

²⁴ Cada episódio se dirigia, especificamente, aos trabalhadores, com dicas “práticas” para o cotidiano.

construído produzidos pelo significante “oportunidades”, a nosso ver, uma chave de entrada na análise, permitindo nossa apreensão dos dizeres materializados nessa SD (2). O enunciado aciona essa memória das “oportunidades” como o primeiro elemento distintivo do comportamento de um trabalhador “bonzinho”. Esse, ao invés, de aproveitá-las, como se espera de um “bom” trabalhador, “prefere sentar e esperar” que ela se dissipe, que o problema resolva a si próprio, isto é, escolhe não enfrentar “o leão”, mas apenas torcer para que ele “morra de velho”, omitindo-se frente a seu compromisso com a empresa.

São produzidos sentidos de acomodação, de um indivíduo que diante dos desafios impostos pela “dinamicidade” do mercado, não busca sair de sua “zona de conforto”²⁵. É interessante notar que a metáfora utilizada pelo consultor (matar um leão e virar o herói da empresa) retoma outra formulação de significativa circulação na sociedade e ligada ao senso comum. “Matar um leão por dia” se inscreve em um discurso que significa a vida e naturaliza a ideia de superar grandes dificuldades diariamente para a manutenção da própria sobrevivência, significando, para os trabalhadores em geral, algo como dar conta do que lhes foi ordenado, atingindo suas metas e produzindo os resultados determinados pela chefia. No modelo de gestão toyotista, que extrapolou o espaço das fábricas e hoje é empregado mesmo nas repartições públicas (ALVES, 2011), o gestor delega responsabilidades e cobra resultados, não sendo de interesse dele os problemas que o trabalhador tenha que enfrentar para alcançar tais resultados. Superar as dificuldades que apareçam é responsabilidade desse, que deve mobilizar sua “iniciativa” e “criatividade” para tais situações

Assim, tal expressão abre espaço para sentidos que reforçam o senso de oportunismo, de proatividade, dos trabalhadores, que devem estar sempre prontos para aproveitar as chances que o mercado, porventura, lhes der. Enquanto, por outro lado, convoca sentidos que atribuem ao espaço de trabalho propriedades de um ambiente inóspito, em que é preciso “lutar com leões”, que remetem tanto à cobrança das metas impossíveis de serem atingidas, como à competição dos próprios colegas de empresa que podem vir a se destacar frente à chefia. Em ambas as situações, o trabalhador precisa “matar o leão” para não ficar à mercê do risco do desemprego.

Entretanto, é importante ressaltar que, nesse funcionamento discursivo, há um movimento de sentidos que sobrepõem a relação entre ameaça/oportunidade. A ameaça de

²⁵ Expressão recorrente na chamada “literatura de autoajuda”. Gênero muito utilizado nos meios empresariais para, dentre outras atividades, treinamentos e momentos “motivacionais”.

perder o emprego, ou ser superado por um colega concorrente, é discursivizada como uma “oportunidade” que deve ser encarada como uma chance para que o trabalhador mostre “seu valor”, tanto para o chefe como para a empresa, provando que é capaz de dar respostas positivas (lucros) a despeito das dificuldades que se interponham, ajudando também a empresa a vencer “os leões” que o mercado produz.

Em uma relação parafrástica da metáfora acima, poderíamos ter: 1) é preciso vencer ameaças todos os dias; 2) é preciso superar grandes desafios todos os dias; 3) é preciso atingir as metas todos os dias; 4) é preciso provar seu valor para o chefe todos os dias; 5) é preciso ser lucrativo todos os dias.

Entendemos que essa formulação abre a possibilidade desses deslizamentos de sentidos, visto que suas condições de produção são definidas pela competição entre empresas e entre trabalhadores, típicas do funcionamento do mercado. Além disso, o trabalhador deve se identificar com a posição-sujeito do patrão e “lutar” pela “sobrevivência” da empresa no mercado e pela sua própria dentro dessa empresa. “Matar um leão” remete a uma memória sustentada no conceito de estado de natureza, a partir do qual o mercado é significado como um espaço de disputas, no qual não há lugar para todos e que, portanto, apenas os mais fortes e agressivos podem sobreviver. Nesse espaço, de acordo com Hobbes,

[...] os homens seriam iguais e possuidores de um permanente desejo pelo poder, ou seja, ter a capacidade de adquirir riquezas, reputação e domínio sobre outros homens. Ao terem necessidades semelhantes e o mesmo sentido de preservação, lutariam entre si em disputas para tomarem aquilo que é de outro ou com o objetivo de evitar ataques, perdendo posses e até mesmo a vida (RAMIRES, 2017, pp. 88-89).

Esses elementos de saberes, atualizados no discurso empresarial como um discurso da resiliência, da necessidade de tomar a iniciativa para encarar os “desafios” é amplamente difundido, também, pelo que se convencionou chamar de literatura de autoajuda. Alves (2011) traz um exemplo relevante, realizando uma reflexão sobre o best-seller *Quem mexeu no meu queijo?*, livro do consultor empresarial Spencer Johnson, utilizado em treinamentos e por consultores empresariais.

Uma das mensagens do livro diz: “velhas crenças não o levam ao novo queijo”. É clara a ideia da necessidade de se adaptar às mudanças do mercado. O livro é uma parábola na ótica do capital sobre o que fazer com aquilo que o neoliberalismo está fazendo conosco. Um dos personagens, Hem, teme “aventurar-se no labirinto” (o mercado) em busca do novo queijo: “Eu gosto daqui. É confortável e familiar. Além disso, é perigoso lá fora”. O personagem expressa “medo de fracassar”. Logo a seguir, o livro coloca a mensagem pró-ativa: “mas teve de rir de sua insensatez quando percebeu o que o medo estava fazendo com ele” (ALVES, 2011, p. 96).

Através da metáfora dos ratos que precisam enfrentar o labirinto para conseguir queijo, são materializados nessa formulação os elementos de saber da Formação Discursiva do Mercado de Trabalho. Assim, os dizeres produzem um imaginário sobre o mundo do trabalho e sobre o trabalhador, constituindo uma posição-sujeito que não deve hesitar diante das demandas e da instabilidade do mercado de trabalho.

Em seguida, o enunciado continua trazendo informações sobre o “funcionário bonzinho”, como aquele que não “puxa o tapete” dos colegas, que “está sempre disposto a ajudar” e é o colega que “todo mundo quer ter”. Contraditoriamente, é pelo fato de apresentar tais “qualidades” que “chefes e colegas preferem” que ele continue no mesmo patamar dentro da empresa. Preferem que ele continue observando o tempo que “vai passando”, enquanto seus outros colegas são promovidos e, até mesmo, “gente que ele treinou” se torna chefe, enquanto ele – “bonzinho” – permanece na mesma função. O operador argumentativo “mas”, como uma marca material da língua, nos dá indícios da contradição, posta pelo discurso empresarial, entre ser um funcionário competente e, mesmo assim, ficar estagnado na estrutura hierárquica da empresa.

O consultor então apresenta o que o “bonzinho precisa fazer” e lista os passos que precisa seguir para se tornar um “novo” trabalhador, com postura condizente à empresa contemporânea. O primeiro passo a ser tomado é “criar um pouquinho de coragem”. A partir daí, tendo superado a “covardia” que lhe faz fugir dos “desafios”, ele deve começar a se posicionar na empresa, a emitir opiniões, primeiro sobre “as pequenas coisas”, para depois estar apto a “começar a discordar do que realmente interessa”.

O que está em jogo nesses dizeres sobre o trabalhador é a questão da iniciativa e da participação, alvo da gerência sobre o trabalho, desde Taylor. O discurso empresarial produz sentidos negativos, de covardia, de omissão, no sentido de que os sujeitos se identifiquem e orientem suas práticas no trabalho, a partir de seus elementos de saber. Amaral, em seu estudo sobre o Discurso da Qualidade Total (DQT), explica que

À participação do pessoal nas decisões da empresa associa-se o sentido de colaboração em função dos ganhos de produtividade e competitividade. Essa prática de participação e colaboração dos empregados, segundo sugere o DQT, ocorrerá se a mudança for operada em todos os níveis, incluindo os padrões de relação capital/trabalho. Isso se daria por meio do estímulo à participação do pessoal nas decisões da empresa, implicando a mudança de comportamento (AMARAL, 2016, p. 210).

Assim, o trabalhador deve voltar sua subjetividade, sua capacidade cognitiva, para o processo de aperfeiçoamento do processo de produção da empresa. A ideologia empresarial o interpela, via discurso, a se posicionar, a opinar, isto é, a participar ativamente, quando convocado, pensando em “melhorias” para o ambiente de trabalho e para a produtividade. Nesse processo discursivo, é isso que equivale a discordar “do que realmente interessa”, em um processo de estabilização e controle de sentidos e sujeitos. Esse é o limite da liberdade de criatividade e de discordância dada ao indivíduo. Sobre o que “não interessa” à empresa, como reivindicações trabalhistas, greves ou divergências sobre o ritmo de trabalho, o sujeito não deve se posicionar.

Para isso, é preciso que se instale nas empresas uma discursividade do consenso, segundo a qual os trabalhadores percebam as “oportunidades” dadas por essas, não como um chamamento a refinar sua autoexploração, ao ajudar o explorador, mas como uma verdadeira “chance” de desenvolver sua carreira, pois, em última instância, ele também é a empresa. O discurso empresarial silencia as relações de exploração e convoca o sujeito a ser “o herói da empresa”.

De acordo com Bernardo,

[...] o discurso empresarial se apropriou de um termo que era utilizado pelos trabalhadores na luta contra o poder das empresas e lhe atribuiu um sentido exatamente oposto: a “visão compartilhada”. Poderíamos dizer, então, que a expressão mais adequada para as propostas participativas da organização flexível seria “visão assimilada” ou “visão cooptada”, uma vez que o objetivo buscado é, simplesmente, que os fatores de interesse para a empresa sejam assimilados pelos trabalhadores como também seus (BERNARDO, 2009, pp. 66-67).

Complementando, os dizeres materializados pela SD3 convocam o imaginário do trabalhador “ruim”, analisado na SD1, aquele que assume uma posição-sujeito que se contraindifica com os sentidos dominantes. Percebemos aí um deslize de sentidos sobre os tipos de trabalhadores, frente aos “outros”, a uma posição-sujeito de resistência, ele é “bom”. Por sua vez, em comparação à posição-sujeito identificada com o lugar do “novo trabalhador”, volta a ser apenas “bonzinho”.

O emprego da qualificação no diminutivo, com o sufixo *-zinho*, a nosso ver, aponta para a contradição que o discurso empresarial precisa silenciar em um processo de homogeneização dos sujeitos do trabalho. Percebemos, com as SD’s até aqui analisadas, que esse discurso constrói um perfil ideal, um imaginário, de subjetividade do trabalho dócil e engajada,

explicitamente oposto a qualquer memória de insatisfação, ainda que mínima. O funcionário “bonzinho”, entretanto, “desliza” entre esses dois perfis, como apontamos acima. A discursivização sobre esse perfil “intermediário” parece resultar da necessidade de atingir as diversas posições-sujeito que se fazem presentes na dinamicidade real do espaço de trabalho. É a busca ideológica de homogeneizar diferentes posições em um campo intermediário que possa ser “remodelado” pelo discurso.

Passemos à próxima materialidade:

SD4 – Por que **ótimos funcionários** muitas vezes não conseguem ser promovidos? Porque eles estão fazendo **tudo certo**, mas esquecem de algo muito importante: o **marketing pessoal**. Marketing é o conjunto de ferramentas que uma empresa usa para **fazer com que seus produtos sejam conhecidos, apreciados e comprados**. Marketing pessoal é um profissional fazer exatamente a mesma coisa, só que **em benefício da própria carreira**. É a habilidade que um funcionário tem de **aparecer** sem ser chato. E de conseguir a **simpatia da chefia**, sem ser puxa-saco.

A sequência acima foi retirada de um episódio que abordava a importância do “marketing pessoal” e os modos pelos quais esse deveria ser realizado pelos funcionários de uma empresa. Em um primeiro momento, no efeito de transparência da língua, quando não se desconfia da “afirmação do óbvio”, a materialidade aponta que mesmo “ótimos funcionários” perdem promoções na carreira por não realizarem o seu próprio “marketing”. Isto é, acabam sendo preteridos pelos chefes, não por não terem competência, mas por não ressaltarem suas qualidades e seus resultados para a administração, que acaba por não tomar conhecimento suficiente do funcionário.

No entanto, há uma distinção feita logo de início. Ainda que nem todos os “ótimos funcionários” consigam ser promovidos, aqueles que não estão no nível dos “ótimos” nem mesmo são considerados. Ou seja, promoção é algo reservado apenas para aqueles que fazem “tudo certo” e conseguem demonstrar que o fazem, sobressaindo-se perante os demais. Percebemos, já no nível do intradiscursivo, que não há espaço nas empresas para que todos ascendam igualmente, a ponto de que fazer “tudo certo” não se torna o bastante para o reconhecimento do empregado, pois outros também o fazem. Situação que o obriga a ter que demonstrar publicamente suas qualidades para que possa se destacar dos demais colegas na concorrência por uma vaga.

A partir da articulação dos dizeres com suas condições de produção – consultor de carreira falando para trabalhadores sobre o mercado na formação social capitalista brasileira –

podemos avançar na análise e questionar o efeito de pré-construído que sustenta que todos sabem o que são “funcionários” e o que esses devem fazer para que sejam “ótimos”. A nosso ver, temos aqui a retomada de uma memória discursiva²⁶ que atua na estabilização de sentidos sobre o papel do trabalhador, enquanto fornecedor de mão de obra e mais-valia, nas relações de produção.

Assim, precisamos questionar também o que é fazer “tudo certo”, pois esse aparece como pré-requisito para atribuição de qualidade ao sujeito. Sabemos que, para o capital, o papel do trabalhador é fornecer o máximo de lucro possível para o patrão, ou seja, o funcionário tem que ser produtivo e, mais, buscar sempre aumentar a produtividade já alcançada.

Qualquer perturbação imposta a esse objetivo, desde paralisações totais como as grandes greves, chegando até à mínima diminuição do ritmo de trabalho, como as pausas para almoço, é vista pelo mercado como perda de lucro, isto é, como prejuízo para o empregador. Daí, ao longo da história, as inúmeras tentativas de controle do capital sobre o trabalho vivo,

[...] fazendo com que uma área do saber humano – a Administração de Empresas – fosse sempre crucial para o bom desempenho das unidades produtoras. Embora com diferentes abordagens e abrangência, administrar uma empresa é ter o controle do trabalhador com o objetivo de obter mais lucros (FLORÊNCIO, et al., 2009, p. 109).

Esse processo ganha “refinamento”, como vimos, com a reestruturação produtiva decorrente da crise estrutural. Sob as novas técnicas administrativas desenvolvidas pela gestão de cunho toyotista, ataca-se não só a resistência organizada da classe trabalhadora, mas a própria subjetividade, em uma ofensiva ideológica (ANTUNES, 2009) que visa cooptar os sujeitos e fragmentar a consciência de classe.

Sob o novo capitalismo vive-se a “era da gestão das pessoas”. Sob o espírito do toyotismo, o discurso da organização do trabalho incorpora um novo léxico: trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se “colaboradores”. Deve-se esvaziar o discurso do conflito ou luta de classes. Exige-se dos jovens “colaboradores” atitudes proativas e propositivas capazes de torná-los membros da equipe de trabalho, com vistas a cumprir metas (ALVES, 2011, p. 42).

Podemos entender, assim, que os dizeres analisados, a partir de uma memória que estabiliza sentidos sobre o papel de subordinação dos trabalhadores em sua relação com o capital, produzem sentidos que convocam os sujeitos a tomarem uma posição de engajamento (proativa), aquele que faz “tudo certo” para que a empresa possa ter lucros. Mas, ao mesmo

²⁶ Segundo Courtine (2014, p. 105) “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas [...]”.

tempo, o sujeito é chamado também ao individualismo frente aos demais trabalhadores. Isso é posto pelo atravessamento de elementos de saberes de uma formação discursiva do campo do marketing, ou seja, das estratégias que empresas devem seguir para superar as demais, de uma mesma área, na briga por espaço de mercado e por maior lucratividade. O sujeito, portanto, deve aplicar “em benefício da própria carreira” o mesmo “conjunto de ferramentas” das empresas, para que seu produto também seja “conhecido, apreciado e comprado” pelo patrão. Isso deve ser feito a partir da demonstração de seus resultados, de sua produtividade, ou seja, sem “ser chato” ou “puxa-saco”.

Como não há espaço para todos, nem a possibilidade de crescimento econômico e social de todos, o jogo ideológico liberal, desde o início da modernidade, baseia-se na possibilidade de conseguir mudar de situação social e individual apenas a partir da ação do sujeito. [...] Com a modernidade, o homem livre é responsável por si próprio, logo, quando não consegue alcançar seus objetivos, a culpa não é de ninguém a não ser de si próprio (MAGALHÃES, 2013, p. 213).

São produzidos, portanto, sentidos que colocam o sujeito como autodeterminado e responsável por sua “carreira”, bastando a ele ter o comportamento adequado e tomar as atitudes esperadas para ascender no seu espaço de trabalho. O trabalhador, significado como gestor da “própria carreira”, torna-se um empresário que tem como mercadoria suas próprias habilidades, enquanto força de trabalho. Desse modo, cria-se um imaginário de equivalência, visto que por ser autodeterminado e gestor de si próprio, cabe ao sujeito definir e se responsabilizar pela competitividade que “seus produtos” venham a ter no mercado. Cabe a ele, inclusive, avaliar a qual comprador ele deve se submeter à apreciação, em um efeito ilusório de equidade entre os polos existentes no balcão de negócios do mercado de trabalho (CHASIN, s/d.).

No entanto, essa discursividade silencia o fato de que nesse “balcão” o único bem de que o trabalhador dispõe é sua própria força de trabalho e que, por isso, ele se torna dependente do arbítrio do proprietário dos meios de produção. Esse decide se compra ou não sua mercadoria, visto que tem a seu dispor milhões de “gestores da própria força de trabalho” que competem entre si por um espaço restrito, se submetendo a salários e condições laborais cada vez mais degradantes.

Assim, os elementos de saber presentes nesse discurso apontam para uma formação discursiva que diz que o trabalhador pode e deve ter a responsabilidade e o controle sobre sua situação no mercado de trabalho, a partir de sua própria vontade e determinação. Pelo engajamento pessoal em ser um “ótimo funcionário” que faz “tudo certo” para a empresa, ou

seja, que produz resultados, que é produtivo e que tem visão e conhecimento sobre o seu papel, o que o possibilita enxergar suas qualidades e vender “seus produtos” para o patrão.

[...] intensificam-se discursos a partir do sintagma VOCÊ PODE, que será complementado de diferentes maneiras, dependendo das condições de produção restritas de constituição de cada materialidade discursiva. Tendo como base a formação ideológica neoliberal, que conduz à formação discursiva mercadológica, que tem no valor de troca, isto é, na produção para o mercado, seu princípio, há necessidade de exaltar a competição entre todos e sobre tudo (MAGALHÃES, 2013, p. 207).

Percebemos, então, a vinculação desse discurso à formação ideológica da esfera do neoliberalismo, na qual trabalhadores e patrões passam de um processo de exploração da força de trabalho e extração de mais-valia a uma relação imaginária de compra e venda de serviços. Busca-se, assim, um apagamento das contradições de classe, em um discurso que produz um efeito de complementaridade, de consenso.

Ao representar ambos os polos como “gestores”, ainda que de diferentes níveis, silencia-se a determinação fundamental da sociedade capitalista, qual seja, a contradição capital x trabalho, com seus interesses antagônicos, visto que, mesmo quando se fica no seio dessa relação, os interesses do capital e os interesses do trabalho assalariado são diretamente opostos (MARX, 2010).

4.2 – É preciso ser o “melhor”: os efeitos de sentidos de competição e conflito entre os trabalhadores

A próxima SD foi retirada de um episódio dedicado à necessidade de se passar horas do dia confinadas, ou mantendo contato, com outros trabalhadores. No episódio *R de Relacionamento*, o consultor aborda essa relação nem sempre “harmoniosa”, visto que um espaço de trabalho é constituído por contradições econômicas e ideológicas, com diversas posições-sujeito, mesmo entre os trabalhadores.

SD5 - De segunda à sexta-feira nós **passamos dois terços do nosso dia convivendo com um grupo chamado o pessoal lá da empresa**. Seria ótimo se cada um de nós pudesse **escolher essas pessoas**, mas a escolha não é nossa, é da empresa. E **o critério da empresa** nunca foi e nunca será escolher os mais simpáticos. **A empresa escolhe os melhores**. É por isso que nós temos que passar o dia **convivendo com gente** que se acha melhor do que nós. Essa **convivência forçada** tem um nome: **relacionamento interpessoal**.

A SD5 nos fornece algumas pistas que nos ajudam a direcionar nossa análise e nosso gesto de interpretação. O apresentador, em sua tarefa de explicar aos trabalhadores o que é o

mundo do trabalho e qual o lugar que lhes é reservado, explica que todos precisam “conviver”, de “segunda à sexta-feira” com esse “grupo [de pessoas] chamado o pessoal lá da empresa”.

Esse “pessoal” é escolhido pela empresa, então nem adianta pensar como “seria ótimo se cada um de nós pudesse escolher essas pessoas”. Quem escolhe é a empresa e, como seu critério é determinado pelo mercado, ela nunca escolherá alguém (uma pessoa) por ser “simpático” e arremata, “a empresa escolhe os melhores”. Assim, “relacionamento interpessoal”, seria essa “convivência forçada” entre um grupo de pessoas que estão entre as “melhores” do mercado.

A presença do verbo “escolher”, na SD5, a nosso ver, traz à superfície discursiva a marca de uma contradição fundamental posta nas relações de produção capitalistas, pois, nessa formação social, as relações de poder, de possibilidades de efetuar escolhas, estão nas mãos dos empresários, que escolhem, em meio ao exército de reserva, os seus fornecedores de força de trabalho. Essa relação é naturalizada, enquanto os representantes do capital têm o “direito natural” da escolha, os trabalhadores podem apenas aceitar tais escolhas sobre sua própria vida. O capital é soberano para decidir o “pessoal” com o qual o sujeito deve “conviver” e o tempo determinado para tal, visto que os dizeres acima reproduzem como natural a discrepância entre tempo livre x tempo de trabalho. O faz, inclusive, naturalizando o sobretrabalho muito acima do limite que seria permitido por lei²⁷, visto que “passar dois terços” do tempo na empresa equivaleria a trabalhar (“conviver”) 16 horas por dia. Segundo Lukács,

Com efeito, se pretendemos falar da liberdade de uma maneira razoável como momento da realidade, seu fundamento consiste, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração, se é separada inteiramente da concretude, ela perde toda conexão com a realidade e se torna uma especulação vazia (LUKÁCS, 1997. p. 108).

Assim, podemos questionar os efeitos de pré-construído que apresentam como evidentes, ao sujeito do discurso, a imposição do trabalho assalariado e a necessidade de o sujeito “passar dois terços” de cinco dias da semana exercendo essa atividade, seja qual for. A forma-sujeito da sociedade capitalista precisa naturalizar essa divisão do tempo da sua própria vida, entre a parte que lhe é permitida viver “livre” e o tempo de vida que deve entregar ao capital, para obter o mínimo material necessário à sobrevivência.

²⁷ À época da exibição do programa o tempo máximo de trabalho permitido no Brasil era de 8 horas diárias, perfazendo um total máximo de 44 horas semanais, incluso os sábados. Nessa mesma proporção, o tempo nas palavras do consultor dariam 88 horas semanais.

Essa relação é determinante para a apropriação privada do excedente econômico, em forma de mais-valia, como discutimos no capítulo anterior. Sobre a brutal intensificação dessa relação no toyotismo, modelo produtivo que acarreta o aprofundamento do estranhamento a que é submetido o trabalhador contemporâneo, nos diz Santos Neto:

A superioridade do toyotismo sobre o fordismo e a violência com que esse novo modelo se apropria do tempo de trabalho manifestam-se cinicamente no depoimento de Bodek (1997, p. xii): “Nos últimos anos, visitei centenas de fábricas no Japão e nos Estados Unidos. Nunca vi um trabalhador japonês simplesmente olhando para a máquina”. Nos Estados Unidos é o contrário – nunca visitei uma fábrica americana sem ver um trabalhador apenas olhando para a máquina”. É abominável para qualquer capitalista assistir a um trabalhador observando a máquina, porque o trabalhador deve existir como mero ente produtivo em ação e não deve desperdiçar o tempo produtivo a observar a máquina e refletir sobre as engrenagens que estão em movimento e continua sendo o mesmo do modelo taylorista-fordista: **um ser completamente reificado, que apenas subsiste para produzir conforme as determinações do sistema capitalista** (SANTOS NETO, 2013, p. 134). (Grifos nossos).

O discurso empresarial, como parte de uma ofensiva ideológica do capital sobre o trabalho (ANTUNES, 2009), busca silenciar as suas determinações materiais, deslocando os sentidos das relações de trabalho de discursos que toquem no político, na identidade de classe do trabalhador para uma posição-sujeito individualista, competitiva, autoempreendedora e detentora de uma “carreira” para gerir.

Retomando o olhar para a SD5, podemos perceber uma memória discursiva determinada sobre as formas de organização do trabalho e o conseqüente controle sobre os trabalhadores. A partir de uma relação parafrástica, e apreendendo alguns não-ditos que continuam a significar na materialidade, identificamos uma relação de forças, de disputa de sentidos, na tentativa de imposição do discurso empresarial, dominante, sobre o mundo do trabalho.

O sujeito desse discurso não deve se perceber como um trabalhador, mas como uma “pessoa” que “convive” com outras na mesma empresa que ele, formando não uma classe/categoria de trabalhadores, mas um “grupo” de pessoas que formam o “pessoal” da empresa. Vemos aqui a atuação do discurso da gestão de pessoas, produzindo efeitos de sentido de “colaboração”, de relações de trabalho “humanizadas”, nas quais o indivíduo tem liberdade e respeito, não sendo apenas um “recurso” a mais para a empresa. Nogueira, retomando Tragtenberg, nos diz que,

Para Tragtenberg, “relações humanas” surgiu e teve seu desenvolvimento marcado por uma reação ao sindicalismo operário norte-americano. Trata-se, para o autor, de uma das respostas patronais no terreno da ideologia e da técnica de administração. Ele caracteriza a produção dos teóricos das relações humanas como uma “teoria da desconversa”, que consiste na transformação das relações sociais em pessoais. Nega-

se a existência de classes sociais e o que existe são pessoas articuladas em funções e pertencentes a grupos. O autor vai falar em triunfo do psicológico sobre o político deliberadamente ocultado. (*Ibid*, p. 26) (NOGUEIRA, 2017, p. 59).

Assim, “articulando” pessoas em funções e grupos, o discurso da gestão de pessoas visa silenciar o que é social e político, constituindo uma posição-sujeito individualista, que não se identifica com os interesses históricos da própria classe. Dessa forma, os sujeitos de classe deverão orientar sua prática, suas posições teleológicas, a partir de uma reflexão da realidade determinada pelas formações ideológicas dominantes, ficando à mercê do controle imposto pelo capital.

O discurso empresarial efetua mais uma distinção²⁸ dentre os trabalhadores, ao afirmar que a “empresa escolhe os melhores”. Assim, há um não-dito que ecoa nesse enunciado e constrói a imagem de que aqueles que não são “escolhidos”, não conseguindo uma vaga de emprego formal, são menos capazes do que os que estão empregados. Em uma relação parafrástica, chegamos a enunciados como “a empresa contrata os melhores”, “os piores não são contratados”, “é preciso estar entre os melhores”.

O parâmetro desse “critério” empresarial imaginário, representado pelo processo de adjetivação, é o próprio funcionamento do mercado, no qual supostamente apenas “os melhores sobrevivem”, ou seja, aqueles que conseguem produzir as taxas de lucro que o capital demanda. Desse modo, temos a presença de efeitos de pré-construído que fazem com que todos saibam que existem “bons” e “maus” trabalhadores, retomando o funcionamento discursivo, apresentado na subseção anterior, que constrói um modelo de subjetividade do trabalho ideal. Nessa lógica, é coerente que as empresas que queiram estar entre as “melhores” do mercado procurem os “bons” profissionais, os “melhores” em sua área de atuação.

O discurso empresarial convoca sentidos de um discurso outro referente ao pensamento liberal clássico. São atualizados sentidos que dialogam com a memória do homem que faz a si próprio, ou *self-made man*, representação que funciona como exemplo e justificativa ideológica para os sujeitos que só dependem da própria “vontade” de trabalhar duro para progredir, aproveitando as “chances” oferecidas pela sociedade. Esses efeitos de sentido são sustentados por uma memória que remete ao pensamento liberal clássico e ao conceito de *jusnaturalismo*, como explica Ramires,

²⁸ Já abordamos outras distinções na subseção 3.2

Para os contratualistas, o homem é um ser natural, proprietário de sua pessoa e de suas capacidades, sem dever à sociedade nada por eles. A liberdade e a autonomia do indivíduo fazem-no capaz de utilizar suas habilidades e virtudes, sua força e inteligência e seus talentos para conquistar bens materiais e convertê-los em propriedade privada. Assim, quem não os têm é porque não se esforçou para conquistá-los (RAMIRES, 2017, p. 84).

Esse é o funcionamento típico da forma-sujeito capitalista, que expressa a contradição própria de sua época histórica e se constitui em “um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso” (ORLANDI, 2015), detentor de uma igualdade jurídica que silencia as desigualdades econômicas fundantes dessa formação social. Criando uma distinção imaginária entre a classe trabalhadora, o discurso empresarial lança sobre ela a urgência da competição, constituindo posições-sujeito individualistas, pois, como na natureza, a “seleção natural” exercida pelas empresas será determinante para sua sobrevivência.

Para continuar a desenvolver o projeto de modernidade, a sociedade encontrou no mercado a fonte de racionalidade que precisava e o instaurou como um “sistema de referência comum” para os indivíduos. Passando-se por “protetor”, o mercado é, na verdade, como diz Jameson (1996, p. 280), “Leviatã em pele de cordeiro: sua função não é encorajar e perpetuar a liberdade (e muito menos a liberdade em sua versão política), mas sim reprimi-la”. A ideologia do mercado institui para os homens uma forma de representação de liberdade que se configura pelo direito à competitividade: *todos são livres e iguais para concorrer e se estabelecer como sujeitos bem-sucedidos pessoal e profissionalmente* (AMARAL, 2007, p. 41).

Os sentidos de competição que ressoam sobre a classe trabalhadora, interpelando seus sujeitos a se verem e agirem como rivais, acionam elementos desse domínio discursivo do mercado, assim como o discurso empresarial. É preciso silenciar o lugar do trabalhador, enquanto uma mercadoria que deve produzir valor para o capital, e que a sua competição se resume a provar constantemente sua capacidade de produzir sempre mais.

Machado de Assis representa, na esfera literária, essa contradição determinante das relações de trabalho, em um conto de 1885. O conflito que permeia o conto *Um apólogo* toca na questão da competição entre os sujeitos envolvidos num processo de produção determinado pela divisão social do trabalho, no caso, metaforizados pelas personagens de uma agulha e uma linha utilizadas na confecção de um vestido. Ambas servem à costureira – que, por sua vez, trabalha para uma baronesa –, mas além de não questionarem o lugar que lhes é reservado na produção, ainda o defendem com orgulho, competindo entre si para provar quem é mais importante para o trabalho e mais querida pela costureira. Assim como as personagens de Machado de Assis, o sujeito do trabalho deve “vestir a camisa” das empresas que o contrata e buscar exercer a função a ele reservada com satisfação e excelência, buscando sempre ser “melhor” que os demais trabalhadores, seus concorrentes. É essa “habilidade”, essa iniciativa,

o elemento que o credencia a estar entre as “melhores” mercadorias da empresa, enquanto capital variável,²⁹ além de, como veremos adiante, a despertar para a si a atenção da chefia.

Para garantir sua vaga, é preciso “agregar” elementos que o “favoreçam” frente ao capital. Para isso deve sempre aprender alguma nova função, incrementar a própria produtividade, “colaborar” para melhorias no processo produtivo, em suma, buscar sempre estar “qualificado” e, assim, “apto” a acompanhar a “dinâmica” da empresa e do mercado. Nesse processo discursivo, enquanto a empresa tem o direito à “escolha”, ao trabalhador resta aceitar tal decisão e buscar adaptar-se a ela para sobreviver.

O sujeito, “naturalmente” proprietário de si, é transformado em gestor de si próprio, isto é, de uma empresa especializada em fornecer força de trabalho para as engrenagens do mercado transformarem em mais-valia para o capital. E sendo gestor, é exigente com seu trabalhador, pois são os resultados obtidos por ele que permitirão a sua ascensão no mercado de forças de trabalho, pois é preciso lembrar que ele compete com os “melhores”. Logo, há sempre o risco de ser ultrapassado por algum rival dentro da empresa. A esse processo de autoexploração, Alves chama de administração *by panopticum*.

Ora, sob o toyotismo, a “captura” da subjetividade do trabalho pressupõe controle do trabalho vivo por meio do “olhar que perscruta” o interior da alma humana. Diz Bentham: “Estar insistentemente diante dos olhos de um inspetor é perder de fato o poder de fazer o mal e quase a ideia de desejá-lo” (Bentham, 2000, p. 103). No entanto, com o toyotismo, a figura do “inspetor” não está lá fora, mas sim “introjetada” nos operários e empregados. É o sentido da “captura” da subjetividade traduzida na figura do “inspetor interior” que perscruta, com seu olhar, as tarefas do trabalho de si e dos outros. O operário ou empregado torna-se “patrão de si mesmo” e dos outros (ALVES, 2011, p. 115).

A ideologia, via discurso, interpela o sujeito a ser mais produtivo, “melhor” no que faz e “melhor” que os companheiros de trabalho, silenciando a intensificação da exploração presente nesse processo, ao mesmo tempo que justifica o desemprego, responsabilizando aqueles que, supostamente, não se esforçaram ou se prepararam o suficiente para figurar entre os “escolhidos” pela empresa, atualizando a memória discursiva de que “sempre há emprego para quem quer trabalhar”. Silencia-se nesse funcionamento que, no capitalismo, o trabalhador, enquanto indivíduo, é sempre descartável para o burguês, dependendo de seus “caprichos”, como diz Marx:

²⁹ Segundo Marx (1996, p. 347), “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou”.

A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele quando consegue encontrar quem o compre. E a demanda, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 2015, p. 245).

A posição-sujeito do trabalho deve assumir como seus os elementos de saber e projetos de classe que lhes são, historicamente, contrários. Assim, o trabalhador pode naturalizar a competição instaurada pelo capital para conseguir e para manter um emprego, dispendendo sua energia vital (MARX, 2015) para produzir mais-valia e “investindo” no aprofundamento do próprio estranhamento no trabalho, identificando-se cada vez mais com as formações ideológicas do capital, através dos efeitos de consenso produzidos pelos vários discursos que permeiam a Formação Discursiva do Mercado de Trabalho. Em suma, quanto “melhor” fica o trabalhador para o capital, pior fica para a própria existência e para a sua classe, pois sua única “escolha” é o dever de ser viável economicamente para o capital, único “critério” decisivo para determinar quem são os “melhores” e “piores” do mercado.

As sequências seguintes nos permitirão compreender um pouco mais como esse discurso empresarial atua produzindo, simultaneamente, sentidos de controle e de competição entre os trabalhadores. No episódio *I de Inveja*, dedicado a discutir o que seria a inveja no trabalho e a melhor forma de lidar com ela, o consultor aciona e reproduz discursos que atuam naturalizando a desconfiança e a competição entre os trabalhadores, enquanto são retomados elementos de saber de uma discursividade do consenso.

Vejamos a SD6:

SD6 – Invejar é **enxergar o que o outro tem de bom, mas com maus olhos**. É atribuir o **sucesso** alheio apenas a fatores negativos. Não parece, mas a inveja não deixa de ser um **elogio**, porque ninguém inveja o que é **ruim**. A inveja é uma forma de **admiração**, mas que saiu pela contramão. **Querer ser o que o outro é, ou querer ter o que o outro tem, é algo até normal em empresas. Dentro de limites éticos, isso se chama competição**. Mas quando uma pessoa passa a sentir raiva por **não poder ser igual a outra**, aí é inveja. No mercado de trabalho, **sempre existe mais inveja em ambientes menores**, quanto menos gente, maior o risco. **Caim matou Abel por inveja**, se Caim tivesse tido quatorze irmãos, provavelmente, não teria levado sua inveja às últimas consequências. Além disso, **a inveja só floresce quando falta liderança**. O número de invejosos sempre é bem mais baixo em empresas com **bons chefes, que fazem avaliação de desempenho de seus colaboradores**.

SD7 – Intriga é **falta de ética**, é uma **atitude condenável e imoral**. Da mesma maneira que cercamos nossas casas para proteger nossas famílias, no trabalho precisamos montar **esquemas de segurança** para escapar das intrigas.

A SD6 materializa dizeres que acionam uma memória discursiva sobre os sentidos de “relacionamento interpessoal”, inscritos no discurso da gestão de pessoas, como vimos na SD5. São convocados, nessa materialidade, elementos próprios do discurso religioso e do discurso do sucesso para sustentar os sentidos sobre as relações entre os trabalhadores.

Desse modo, os sentidos sobre inveja no trabalho são construídos como questões de âmbito subjetivista e invejar é definido como o ato de “enxergar” as qualidades do outro, entretanto, com “maus olhos”, em uma tentativa de sempre diminuir o mérito do “sucesso” alheio. Por outro lado, não deixaria de ser uma forma de elogio, visto que, segundo o consultor, “ninguém inveja o que é ruim”. Entretanto, seria um tipo de “elogio” mal canalizado pelo suposto invejoso e que, por isso, acabaria saindo “pela contramão”, ainda nas palavras do consultor.

O discurso retoma os elementos que provocam o efeito de pré-construído sobre o lugar a ser ocupado pelo trabalhador no processo de produção e, para além, sobre a existência de “maus” e “bons” trabalhadores. Agora, é feita uma distinção entre aqueles que têm “sucesso”, dignos ou não de ser invejados pelos colegas, e os demais que apenas podem admirar com “bons” ou “maus” olhos os companheiros de trabalho.

A sequência da materialidade traz o discurso da competição para explicar que querer ser e ter o que o outro tem é “algo até normal em empresas” e que ocorrendo dentro dos limites da “ética” recebe o nome de “competição”. Retomam-se os sentidos do *jusnaturalismo* que irão atribuir à capacidade “natural” de cada indivíduo (RAMIRES, 2017), o sucesso ou fracasso que venham a obter nessa luta pelo lugar do outro no trabalho.

O discurso religioso, por sua vez, que tem a ideia do compromisso ético como seu constitutivo (NOGUEIRA, 2017), também é convocado, atribuindo sentidos negativos para a inveja, visto que ela estaria fora de sua suposta “ética”. Além disso, o discurso delimita que o desejo de se apropriar do que é do outro só será inveja se o sujeito passar “a sentir raiva” do objeto de sua admiração. Desse modo, é construída uma discursividade que funciona na tensão entre admirar e cobiçar, de modo que seja autorizada a ideia de um tipo de disputa entre os sujeitos que deve ser direcionada ao incremento da produção, pois cada um deve trabalhar para conseguir atingir seus objetivos. O aumento da iniciativa, o maior engajamento no trabalho, representa a “absolvição” para esse desejo, a possibilidade de cobiçar o que é do outro com “bons olhos”.

Percebemos que o discurso empresarial constrói um imaginário dúbio sobre o quanto pode ser positivo ou negativo querer o lugar e as conquistas do outro. A nosso ver, essa construção não é inocente. Em tempos de crise estrutural, o capital precisa extrair o máximo de valor da mercadoria força de trabalho, num processo contraditório que, ao mesmo tempo em que aumenta a superexploração do trabalho, exclui milhões de trabalhadores dos meios formais de emprego. Dessa forma, os que estão empregados precisam produzir cada vez mais, inclusive, para manter a vaga de trabalho.

A racionalização do processo produtivo, dotada de forte *disciplinamento* da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de *capital* e de *trabalho intensivo*, caracterizou a *via toyotista de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Japão* e seu processo de *liofilização organizacional e do trabalho*. O trabalho em equipe, a transferência das responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção, anteriormente realizadas pela gerência científica e agora interiorizadas na própria ação dos trabalhadores, deu origem ao *management by stress* (Gounet, 1997: 77) (ANTUNES, 2009, pp. 57-58).

Portanto, para conseguir atingir esse nível de autoexploração e estranhamento, requeridos pelo mercado, o discurso empresarial precisa inculcar no inconsciente/consciente dos sujeitos a ideia de que eles são adversários, competidores, criando um ambiente de rivalidade entre os explorados no trabalho. Desse modo, há a tentativa de silenciar o antagonismo de classes que, por determinação do real da história, os colocam como inimigos históricos do capital e não de si mesmos, nem dos outros trabalhadores.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que travar uma luta comum contra uma outra classe; fora disso, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas suas condições de vida, é-lhes dada [*angewiesen*] pela classe a sua posição na vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal; estão subsumidos a ela (MARX e ENGELS, 2009, p. 93).

O capital pós reestruturação produtiva precisou reorganizar o seu modelo produtivo para retomar as taxas de lucro e quebrar as organizações trabalhistas “por dentro”, isto é, atacando a própria consciência de classe dos trabalhadores, numa ofensiva ideológica fundamentada nos elementos de gestão do chamado toyotismo. A ameaça constante do desemprego sobre o trabalhador complementa os elementos que atuam na coação do sujeito que trabalha, reforçando a necessária (para o capital) identificação ideológica com a posição-sujeito do capital.

O desemprego estrutural e as inúmeras formas de precarização dos contratos e das condições de trabalho, têm imposto à classe trabalhadora ocidental a necessidade de buscar meios de adequar-se às novas exigências de qualificação profissional e educacional colocadas por esse sistema. Como na maioria dos casos não se dispõe de uma estrutura de formação interna às empresas, muito comum no Japão, as instituições de ensino têm, assim, se pautado por um reforço em torno de uma

formação básica e generalista, buscando adequar os trabalhadores aos futuros postos multifuncionais ou às muitas mudanças de emprego que deverão enfrentar ao longo da vida (PINTO, 2013, p. 79).

Percebemos que “intriga” e “inveja” funcionam numa relação de sinonímia, sendo definidas como “falta de ética” e atitude “condenável” e “imoral”. O discurso religioso, como dissemos, atravessa essa discursividade, sustentando os sentidos negativos sobre “intriga” e “inveja”, contribuindo para a distinção de “competição”. Acionando uma memória inscrita numa formação discursiva religiosa, os sentidos deslizam entre o campo das relações de trabalho e o universo discursivo religioso e, nesse movimento dialético, os sentidos de punição para atitudes “condenáveis” e “imorais” funcionam na constituição da posição-sujeito do discurso empresarial. Sobre o atravessamento do discurso religioso e do discurso empresarial na constituição da “nova” subjetividade do trabalho, nos diz Nogueira,

Podemos dizer ainda, considerando o modo de interpelação que se dá (foco no indivíduo, pessoa), que há a presença do discurso religioso, uma vez que se tem o compromisso ético, o qual constitui o âmago do discurso religioso, ou seja, uma formação discursiva religiosa tem a ética como um ponto nodal. Além de haver também a punição interna, pois se você falha, as consequências são para você mesmo e não para a empresa. A interpretação é o lugar onde a “irracionalidade” (o equívoco, o inconsciente, a ideologia) produz efeito e essa análise é possível pela relação que tem a interpretação com o ideológico. É, conforme Orlandi (2007b, p.22), o espaço do trabalho da história e do significante, ou seja, do trabalho do sujeito. É nesse sentido que podemos dizer que a contradição nos valores está sempre presente nesse discurso (NOGUEIRA, 2017, p. 197).

A retomada da narrativa bíblica de Caim e Abel remete aos sentidos da empresa enquanto uma família que, apesar de ter problemas, não permite que esses cheguem “às últimas consequências”. Além disso, diante de ambientes com cada vez menos trabalhadores, a típica *lean production* (ANTUNES, 2009) do toyotismo, o discurso empresarial interpela os sujeitos a desejar o cargo, os bens e, mesmo a vida do outro. Querer “ser o que o outro é” não é problema, desde que esse desejo “não saia pela contramão”, isto é, desde que continue sendo empregado para aumentar a produção da empresa.

Esse é o limite entre algo “até normal” em empresas e uma atitude antiética, “condenável e imoral”. O discurso precisa incentivar a competição, mas impõe limites para que esse desejo sobre o outro não desemboque em confusões e brigas, causando um “mal-estar” que acabe prejudicando o ambiente, contraditoriamente harmonioso³⁰, de trabalho.

³⁰ É preciso estimular a competição até o limite, mas, em hipótese nenhuma, a harmonia da produção deve ser quebrada. A competição deve ser resolvida “mostrando serviço” para o chefe no intuito de tomar o lugar do outro, ou se manter no “topo”.

Nessa discursividade, o trabalhador acaba vendo o companheiro de trabalho como rival, num movimento de sentidos que silencia os interesses de classe e a história das lutas coletivas do trabalho.

O espaço do trabalho é transformado em uma arena, e os sujeitos precisam “montar esquemas de segurança” para se proteger, assim como cercam suas casas para proteger suas famílias. Retoma-se a memória da violência pública, da sensação de insegurança crônica no Brasil, constituindo sentidos de medo e de desconfiança entre os sujeitos. É preciso se proteger de um colega de trabalho que, assim como Caim, pode não se conter e passar “às últimas consequências”.

Para isso, o discurso empresarial apresenta a gestão como a garantia da empresa de que os trabalhadores serão recompensados pelo “bom” desempenho produtivo. Os “bons chefes” lidam com o problema da inveja, fazendo avaliação de desempenho com os “colaboradores”.

Para Dardot e Laval (2009, p. 311-312), a avaliação torna-se a chave da nova organização, o que não ocorre sem cristalizar as tensões de todos os tipos, potencializando a contradição entre a injunção à criatividade e à tomada de risco e o julgamento social que cai como um “aviso” das relações efetivas de poder dentro da empresa. Isto é, se por um lado há um incentivo à tomada de iniciativas, a fazer coisas inovadoras, por outro, a avaliação dessas iniciativas materializa as relações de poder no interior da empresa (NOGUEIRA, 2017, p. 300).

O discurso da gestão de pessoas retorna produzindo sentidos de valorização do mérito entre chefe e empregado no ambiente de trabalho e mesmo de uma certa igualdade, pois ambos estão submetidos à transparência da linguagem dos números, dos critérios pré-definidos para a avaliação de todos. A memória do discurso da gerência tradicional, taylorista/fordista, ressoa aqui como um não-dito que remete às “velhas” práticas administrativas, nas quais chefes autoritários tomavam decisões antidemocráticas. O discurso empresarial, assim, atualiza sentidos de consenso que atuam produzindo efeitos de evidência sobre as relações de trabalho, agora permeadas de transparência e “meritocracia”³¹. Dessa forma, segundo Mészáros, a

Ao contrário da escravidão e da servidão, esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, e não apenas até o presente. [...] Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os

³¹ Forma de administração cujos cargos são conquistados segundo o merecimento, em que há o predomínio do conhecimento e da competência. 2 Indicação de promoção por mérito pessoal. (Dicionário Michaelis online, acesso em 9/9/2018).

obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem (MÉSZÁROS, 2011, pp. 102-103).

O que é silenciado, entretanto, é que essa subjetividade “autodeterminada” precisa tomar como seus os interesses da empresa (do capital) para que, ao “esquecer” essa identificação, possa assumir não só todas as metas, mas todos os problemas da empresa no mercado, como seus. Nesse reconhecimento fantasmagórico (MARX, 1996) entre o sujeito do trabalho com o Sujeito do capital, o trabalhador se torna, de maneira mais profunda, um apêndice do capital, pois além de estar sujeito às mesmas relações de exploração, deixa de se reconhecer na posição-sujeito do trabalho, “migrando” para o domínio discursivo do capital.

Percebemos que os sentidos de inveja e competição vão se alterando para a mesma prática de “querer ter o que o outro tem”, chegando também ao “sucesso”. O determinante, no discurso empresarial, para esse deslize entre os sentidos negativos e positivos é dado pela resposta que o sujeito dará a essa “necessidade”, isto é, desejar o que é do outro e arrumar problema na empresa é inveja. Por outro lado, desejar tomar o lugar do outro e passar a produzir mais para ser recompensado é competitividade e, sabe-se, esse elemento é fundamental em qualquer setor do mercado, inclusive, o do trabalho.

4.3 – Trabalhador gestor? Efeitos de sentidos de autodeterminação e individualismo nas relações de produção

A próxima sequência, SD8, faz parte do conjunto de orientações repassadas pelo consultor e apresentador sobre o que significa um aumento de salário, bem como quais seriam as formas “corretas” para o trabalhador “negociar” o aumento com o chefe.

Antes de chegarmos à materialidade, é interessante ressaltar que no episódio *A de Aumento*, o consultor inicia sua fala dizendo que “a melhor maneira de pedir um aumento é chegar no chefe, encarar olho no olho e dizer: chefe, eu quero, preciso e mereço um aumento de vinte por cento”. Em seguida, descreve as três reações possíveis que os chefes poderiam ter: na primeira, o chefe ri do funcionário, o próprio consultor “gargalha” para as câmeras. A segunda reação seria o funcionário ter que ouvir uma longa explicação com vistas a dissuadi-lo da viabilidade do aumento naquele período. E por último, os chefes poderiam não conceder apenas vinte, mas quarenta por cento de aumento. Com a autoridade de especialista, de quem sabe sobre o mercado de trabalho mais do que os trabalhadores a quem se dirige, o consultor

esclarece que tal reação só foi conseguida com cobaias, em testes de laboratório, mas que “na vida real isso nunca aconteceu”, afirmação que nos fornece pistas contundentes sobre a natureza das relações econômicas que constituem o mundo do trabalho.

Lembrando que o objetivo do quadro era passar para os telespectadores/trabalhadores, através do consultor de carreiras, conselhos “úteis para situações práticas” do mercado de trabalho, “com uma linguagem concisa e divertida”³². Assim, a nosso ver, é significativo que o episódio inicie de tal maneira, pois começa a mobilizar sentidos sobre o trabalho, sobre a relação de poder estabelecida entre chefe e trabalhador, e, mais especificamente, sobre a relação de compra e venda da força de trabalho, elementos de saber que serão alvo da discussão, numa estratégia discursiva que parece “preparar o caminho” para o tema, buscando revesti-lo de um tom ameno, “divertido”.

SD8 – Por que, então, é tão difícil conseguir um aumento? Porque **quem pede**, vê a situação por um ângulo e **quem pode conceder**, enxerga de outra maneira. As duas regrinhas básicas são as seguintes. A primeira: **todo empregado acha** que ganha menos do que merece. E **toda empresa acha** que o empregado poderia **produzir** mais pelo que ele já está ganhando. Empresas não gostam de **ouvir** falar em aumento. Então, é preciso encontrar uma maneira de fazer com que a empresa **se interesse** em escutar.

Em sequência, a pergunta retórica, lançada pelo consultor, aciona o caráter pedagógico do discurso empresarial, produzindo um efeito de sentidos de autorização de saber sobre o consultor, que teria algo a ensinar, e o trabalhador, que teria o que aprender. O discurso empresarial naturaliza, assim, as relações de poder postas na divisão social do trabalho que determina o lugar do trabalhador enquanto dependente e subordinado, através dos efeitos de pré-construído que estabilizam os sentidos de trabalho assalariado.

Então, por que seria “tão difícil conseguir um aumento”? Como a pergunta já traz implícita a afirmação de que, de fato, “é muito difícil conseguir um aumento”, o que vem na sequência são estratégias discursivas que visam legitimar, naturalizar, tal “dificuldade”, retomando-se, no fio do discurso, elementos próprios da formação ideológica do capital sobre as relações de trabalho. Segundo Melo

À primeira vista essas relações apresentam-se como um contrato entre indivíduos livres, juridicamente iguais: o trabalhador, possuidor da força de trabalho, e o capitalista, possuidor dos meios de produção. Esses indivíduos realizam um contrato de compra e venda por meio do qual o capitalista utiliza a força de trabalho para produzir mercadorias e o trabalhador recebe um salário pela venda de sua força de trabalho. Entretanto, tal relação apresenta um caráter conflituoso. Ela configura-se

³² De acordo com o texto de apresentação do site Memória Globo. Acessado em 7/9/18.

como uma relação de exploração, no âmbito da qual o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho, deixando de pagar o valor criado por ela na sua utilização (MELO, 2011, p. 117).

Na sequência, a resposta apresentada aciona a memória de um discurso psicologista (NOGUEIRA, 2017), no qual o problema é transformado numa questão de “quem pede” e de “quem pode conceder”, já que cada um “vê a situação por um ângulo”, aquele que lhe é conveniente. Assim, as “duas regrinhas básicas” para esse tipo de “situação” se resumem, segundo o discurso empresarial, a: quem é empregado “acha” que merece ganhar mais e “quem” decide pela empresa “acha” que o empregado já ganha o bastante para produzir, inclusive, mais. Instaura-se um impasse entre partes diferentes de uma mesma “situação”, na qual, a parte relativa à empresa não “gosta de ouvir falar em aumento”, restando, portanto, ao trabalhador, encontrar uma maneira de despertar o seu “interesse em escutar” o que ele tem a dizer, em um efeito ilusório de que ambos serão beneficiados por esse “meio-termo” fruto de uma argumentação apropriada, ou seja, um diálogo.

O discurso materializado na SD8 desloca os sentidos de embate, de conflito entre capital e trabalho naquilo que é sua determinação fundamental, a extração da mais-valia. Representa-se como uma “situação”, algo no limite do negociável. Assim, a relação entre o mínimo necessário para a sobrevivência da classe trabalhadora e sua luta frente à exploração do capital passa a uma relação entre indivíduos com interesses e pontos de vista diferentes. Entra em cena uma discursividade típica da pós-modernidade, que, dentre outros elementos, sustenta não existir uma verdade tangível, verificada pelo real da história, com tudo se resumindo a narrativas que variam de acordo com pontos de vista da subjetividade, resultando em uma concepção da realidade social que não dá forma a uma totalidade articulada, mas somente a uma coleção de fragmentos (TONET, 2013).

Desse modo, a relação capital x trabalho se transforma em uma questão própria do discurso psicológico que, por sua vez, fornece elementos para os efeitos de sentido de consensualidade entre as “partes envolvidas”. Se empresas não gostam de ouvir falar em aumento, o que faz com que seja “tão difícil conseguir” um, cabe ao indivíduo reverter essa situação, apresentando argumentos que sejam “tão bons” para a empresa que não tenham como não despertar seu “interesse em escutar”. Silencia-se, porém, que aquilo que é “bom” para a empresa não o é para o trabalhador, visto que, sob o julgo do trabalho assalariado, a sua própria atividade vital, e o que dela é resultado, deixa de lhe pertencer e passa a ser propriedade do capitalista (MARX, 2015).

Percebemos, novamente, a grande “regrinha básica” do capital, o acúmulo de riquezas pela extração da mais-valia. O trabalhador deve encarar as questões salariais, não como um embate entre classes, mas como um projeto individual. O empresário de si próprio deve planejar sua carreira e se esforçar para alcançar suas metas, que devem equivaler às metas da empresa. Assim, o discurso empresarial naturaliza o lugar do trabalhador como aquele que tem que “pedir” um aumento, ou qualquer outra coisa, para o capital que, por sua vez, é “quem pode conceder”, representado pela figura do chefe.

Para o trabalhador, a relação é de obrigatoriedade, pois quem “pede”, o faz porque não tem poder o suficiente para outorgar a si aquilo que deseja, inscrevendo-se numa discursividade de subserviência determinada pela relação material de dominação do capital sobre o trabalho. Já para esse, a posição é de “escolha”, pois são as suas personificações na empresa que têm o poder de “conceder” o aumento, de acordo com seus interesses, como um senhor que tem o poder de decidir sobre a vida de seus servos. A solução que o discurso empresarial apresenta para a solução desse impasse para o trabalhador é que esse precisa mostrar que é valioso para a empresa e a única maneira possível disso ocorrer no capitalismo é se tornando uma mercadoria lucrativa para o seu dono, isto é, o seu patrão.

A elevação do salário suscita no trabalhador a mania do enriquecimento [própria] do capitalista que, contudo, ele só pode satisfazer pelo sacrifício do seu espírito e corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo do capital e conduz a ele; portanto, coloca o produto do trabalho como cada vez mais estranho (*fremder*) perante o trabalhador. Na mesma medida, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, tal como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também das máquinas. Uma vez que o trabalhador rebaixou [à condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente (MARX, 2015, p. 249).

O discurso produz uma posição-sujeito identificada com o capital e que, desse modo, deve colocar os interesses do mercado, que lhes são historicamente antagônicos, à frente dos próprios. Assim, o trabalhador deve entender como natural que uma empresa “precise” de lucro e, sendo assim, que para postular um aumento de salário ele deve comprovar para ela que produz o lucro “necessário” para tal. Aliás, que produz mais lucro do que seus colegas de trabalho, merecendo, assim, despertar o “interesse” específico da empresa sobre ele, frente aos demais funcionários.

Percebemos que o discurso empresarial precisa silenciar a memória discursiva vinculada às formações ideológicas do trabalho. O consultor precisa falar para silenciar sentidos indesejáveis sobre as relações de trabalho e naturalizar os sentidos dominantes. Ou seja, o discurso convoca os sujeitos a mostrarem que são diferenciados, de que têm um “algo a mais”

para convencer o patrão que merecem o aumento. São mobilizados sentidos típicos da gestão flexível toyotista, na qual o trabalhador deve ser um autoempreendedor, responsável pela própria carreira, o que equivale a dizer responsável pelas metas impostas pela empresa e pelo seu local de trabalho. “Livre” da disciplina verticalizada da administração taylorista (PINTO, 2013), na qual não tinha possibilidade de desenvolvimento, em sua função altamente especializada, agora, o indivíduo tem a possibilidade de se “desenvolver”, sempre aprendendo algo novo frente à diversidade de funções que deve desempenhar.

O salário, conseqüentemente, passa a ser também sua responsabilidade. É preciso se empenhar em produzir cada vez mais, pois essa é a única forma de “fazer com que a empresa se interesse em escutar” e passe a percebê-lo como uma valiosa mercadoria que deve ser mantida sob sua posse. Assim, a “nova” subjetividade do trabalho deve aperfeiçoar a própria exploração, produzindo uma taxa de mais mais-valia cada vez maior, numa relação imaginária que silencia que o aumento tão desejado apenas a torna mais pobre, pois, sob o julgo do trabalho assalariado, quanto mais riqueza o trabalhador produz para o capital, mais pobre e alienado ele se torna (MARX, 2015), sendo os “interesses” da empresa completamente opostos aos seus.

O discurso empresarial precisa silenciar a memória discursiva das lutas trabalhistas, inclusive das jornadas salariais, catalisador histórico do movimento de resistência dos trabalhadores. Repelem-se os sentidos de confronto, de organização, de identidade de classe, substituindo-os por um imaginário de equidade, de colaboração – até na “situação” salarial –, visto que é preciso apenas que cada um faça sua parte, mostre seu potencial entre os demais e, certamente, conseguirá, dentre outras coisas em sua carreira, um aumento salarial quando achar que merece.

Seguimos com mais duas seqüências discursivas extraídas do mesmo episódio sobre o aumento salarial. O consultor continua sua explicação, “ensinando” aos trabalhadores que estão assistindo o referido episódio o que fazer para que uma empresa se interesse por eles, a ponto de decidir “conceder”, favorecer, em suma, premiá-los, enquanto empregados, com o aumento salarial desejado.

SD9 – Uma empresa não concede um aumento quando o problema é do empregado. Uma empresa só concede um aumento quando o problema passa a ser dela. Por isso se o empregado usar como argumento, por exemplo: **eu** estou ganhando pouco, as coisas estão caras, **meus** amigos de outras empresas ganham mais do que **eu**, todo mês **eu** estou estourando o cheque especial. Esses são problemas sérios, sem dúvida, **mas nenhum deles é problema da empresa.** E quando o problema passa a ser da empresa? Quando **um empregado consegue uma proposta**

para mudar de emprego. Hoje, **de cada dez aumentos, oito são concedidos** para que o empregado não vá embora. O problema **passou a ser da empresa.** Mas e se não der para conseguir uma proposta para ganhar mais? Isso significa que o salário que o empregado está recebendo **é compatível com o que o mercado está pagando.** Mas isso não significa que o empregado deva desistir do aumento. Ele deve ir para a opção dois, que é conseguir o aumento, mas, não imediatamente, o aumento de médio prazo. **Ele deve sentar com o chefe e estabelecer um programa de objetivos para serem atingidos** entre seis meses e um ano.

SD10 – Aumentos têm sido vistos como necessidade imediata. Eles precisam ser **encarados como investimento** e tem que começar agora. Portanto, você vai conseguir um aumento, ou amanhã, ou daqui a um ano, ou em 2010.

A SD9 continua mobilizando sentidos inscritos numa formação discursiva que naturaliza o lugar do empregado como aquele que “pede” algo ao patrão, representado no discurso pela “empresa”, que decide ou não se é válido o “benefício”. Decisão essa fundamentada na capacidade do empregado de produzir um “algo a mais”, de se diferenciar e valorizar enquanto força de trabalho.

Isso porque nenhuma empresa irá autorizar o aumento “quando o problema é do empregado”. A empresa só cede ao pedido “quando o problema passa a ser dela”. O enunciado traz novamente a ideia do conflito posto na relação salarial como uma questão de ajuste – de consenso – entre empresa e empregado, num diálogo com uma memória que polariza a relação capital x trabalho, mas apagando o caráter das relações de domínio e exploração de classe.

Essa ideia de uma relação de interesses entre partes opostas, mas que pode ser resolvida em uma negociação, encontrando um termo de consenso para ambos, é reforçada logo à frente, na mesma SD (9), com a noção de que existe um “argumento” adequado para o empregado apresentar à empresa. Percebemos um atravessamento do discurso liberal, produzindo efeito de consenso e silenciando o funcionamento do político, próprio dessa relação, visto que a relação de exploração da força de trabalho de uma classe é também uma relação obrigatória de domínio. Daí a necessidade do trabalho da ideologia em todas as instituições sociais, buscando, via discurso, suplantar as formações ideológicas vinculadas às classes subalternas.

O enunciado apresenta o problema do baixo salário da classe trabalhadora como uma questão puramente individual. É o sujeito que acha que ganha pouco (típico de “quem pede”, como vimos na SD8), que também diz que os amigos ganham mais, que considera que “as coisas estão caras” e que, por fim, “estoura” o cheque especial. Os sentidos mobilizados estão inscritos numa rede de filiação que, por sua vez, convoca uma discursividade própria do neoliberalismo, que diz que todo cidadão deve aprender a planejar e controlar suas finanças.

Esse discurso é diariamente reproduzido e disseminado pelos mais variados meios de comunicação, inculcando nos sujeitos a culpa por não conseguirem obter êxito em fazer com que seus salários deem contas das suas necessidades de sobrevivência e ainda durem até o final do mês.

Portanto, cria-se um efeito de sentido que, tacitamente, apesar de não ser dito, sustenta a ideia de que as dificuldades de sobrevivência do trabalhador são decorrentes de sua insuficiente organização financeira, sendo, portanto, sua exclusiva responsabilidade. A empresa não tem nada com isso. Pelo contrário, o discurso naturaliza a ideia de que é impossível para qualquer empregador compensar com aumento salarial “problemas” que seriam de ordem pessoal, ou seja, que não fazem parte das responsabilidades da empresa.

Provoca-se um jogo entre os sentidos do que seria do âmbito particular do funcionário e do âmbito de uma relação trabalhista, em um mecanismo que desliza a relação contraditória que determina toda a sociabilidade capitalista para o plano doméstico. Não é apenas a exploração fundante do trabalho assalariado que deve ser silenciada, mas também a memória de luta dos trabalhadores em favor de melhores condições de vida, das quais as lutas pela redução da jornada de trabalho e pelo aumento salarial sempre foram destaques. A exemplo da SD5, o trabalhador é, então, convocado a ser parte dos “melhores”, isto é, a se tornar um profissional de excelência para que possa se destacar dos demais, sendo cobiçado, inclusive, pelas empresas concorrentes. É, supostamente, dessa forma que o patrão, por não querer perder um profissional de “excelência”, terá que aceitar considerar o aumento salarial, visto que o empregado passou a ser mais produtivo para ele. Entretanto, Marx nos lembra sobre a questão fundamental posta nessa relação:

Todas essas conseqüências repousam na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto do seu trabalho* como um objeto *alienado*. O que é claro deste pressuposto: quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui (MARX, 2015, p. 305).

Assim, o “argumento” que o trabalhador é autorizado a utilizar para melhorar o salário é produzir mais riqueza para o capital, através do aumento da mais-valia relativa³³. O trabalhador deve ser um autoempreendedor e valorizar a única mercadoria que tem para vender:

³³ Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última (MARX, 1996, p.41).

sua força de trabalho, ou seja, ele próprio. O capital precisa que o discurso empresarial regularize os sentidos de autonomia, de individualidade e de consenso, para evitar qualquer conflito mais efetivo e que possa paralisar a produção, seja por quanto tempo for. Em sua lógica destrutiva, o modo de produção capitalista precisa produzir uma subjetividade cada vez mais alienada dos meios e processos de produção e, conseqüentemente, de seu próprio papel de agente da história, para que assim vá como “voluntário”³⁴ (PÊCHEUX, 2014) para o sacrifício da superexploração que o modelo toyotista impõe ao trabalho.

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho* (ANTUNES, 2009, p. 35).

Diante de uma contradição fundamental, expressa na questão do salário, o trabalhador é convocado a, identificado com a posição-sujeito do mercado, realizar uma autoexploração, no intuito de se aperfeiçoar enquanto mercadoria, de agregar valor a si próprio, na ilusão de que o salário pode ser justo. O salário, entretanto, é capital investido pelo capitalista na única mercadoria que *produz e valoriza* o capital, isto é, a força de trabalho, produtora de mais-valia. Como diz Marx,

A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe são impostas, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais* necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do *motto* [mote – italiano] *conservador*: “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*” (MARX, 2015 p. 141).

Os trabalhadores devem passar de sujeitos de classe, identificados e combativos em suas organizações, para “investidores” da própria força de trabalho e, portanto, da própria vida. Assim, aquele que não conseguir uma proposta para ganhar mais, não deve culpar seu empregador e exigir, em união com os demais funcionários, melhores condições salariais, pois em uma empresa só o que deve existir são as relações individualizadas e mediadas pelo mercado.

³⁴ Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 144).

A visão liberal, que elegerá o mercado e a individualidade privada como formas de condução de práticas políticas, tem, como ontologia a premissa de que as individualidades devem prevalecer em relação à coletividade e que a igualdade das relações se estabelece na e pela lei. [...] A assertiva dominante nessa perspectiva é a de que todos são iguais perante a lei. Por essa visão, os trabalhadores são parte de uma engrenagem e como tal devem se comportar. Patrão e empregado ocupam posições diferentes no *mercado*, mas todos são *livres* para recusar situações que lhes desagradem (MAGALHÃES, 2013, p. 36).

Primeiro, ele deve entender que está ganhando o que é “compatível” com o mercado. E aí é silenciado que é o preço dos custos de existência e de reprodução da força de trabalho que constituem o salário. O salário, assim determinado, chama-se o *mínimo de salário* (MARX, 2010), ou seja, o mínimo para a sobrevivência do trabalhador.

Depois, não deve desanimar e, pelo contrário, buscar insistir junto à chefia, estabelecendo “um programa de objetivos” comuns, ou seja, um número de metas que justificarão, para a empresa, o custo-benefício do aumento. Dessa forma, o sujeito, alienado do processo de planejamento da produção, é convocado a pensar o que pode realizar para incrementar os lucros do capital, sob uma relação imaginária e fetichizada de autonomia e maior liberdade. O capital “captura” a iniciativa do trabalhador, numa ofensiva ideológica que aprofunda a alienação do indivíduo e da classe. Assim,

[...] não se delega só o poder, para que o trabalhador seja autônomo, mas delegam-se mecanismos de controle e de mais trabalho. E isso se dá por um funcionamento de “intervenção” na subjetividade, ou, se assim podemos dizer, de *captura* do sujeito trabalhador a partir da sua subjetividade produzindo efeitos de sentido de que isso é bom, é uma promoção, por meio dessa prática discursiva que, necessariamente, é ideológica, produzindo assim essas evidências para o sujeito do discurso. O que está colocado em questão é que existe participação, mas o caráter dela é de total passividade e adequação a um ritmo de trabalho mais acelerado e que envolve mais tarefas. [...] É nesse sentido que esse discurso, conforme estamos analisando, produz o efeito, para o sujeito do discurso, de que só há indivíduos e é o próprio conceito de classe (e de categoria) o alvo em questão (NOGUEIRA, 2017, p. 208).

Dessa forma, os sentidos relativos ao que significam salário e aumento de salário para o trabalhador, deslizam de uma memória discursiva que traz elementos de luta e de interesses antagônicos para uma formação discursiva que o responsabiliza sobre sua situação financeira e salarial, cabendo a ele conseguir se “organizar” para atingir seus “objetivos”.

Nesse discurso, significa-se o capital como “aliado” do trabalho e, assim, processos cotidianos das empresas, como planejamento e construção de metas dos empregados devem ser pensados juntamente à figura da chefia, através do “diálogo” e da busca por pontos de “consenso”, que propiciarão o alcance do “sucesso” para ambos, trabalhador e patrão. Esse fenômeno, no qual o trabalhador se apresenta como “voluntário” (PÊCHEUX, 2014) para

intensificar a própria exploração, é representativo do novo patamar de exploração e alienação a que está submetida a subjetividade do trabalho pelo capital, na era do capitalismo manipulatório (ALVES, 2011).

4.4 – O chefe está sempre certo: discurso, relações de poder e silenciamento da exploração do trabalho

A próxima sequência foi retirada do episódio *R de Relacionamento* que teve como foco o relacionamento entre os trabalhadores³⁵ e, principalmente, apresentar os comportamentos que devem ser assumidos por esses, ao lidar com os chefes.

SD11 - **Ser chefe é ser um alvo.** O chefe **se torna culpado** de um monte de coisas por um motivo muito simples: **é mais fácil culpar o chefe.** Quem nunca disse na vida: meu chefe **não gosta de mim** ou meu chefe **não reconhece** o meu trabalho? Quem não disse, um dia dirá. É claro que existem chefes maravilhosos, **que se preocupam mais com os subordinados do que com eles mesmos.** Esses chefes são uns dezoito no brasil inteiro, sendo que quatro vão se aposentar esse ano.

Os dizeres acima materializam sentidos sobre a hierarquia no trabalho, retomando já-ditos inscritos numa memória discursiva sobre os papéis a serem desempenhados pelo capital – personificado na figura do chefe na empresa – e pelo trabalho na produção de mercadorias. O lugar “natural” do chefe seria, portanto, a responsabilidade pela “gestão” dos trabalhadores, os seus “subordinados”. O enunciado agita as filiações de sentidos sobre o que é “ser chefe”, fazendo trabalhar, conseqüentemente, um não-dito sobre o que é “ser subordinado”, ou trabalhador. Esse processo discursivo é determinado pela relação contraditória entre capital x trabalho, num movimento dialético que determina o processo de reprodução/produção/transformação da base material e de sua expressão ideológica, no processo de reprodução social, no qual capital e trabalho só existem um em função do outro, como diz Marx n’*Os Manuscritos*:

Para o homem que não é senão *trabalhador*, e como trabalhador, todas as suas qualidades humanas só existem na medida em que existirem para o capital dele *alienado*. Mas, porque ambos são alienados, portanto estão numa relação indiferente, exterior e acidental, então essa característica alienada (*Fremdheit*) tem de aparecer também como *real*. Portanto, logo que ocorre ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não ser mais para o trabalhador, também este não é mais para si próprio, ele não tem *nenhum* trabalho, por isso *nenhum* salário e, visto que ele não tem existência *como homem* mas só *como trabalhador*, pode-se o deixar enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só existe como trabalhador logo que existe *para-si* como capital, e só existe como *capital* logo que um capital existe *para ele*. A existência do capital é a *sua* existência, a sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele. Por isso, a economia nacional não conhece o trabalhador

³⁵ A SD5, acima, também foi recortada desse episódio.

desocupado, o homem de trabalho, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho (MARX, 2015, pp. 323-324).

Assim, os discursos vinculados às formações ideológicas do capital, precisam saturar os sentidos sobre o mundo do trabalho para silenciar a exploração sobre a classe que é sua inimiga histórica. As ideias dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes (MARX e ENGELS, 2009), isso porque

[...] cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal [*ideell*]: a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresenta-las como as únicas racionais e universalmente válidas (MARX e ENGELS, 2009, p. 69).

As representações discursivas sobre a hierarquia se inscrevem, portanto, nas formas institucionalmente desenvolvidas de controle da interpretação (ORLANDI, 2012) sobre o mundo do trabalho. Considerando essa relação, percebemos uma construção de sentidos que isentam o chefe de responsabilidade sobre o que os subordinados pensam ou não de sua prática profissional. Isso porque “ser chefe é ser um alvo”. O discurso definidor, através de uma relação metafórica, que equivale o lugar de chefe ao de um “alvo”, produz sentidos que atuam naturalizando a ideia de que é comum aos trabalhadores “atacarem” o chefe, fazerem dele um ponto de mira, sem nenhum motivo adicional além da posição que ocupa na hierarquia da empresa. Ou seja, se produz uma ideia de que o lugar social de chefe traz “naturalmente” a propriedade de não ser unanimidade entre os que não são chefes, retomando um já-dito de que todo trabalhador reclama do chefe, não importando o que ele faça.

O próximo segmento nos fornece mais pistas sobre como o discurso empresarial naturaliza as relações de trabalho e silencia a contradição fundante das relações econômicas capitalistas. A formulação o “chefe se torna culpado de um monte de coisas” demonstra como o funcionamento desse discurso busca marcar nos sujeitos o imaginário do “chefe vítima”. O chefe que é alvo de ataques e que não tem culpa dos problemas no ambiente de trabalho – os quais são decorrentes das contradições que envolvem exploração e resistência – e que, assim, “se torna culpado” por tudo “apenas” porque o trabalhador acha “mais fácil culpar o chefe”.

Constrói-se, então, uma imagem negativa sobre o trabalhador que reclama do chefe, no intuito de fazer com os que os sujeitos se identifiquem com o discurso empresarial, que aponta a forma “adequada” de como proceder na prática laboral. O sujeito, ao invés de tomar o caminho “mais fácil” e sempre culpar o chefe, deve, ao contrário, fazer uma autoavaliação, identificar

suas falhas e corrigi-las. Desse modo, tendo coragem para reconhecer sua própria parcela de culpa, irá se tornar um trabalhador “melhor”, mais produtivo, que não arruma desculpas para não atingir suas metas. Nesse sentido, Nogueira nos diz que

Existe certa perversidade nessa relação, pois todo esse discurso de autoexame, de dar o melhor de si, de ser verdadeiro e etc. faz de cada um o “instrumento de si mesmo” para usar a expressão de Dardot e Laval, no sentido de que o trabalhador é solicitado a “definir” (aceitar?) não só os objetivos a serem alcançados pela empresa, como os critérios em que ele será julgado (NOGUEIRA, 2017, p. 314).

Na sequência, a materialidade discursiva traz, pelo funcionamento do interdiscurso, a marca de um já-dito sobre o trabalhador como aquele que sempre “naturalmente” se queixa por não ser reconhecido pelo chefe. A formulação, em forma de pergunta retórica: “quem nunca disse na vida: meu chefe não gosta de mim”, aciona uma estratégia discursiva de caráter pedagógico, produzindo efeitos de sentido de totalidade, de uma verdade absoluta. E a resposta do consultor, em sequência: “quem não disse, um dia dirá”, confirma um efeito de antecipação convocado na própria pergunta, ancorada numa memória sobre o mundo do trabalho que torna uma evidência o suposto fato de que “todos um dia irão reclamar do chefe”, seja por questões de simpatia ou suposta falta de reconhecimento.

O capital precisa produzir, a todo instante, o máximo de mercadorias possível, de acordo com as determinações de sua lógica destrutiva (MÉSZAROS, 2011), assim, a empresa que não conseguir manter uma taxa ascendente de lucratividade, a partir de uma superexploração da mais-valia, muito dificilmente conseguirá se manter no mercado. Nesse processo, é preciso que o trabalhador se identifique “sem falhas”³⁶ com a posição-sujeito do discurso empresarial para que assim ele mesmo intensifique sua exploração, na ilusão de que compartilha dos mesmos interesses de seus exploradores. Bernardo (2009), refletindo sobre a relação entre o discurso da gestão flexível e a situação do sujeito do trabalho, diz que

[...] a possibilidade de os trabalhadores se tornarem sujeitos na organização capitalista será sempre restrita de alguma maneira. Entretanto, mesmo levando em consideração que a motivação das empresas para a adoção de novos modelos de trabalho seja primordialmente econômica e não vise uma transformação essencial da posição dos trabalhadores na organização, não é difícil concluir que essas mudanças tenham implicações diretas sobre o cotidiano de trabalho (BERNARDO, 2009, p. 31).

O discurso é sempre imbricado com os interesses e posições de classes, sendo as relações históricas de seus sujeitos atravessadas pelos interesses contraditórios e antagônicos

³⁶ Pêcheux explica que não há ritual ideológico sem falhas, que o sentido e a posição-sujeito sempre pode se tornar outro (PÊCHEUX, 2014).

que determinam, através das formações discursivas, aquilo que pode e deve ser dito e o que deve ser silenciado. Assim, o discurso empresarial precisa negar esse caráter de classe nas relações de trabalho, silenciando que o chefe é a personificação do capital e, portanto, que as relações de trabalho envolvem classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis, numa tentativa de anular qualquer possibilidade de resistência dos trabalhadores. É preciso apagar, inclusive, que o sujeito ocupante de um cargo de chefia, apesar de representar hierarquicamente o capital dentro de uma empresa, geralmente é também empregado, pois não é o dono da empresa, exercendo lugar de mando e também de subordinação dentro da instituição.

Dessa forma, essa relação é “significada” como uma relação entre indivíduos, entre o trabalhador individual e o chefe. O trabalhador reclama de que o chefe não “gosta” dele ou não “reconhece” o seu trabalho. Percebemos, aqui, a presença de uma discursividade psicologista (NOGUEIRA, 2017), que traz sentidos relativos à existência, ou não, de empatia por parte do chefe, fazendo com que o trabalhador “justifique” seu desempenho fazendo do chefe um “alvo”, ou construindo narrativas de “perseguição”. Esse movimento acaba por transferir para a figura do chefe questões postas pelo antagonismo de classes em si, em um funcionamento discursivo que visa silenciar o caráter de classes.

De outro lado, “reconhecer” o trabalho aciona o discurso da gestão de pessoas e a ideia da avaliação de desempenho, que deve ser “transparente” e “constante”. Dessa forma, reclamar por não ter o trabalho “reconhecido”, a nosso ver, abre uma deriva de sentidos, que nos aponta para outros trajetos de significação. Essa SD (11) entra em contradição com a SD5, que retrata como “bons chefes” aqueles que fazem a “avaliação de desempenho”. Portanto, percebemos uma tensão nos sentidos que são postos em jogo que parece apontar para uma relação de dominância determinada pelas formações ideológicas do capital e pelas condições de produção dadas.

Assim, o discurso empresarial desloca o eixo ideológico da relação entre capital x trabalho na produção para uma discursividade em que o que prevalece são questões subjetivistas, como a “sensação” de que alguém não gosta ou tem um comportamento injusto para com o indivíduo. Constrói-se um terreno não muito sólido para o trabalhador “provar” que sua queixa é legítima. É mais viável que ele perscrute a si próprio e se torne um trabalhador “melhor”.

Como falamos acima, o discurso constrói um imaginário do “chefe vítima”, aquele que é um “alvo” sem motivo justo por parte dos trabalhadores, que o atacam para não assumir a própria “incompetência”. O discurso empresarial, entretanto, não anula o sentido de hierarquia e a representação que tem a posição de chefe na empresa. Pois, como diz o consultor, de uma forma irônica, “é claro que existem chefes maravilhosos”, que são mais preocupados com os “subordinados do que com eles mesmos”, acontece que, desse tipo, só existem “dezoito no Brasil inteiro” e quatro já irão se aposentar. O que evoca elementos de saber que, contraditoriamente com o discurso da “gestão de pessoas”, sinalizam a preocupação com o ser humano nas empresas como algo que está com “os dias contados”, para encerrar definitivamente.

Retomam-se nesse segmento sentidos de autoridade e submissão que remetem a uma memória discursiva da típica representação do chefe do taylorismo/fordismo, que abertamente coloca os trabalhadores abaixo de si, sendo explicitamente autoritário, ou seja, que tem “subordinados” e não “colaboradores”. Assim, percebemos um deslizamento entre os sentidos de chefe entre as posições do discurso da gestão toyotista e taylorista/fordista. Esse deslize também ecoa nos sentidos sobre os trabalhadores, que serão sujeitos autodeterminados, responsáveis para lidar com as próprias metas e serem capazes de realizar o autoexame (NOGUEIRA, 2017) sobre seu desempenho, sendo seu “próprio” chefe. Entretanto, devem tomar por natural manterem, ao mesmo tempo, o lugar de “subordinados” e de secundários nas “preocupações” do chefe e da empresa, a despeito dos discursos de gestão que afirmam o contrário.

O discurso sobre o que é “ser chefe” busca, assim, silenciar as determinações de classe que estão postas na relação entre os sujeitos do trabalho e o sujeito do capital. Sendo a empresa também uma instituição social, ela é também palco da relação de contradição-desigualdade-subordinação (PÊCHEUX, 2014) entre os elementos pertencentes às formações ideológicas dominadas e dominantes. Assim, o capital precisa negar o caráter de classe determinante do trabalho assalariado, responsabilizando os sujeitos pelo bom ou mau “relacionamento interpessoal”.

A SD12 também é um recorte do episódio *R de Relacionamento*, que foi quase que em sua totalidade dedicado a orientações sobre como “se dar bem” com o chefe.

SD12 – Independente do que nós achamos de nosso chefe, o primeiro passo para uma carreira bem-sucedida é se dar bem com o chefe. Não dá para cortar caminho.

E existem quatro regrinhas que ninguém deve esquecer. A primeira: **nunca criticar o chefe**, nem na empresa, nem fora dela. O ouvido do chefe é do tamanho de todas as paredes. A segunda: **nunca tentar brilhar mais do que o chefe** e fazer o possível para que o chefe possa brilhar perante o chefe dele. A terceira: **não contrariar o chefe**. Não é que chefes não gostem de ser contrariados, é que eles detestam. E a quarta: nunca confundir capacidade com falsidade. **Ser eficiente** não é ser puxa-saco. **Conclusão: numa obra, o tijolo de cima se assenta sobre o tijolo de baixo. Na hierarquia de uma empresa isso nunca acontece. O de baixo é que deve se adaptar ao de cima.**

A materialidade nos fornece os elementos linguístico-históricos para investigar os trajetos que seguem os sentidos sobre o imaginário relativo ao chefe e, conseqüentemente, ao trabalhador no cotidiano de uma empresa, determinado pela divisão social do trabalho. Em nossa aproximação à materialidade discursiva, nosso primeiro gesto de interpretação nos leva a questionar os sentidos produzidos pelo termo “independente” na articulação com o que os sujeitos podem “achar” – pensar – sobre o chefe. O enunciado afirma que para ter uma “carreira bem-sucedida” é preciso “se dar bem com o chefe”. E isso “independente” de qualquer pensamento particular do sujeito sobre a chefia, pois não existem atalhos para isso.

Pensamos que o enunciado materializa alguns sentidos que sustentam o processo discursivo sobre as relações de hierarquia no mercado de trabalho. Em um primeiro momento, reafirmam-se os sentidos de autoridade e da hierarquia no processo de produção. O chefe é a representação do capital, seja ele o próprio empresário, ou um representante/porta-voz. Sendo assim, as relações de força dentro da empresa devem ser preservadas, pois delas dependem a continuidade da produção e a manutenção da propriedade privada. É preciso silenciar, portanto, qualquer discurso contrário a esses interesses, produzindo a interdição desses sentidos no que diz respeito à figura do chefe, que deve ser preservada acima de tudo, ainda que esse também seja um empregado, pois são os sentidos de hierarquia e de poder constituintes do lugar de comando que devem prevalecer.

Vemos, também, o trabalho do interdiscurso convocando sentidos de “sucesso” profissional. A ideologia naturaliza o fato de que os sujeitos não proprietários dos meios de produção precisam arrumar alguma maneira para sobreviver, através da venda da própria força de trabalho, pois, como diz Marx (2015, p. 246), “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, tem de lutar pela aquisição do trabalho, i. é, pela possibilidade, pelos meios de poder realizar a sua atividade”.

Assim, torna-se uma evidência que todos precisem ter uma carreira, isto é, desenvolver “conhecimentos e habilidades” próprios de uma área do mercado e a ela se dedicar, cumprindo

os passos necessários para se destacar como um profissional de “sucesso”, ou seja, como alguém que não só sobreviveu de seu trabalho, mas que conseguiu também destaque e dinheiro. Refletindo sobre os sentidos de “sucesso” no discurso jornalístico, Ramires (2017) aponta que

O esforço, a disposição para o trabalho, a aptidão para o serviço são transferidas para os sujeitos, entretanto, a sociedade capitalista vê, através da mídia, exemplo e ensinamentos de como conseguir se destacar, fazer sucesso. São sujeitos que, determinados pelo funcionamento ideológico neoliberal, são apontados como livres, autônomos, donos de sua vida, mas que, ao mesmo tempo, obedecem as regras do sistema capitalista (RAMIRES, 2017, p. 130).

Há inúmeros passos nessa trajetória, mas, segundo o discurso empresarial, o primeiro deles passa pelo chefe, é preciso “se dar bem” com ele. Não é possível contornar essa necessidade. O discurso convoca o sujeito que trabalha a desenvolver uma relação “adequada” com o chefe, isto porque, nas relações de força presentes no mercado de trabalho, a balança sempre pende para o lado do capital/empresário/chefe, visto que é o trabalhador que depende diretamente dele.

Por isso, “se dar bem” com o chefe significa obedecer. O discurso empresarial simula essa relação autoritária produzindo um efeito de sentido de que o importante é uma relação amistosa, gratificante para ambos os lados. Porém, como já vimos acima, na SD5, as empresas da formação social do capital não “escolhem os mais simpáticos” e sim os “melhores”. Logo, podemos depreender que “se dar bem” com o chefe remete à Formação Discursiva do Mercado de Trabalho e, sendo assim, equivale a ser produtivo e obediente.

É esse o “caminho que não dá para ser cortado”, numa tentativa de silenciamento discursivo dos elementos de saber que irrompem na articulação desses dizeres sobre o chefe, expressando a contradição de classes presente na dominância do capital sobre o trabalho. Ressaltamos, também, que esse movimento desloca os sentidos ligados às relações de classe para o âmbito das relações individuais entre chefe e trabalhador, como já dissemos anteriormente, num funcionamento que busca apagar a questão de classes a partir do apagamento da figura do patrão/capital, como se não houvesse nenhum poder acima do chefe.

Em seguida, o consultor enumera “quatro regrinhas que ninguém deve esquecer” sobre como lidar com o chefe. São elas: “nunca criticar o chefe”; “nunca tentar brilhar mais do que o chefe”; “não contrariar o chefe” e “ser eficiente não é ser puxa-saco”. Os sujeitos são assim avisados, admoestados, pela posição-sujeito do mercado, do discurso empresarial, que a

responsabilidade em não “esquecer” as regras são deles e que, portanto, devem arcar com as consequências em caso de conflitos que deveriam e poderiam ser, por eles, evitados.

Constrói-se um imaginário sobre o é “ser chefe” que, aparentemente, se defronta com o modelo de gestão toyotista, parecendo deslizar para o discurso da gerência tradicional (AMARAL, 2016) que é mais autoritária e rígida e assentada numa estrutura de hierarquia verticalizada. No entanto, observando o funcionamento do não-dito (ORLANDI, 2007), podemos perceber que os elementos de saber da administração contemporânea do capital continuam significando e constituindo os sentidos sobre o trabalho.

Retomando o olhar para o conjunto das SD’s analisadas, percebemos que existem duas linhas de comportamento postas para os trabalhadores, uma para a relação com o chefe e outra para com os seus “pares”. Esses devem manter um ambiente de competição fratricida, numa posição-sujeito que toma por natural tanto “desejar” ultrapassar o outro, como o dever de “cercar” a si e a sua carreira da “inveja” dos seus companheiros de trabalho. A relação com o chefe, por outro lado, é de identificação de interesses – o caminho para alcançar o “sucesso” na carreira – e submissão, numa simulação de relação de liberdade, de parceria.

Esse “jogo” discursivo é a forma que o capital encontra, em sua fase de crise estrutural, de tentar manter o controle sobre o trabalho vivo, ao mesmo tempo que continua “investindo” na superexploração do trabalho, potencializada pelo sujeito autoempreendedor e pela competição encarniçada que tal processo gera na classe trabalhadora. As orientações ideológicas repassadas através das “regrinhas básicas” agitam a filiação de sentidos (PÊCHEUX, 2015) sobre a contradição material que determina esse processo, funcionando em uma tentativa de estabilização dos sentidos sobre as relações de força em jogo.

Como já vimos acima, o capital precisa que os sujeitos nas empresas, no mercado de trabalho, tenham uma relação de competição, na qual um pode e deve querer “brilhar mais” que o outro. A identificação dos empregados com esse discurso aumenta o engajamento e a produtividade. Entretanto, como o trabalho deve ser sempre subordinado ao capital, a administração deve ficar intacta. Assim, como em todas as relações com o capital, o trabalhador deve se curvar ao poder do chefe e “fazer o possível” (ser criativo, pensar em algo a mais) para que o chefe brilhe perante seus superiores e seus concorrentes. O que importa para o capital é eficiência, produção e respeito à hierarquia.

Entendemos que existe nessa SD (11) uma ambiguidade³⁷ de sentidos sobre a relação capital x trabalho nas empresas, na qual o lugar do chefe transita entre o autoritarismo e a liderança mais consensual (ANTUNES, 2015), pela ideologia. O discurso empresarial sobre o mundo do trabalho, assim, interpela a subjetividade a assumir responsabilidades e a se identificar com o discurso do consenso, produzindo um simulacro de liberdade.

Os sentidos de chefe produzidos pelo discurso empresarial transitam entre uma posição-sujeito autoritária e outra revestida de democrática. A nosso ver, as duas posições se complementam no funcionamento do controle sobre o trabalho, determinando quais sentidos podem e devem circular, fornecendo elementos que convergem para a estabilização dos sentidos nos diferentes cenários.

Na sequência, a empresa é comparada a uma obra em construção. Em uma obra, segundo o consultor, o tijolo de cima deve se adaptar ao de baixo, enquanto numa empresa, isso “nunca acontece”, pois é o de baixo que “deve se adaptar” a quem está em cima. Esse discurso produz sentidos de controle, de hierarquia. Entretanto, também são convocados sentidos de parceria, de colaboração, entre os que estão em baixo e os que estão em cima construindo juntos a empresa que, apesar de ter funções diferentes, precisa de todos para existir.

É interessante perceber, como nos disse Pêcheux (1990, p. 13), que “face a seu adversário mortal, a burguesia (...) aprendeu a tocar os pontos sensíveis... Hoje como nunca, o golpe continua certo”. Tão certo que chegamos a não ver as contradições e lutas de classes, e muitas vezes nem as concebemos como existentes. Trata-se do efeito de silenciamento das contradições, pois a ideologia dominante nos “faz” acreditar que a luta de classe é um *espectro*, ou seja, uma “fantasmagoria” que desapareceu com o decorrer do tempo. Com as consideradas “derrotas” da classe trabalhadora, esta é, hoje, discursivamente camuflada como se fosse uma “colaboradora” e/ou “associada” ao patrão e, assim, silenciam-se e se ocultam as práticas de exploração do trabalho (SILVA SOBRINHO, 2011, pp. 115-116).

O significante “adaptar”, típico de uma formação discursiva da biologia, de um discurso evolucionista, é atualizado pelo discurso empresarial, produzindo efeitos de sentidos que equiparam o mercado de trabalho ao processo de seleção natural. Assim, cria-se um efeito de evidência sobre a necessidade posta a todo trabalhador em se “adaptar” aos “desafios” próprios de um mercado de trabalho “dinâmico”, para não correr o risco de se tornar obsoleto e “ficar para trás”. Isto é, empresas e trabalhadores que não acompanharem as demandas postas pelo mercado, “naturalmente”, deverão ser excluídos dele.

³⁷ Nogueira (2017, p. 205) discute o conceito de “‘sintagmas estratégicos’, no sentido de que esses sintagmas funcionam para diferentes sentidos, ou diferentes posições-sujeito, sendo sujeitos a equívocos”.

Desse modo, essa “adaptação” exigida dos trabalhadores, ressoa como uma determinação natural, imposta tanto a eles quanto à empresa e que, sendo assim, “ambos” devem trabalhar juntos para seguirem “vivos”, silenciando qualquer determinação material. Temos, novamente, a atuação de uma discursividade de consenso – em que as ideias das classes dominantes são materializadas como as ideias dominantes (MARX, ENGELS, 2009) –, produzindo sentidos que remetem à prática de colaboração entre as classes, em um jogo metafórico que assemelha a empresa a um prédio, ou casa, evocando sentidos de solidez, de unidade, pois a empresa, assim como uma obra, precisa de cada “tijolo” fazendo sua parte no seu lugar para que ela seja sólida. Portanto, o trabalhador deve entender que é uma “parte” importante de uma obra que constrói com a empresa, na qual, supostamente, apenas desempenha um papel “diferente” daqueles que representam o capital, estando unidos, entretanto, por objetivos comuns.

Ressaltamos ainda que, mesmo quando o consultor apresenta o chefe como um sujeito também subordinado a alguém que ocupe um lugar mais alto na estrutura hierárquica da empresa, a relação de poder continua sendo representada como algo de âmbito individual. O chefe também “precisa brilhar”, ou se adaptar como “numa obra”, perante ao outro – “ao chefe dele” –, mas essa relação continua sendo direta, uma questão posta entre indivíduos, na qual são apagadas as estruturas de classes e de domínio do capital que mantêm tais relações.

A próxima sequência continua abordando o domínio do capital sobre o trabalho, em uma de suas materializações mais diretas que é a relação cotidiana entre chefe e empregado. A SD13 faz parte das orientações do consultor sobre como identificar o assédio moral, presentes no episódio *A de Assédio*.

SD13 – O assédio moral ocorre **quando um chefe abusa do poder do seu cargo** para humilhar um subordinado, de maneira constante e contínua. Essas duas palavrinhas são importantes. Constante e contínua. **O assédio moral não é uma única explosão de mau-humor por parte do chefe.** Não é algo que acontece de vez em quando.

A SD13 inicia com o consultor explicando para o telespectador/trabalhador que o assédio moral ocorre “quando um chefe abusa do poder do seu cargo” e humilha um “subordinado” de maneira “constante e contínua”. Podemos dar início a nosso gesto de interpretação questionando o efeito de pré-construído que diz, primeiro, que o chefe detém poder sobre os “subordinados”. Depois, que ele pode utilizar tal poder para repreendê-los e puni-los, com a ressalva de que a punição deve ter uma espécie de “medida certa”. Assim, cabe

ao chefe saber dosar o poder à sua disposição para que não venha a ultrapassar tal medida imaginária, pois isso, sim, configuraria um ato de assédio trabalhista.

Entretanto, há uma ressalva na materialidade que indica que o chefe até pode ultrapassar esse limite imaginário, desde que não seja de forma “constante e contínua”, desde que não haja regularidade. O assédio moral é vinculado no discurso, portanto, à frequência com que o chefe humilha os seus subordinados numa empresa. Uma “única explosão” por parte dele deve ser compreendida, pois está dentro daquele suposto limite de poder que é inerente ao cargo. Assim, podemos perceber pistas de como a violência necessária ao domínio de classe é naturalizada discursivamente, significada como normal. Ao estabelecer um limite, o discurso empresarial legitima os processos de violência a que é submetida a classe trabalhadora que, sendo o polo destituído de poder nas relações de produção, deve sempre estar pronta a resignar-se aos ditames do capital.

O discurso empresarial aparenta orientar os sujeitos a se protegerem do assédio moral no trabalho, mas na verdade lança sentidos que reforçam o direito de quem é chefe de humilhar, de repreender com violência. Ao articular os sentidos de assédio, de violência moral no trabalho, ao número de vezes em que o chefe gritou com o funcionário, há na verdade um encaminhamento dos sentidos sobre o que é o assédio para um terreno dúbio, pelo que nos parece, típico do funcionamento discursivo sobre os elementos ligados à chefia. Fica difícil para o trabalhador identificar quando a agressão verbal e moral é assédio e quando é “apenas” uma “única explosão de humor” por parte do chefe.

Desse modo, ocorre um deslizamento de sentidos num movimento que busca silenciar os elementos de saberes próprios ao cotidiano violento da luta de classes colocando em seu lugar questões de âmbito afetivo, subjetivista. O trabalhador deve ponderar sobre o estado de “humor” do chefe, pois ele, como qualquer pessoa, está sujeito a ter momentos de “mau-humor”.

Dessa forma, busca-se o silenciamento de discursos outros que venham a irromper e significar no sujeito que trabalha. Discursos que poderiam materializar sentidos de indignação frente à violência cotidiana, de resistência à degradação do trabalhador pelo capital, que se apropria da sua energia vital (MARX, 2015) e o transforma em mera mercadoria que pode e deve ser regulada, remodelada e mesmo ir para o lixo, de acordo com seus interesses.

O trabalhador deve pensar bem antes de tomar uma decisão contra o chefe agressor e contra a empresa. É dele a responsabilidade de decidir ou não se está sofrendo assédio. O discurso provoca efeitos de sentido de medo, dúvida, incerteza, no trabalhador, levando-o a pensar nas consequências que poderia sofrer, mesmo sendo vítima. Isso porque os efeitos de sentidos sobre o que é assédio moral e o que é apenas uma “explosão de mau humor” parecem deslizar, não ter uma “fronteira” muito definida, silenciando, na verdade, que seus elementos dominantes são os sentidos próprios da divisão social do trabalho e do domínio incontestado do capital.

Retomando os dizeres lançados na SD11, que apontam que “o chefe se torna culpado de um monte de coisas” apenas por ser chefe, produzindo sentidos negativos sobre o sujeito que questiona a estrutura hierárquica da empresa, percebemos uma regularização de sentidos, no discurso empresarial, que sinaliza que a “culpa” por conflitos ou falhas no espaço de trabalho sempre acaba por ser lançada sobre o trabalhador. Vejamos como os efeitos de sentidos produzidos pela próxima SD reforçam esse processo:

SD14 – Quem está sofrendo assédio moral, deve acumular provas, registrar datas e guardar receitas e atestados médicos. **A primeira denúncia deve ser feita à empresa, só depois deve ser procurado o caminho judicial. E esse é o melhor caminho, a prevenção agora para evitar a condenação depois.**

A SD14 funciona numa relação parafrástica com a SD13, ou seja, produzindo os mesmos efeitos de sentido sobre a violência no trabalho e demonstrando o caráter de repetibilidade desses sentidos no discurso empresarial. Levanta-se uma série de passos a serem tomados para que o trabalhador vítima de assédio consiga provas para começar a ser ouvido.

Ele deve acumular provas, datas, receitas e atestados médicos para poder, enfim, realizar a denúncia. Percebemos, pelo próprio intradiscurso, que são lançados efeitos de sentido de uma espécie de burocratização, de uma memória de que tais processos nunca se resolvem, devido à “morosidade” do Estado. Assim, além das inúmeras etapas a percorrer, o que já seria um fator “desmotivador”, ele deve carregar também o risco de tendo sofrido “apenas uma explosão de mau humor”, se expor frente à empresa e aos colegas.

Assim, são mobilizados, novamente, sentidos de incerteza, de insegurança sobre “o melhor caminho” que o sujeito deve tomar. O discurso de prevenção a acidentes no trabalho, também é convocado, para justificar o fato de o trabalhador ser chamado a apresentar a denúncia primeiro na empresa, para que a administração avalie e decida o que fazer, para “prevenir”

outras situações. Esse seria o “melhor caminho”. Complementando, o último segmento da SD13, ao pregar a “prevenção” antes da “condenação”, provoca um deslize sobre quem deve se “prevenir” para não ser “condenado”, produzindo, novamente, uma “ambiguidade” que parece contribuir para desestabilizar os sentidos sobre os direitos dos trabalhadores frente à violência no trabalho. Instaura-se a “dúvida”, será a empresa condenada na justiça por não punir os abusos ou o trabalhador que será condenado pela empresa com perseguições, mais abusos velados e até demissão? Entendemos que esse efeito de sentido é fundamental para o controle ideológico do capital sobre o trabalho. O discurso empresarial também funciona como um discurso do medo, expressando ideologicamente todo o poder que o capital detém sobre a vida do trabalhador, podendo “escolher” mantê-lo como empregado ou lançá-lo às fileiras do desemprego³⁸.

Se no plano da produção os mecanismos de contrapartida salarial (as novas formas de pagamento) contribuem para sedimentar as novas formas de consentimentos do trabalho, no plano sociometabólico a constituição do “precário mundo do trabalho e as implicações sociais e políticas que ele possa ter são, por outro lado, um elemento de emulação pelo medo à produção do capital”, contribuindo para controlar o comportamento operário e elevar a produtividade do trabalho. [...] Por “medo do desemprego” o trabalhador assalariado “consente” maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo (ALVES, 2011, p. 125).

No capitalismo, o assédio à classe que trabalha é “contínuo e constante”. É preciso que o discurso empresarial silencie essa realidade para que não sejam desestabilizados os sentidos de consenso requeridos pela “nova” gestão toyotista, perpetuando o sistema de dominação e superexploração. Assim, esse discurso simula uma identificação com a lei e os direitos trabalhistas, frutos de dezenas de anos de lutas e enfrentamentos, quando, de fato, busca interditar qualquer forma de resistência à brutal violência a que os sujeitos estão submetidos cotidianamente na superexploração de sua força de trabalho. Silencia, também, toda a sorte de violência perpetradas não em forma de gritos e humilhações públicas, mas de maneira velada, ao aumentar o ritmo de trabalho, exigir metas inalcançáveis, obrigar o trabalho em condições insalubres, culpar o trabalhador por acidentes que decorrem do risco a que ele é obrigado a sofrer, dentre tantas outras que se passam cotidianamente.

³⁸ Nessa fase do capital, caracterizada pelo *desemprego estrutural*, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que *constrange* ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica (ANTUNES, 2009, p. 130).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos, no presente estudo, o funcionamento do discurso empresarial e os efeitos de sentidos por ele produzidos sobre o mundo do trabalho e seus sujeitos antagônicos, buscando, assim, apreender o processo discursivo que visa (re)significar a subjetividade do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Estruturamos nossa investigação a partir de uma hipótese que nos encaminhava para a percepção de um atual processo de reconfiguração discursiva sobre os espaços de trabalho na sociabilidade capitalista. As discursividades oriundas de tal processo, retomam e atualizam sentidos vinculados a elementos de saber de formações ideológicas basilares do capital, produzindo efeitos de consenso e de colaboração e simulando a identidade de interesses na relação antagônica capital x trabalho.

Em nosso percurso teórico-metodológico, mobilizamos os estudos desenvolvidos pela Análise do Discurso de linha Pêcheuxiana (AD), isto é, seus dispositivos teórico e analítico, entendendo que, com essa perspectiva teórica, o sentido não existe por si mesmo e é determinado histórica e socialmente. Ou seja, está sempre sob os efeitos de determinação das posições ideológicas em jogo no processo de reprodução/transformação das relações de produção de uma dada sociedade.

Assim, no intuito de superar o efeito de evidência dos sentidos, produzido pela ideologia, e compreender seu caráter material, ou seja, a historicidade de sua construção (ORLANDI, 2012), articulamos as materialidades discursivas analisadas a suas condições de produção. Esse é o gesto analítico, próprio da AD, que nos permite identificar as contradições do movimento de reprodução/transformação das relações ideológicas de produção expressas na materialidade do discurso.

Desse modo, nosso percurso neste trabalho foi orientado por esse necessário movimento dialético de análise, partindo do fenomênico para o essencial dos efeitos de sentidos e do discurso. Inicialmente, investigamos as particularidades e determinações ontológicas da linguagem como um complexo que está presente desde os primeiros momentos do processo de trabalho, possibilitando a percepção do reflexo do real na consciência. A partir dessa primeira delimitação, pudemos discutir categorias centrais da AD como sujeito, ideologia, formação discursiva, dentre outras, buscando trabalhar o entendimento de que o sujeito não é dono do seu

dizer e que se caracteriza como um sujeito descentrado, desejante, afetado e constituído por conflitos originários do fazer histórico dos homens e do funcionamento do inconsciente (SILVA SOBRINHO, 2007).

Postos esses elementos fundamentais, pudemos passar à investigação da dinâmica do real da história e das relações sociais constitutivas das formações sociais capitalistas para apreendermos as condições de produção próprias do discurso empresarial contemporâneo.

Vimos que a particularidade do capitalismo, frente aos demais modos de produção que lhe antecederam, é que, apenas nas sociedades sob a regência do capital, a apropriação privada do excedente produzido pelos trabalhadores se dá através da mais-valia. Essa relação de exploração implica que o sujeito que produz terá uma parcela da riqueza gerada pelo seu trabalho apropriada pelo capitalista, pois essa é a fonte do seu lucro (MARX, 2010). O outro elemento fundamental desse processo é que os sujeitos envolvidos nessa relação, sendo formalmente livres, têm a possibilidade de “escolha” (NETTO e BRAZ 2012). O capitalista pode ou não comprar força de trabalho e o trabalhador supostamente decide se quer ou não vender e a quem o fará.

É dessa relação de desigualdade e de exploração que o capital tira seu poder sobre as classes produtoras. Com isso posto, tivemos as bases para pensarmos a constituição do discurso empresarial sobre o mundo do trabalho contemporâneo e suas filiações históricas de sentidos.

A necessidade de explorar em níveis cada vez maiores a classe produtora pôs ao capital a exigência de uma racionalização cada vez mais “efetiva” sobre os trabalhadores no espaço da produção. Assim, enquanto os modelos baseados nas ideias de Taylor e Ford visavam um controle muito mais corpóreo dos trabalhadores, controlando minuciosamente seus movimentos, o modelo Toyota de produção representa, além de um avanço estritamente material, também uma ofensiva ideológica sobre a subjetividade do trabalho (ANTUNES, 2009).

A crise de regulação e controle (MÉSZÁROS, 2011) pela qual passa a sociabilidade capitalista em sua fase atual, de forma mais intensa desde a década de 1970, demandou uma “nova” subjetividade do trabalho que se adequasse ao mundo cada vez mais caótico, com condições e relações de trabalho progressivamente precarizadas. Entretanto, para que essa “transformação” ocorresse, se fez necessário novas práticas discursivas sobre o que é o espaço

da produção em si e, principalmente, sobre o imaginário de quem são os sujeitos que compõem esse espaço.

Essas práticas se efetuam como discursividades que simulam “consenso”, “colaboração” entre as classes, que significam o sujeito do trabalho enquanto um sujeito “empreendedor” e “autodeterminado”, gestor da própria carreira. Assim, produzem efeitos de sentidos de equidade, de liberdade de escolha e de ação, em um processo de interpelação no qual o trabalhador deve se identificar com a posição-sujeito do capital, representado, na empresa, pelo lugar de chefe.

Dessa forma, o discurso empresarial visa interditar qualquer tipo de resistência no ambiente produtivo, ao mesmo tempo em que serve de legitimação para uma brutal intensificação da superexploração da subjetividade do trabalho pelo capital. É preciso que seja silenciada qualquer memória vinculada às lutas trabalhistas coletivas para que não venham à tona discursividades e sentidos de combatividade e resistência que são próprios das contradições materiais do modo de produção vigente.

Assim, percebemos que, para atender a suas demandas sempre crescentes de lucro, o capital pós-reestruturação produtiva necessita instaurar uma nova discursividade sobre a organização de seu sistema sociometabólico. Busca-se, portanto, dar legitimidade e consenso a um processo que silencia a intensificação da exploração e da precarização do trabalho no atual estágio da sociabilidade capitalista. O sujeito, representado como responsável e gestor de sua própria carreira, em um efeito ilusório que o significa como mercadoria e empreendedor de si próprio ao mesmo tempo, é convocado a se colocar como um competidor dentre os seus próprios companheiros de trabalho, os quais passam a representar ameaças para a sua posição na empresa.

Constrói-se, então, uma estratégia discursiva que, ilusoriamente, coloca o trabalhador (enquanto indivíduo) mais próximo do patrão do que dos seus pares de classe. Assim, supostamente, se esse seguir o receituário dado pela própria empresa, terá a possibilidade de conseguir “a simpatia do chefe”, enquanto de seus colegas, por outro lado, terá apenas a perspectiva de se tornar alvo de inveja, tendo seu lugar constantemente ameaçado pela competição intensa.

Portanto, tendo como pressuposto que os sentidos não são colados e estanques, ou seja, são determinados pela situação social mais imediata que, por sua vez, resulta do meio social mais amplo (CAVALCANTE, 1999), identificamos, nos dizeres analisados, a predominância de uma discursividade que busca constituir sujeitos identificados com as novas demandas do capital. Desse modo, os espaços de produção enxutos requerem trabalhadores engajados em produzir e alcançar os resultados impostos, mas que, no entanto, encarem essas exigências como demandas pessoais e individuais, ou seja, como metas e objetivos particulares que favorecerão a sua carreira e permitirão que superem os demais na luta pela ascensão no espaço de trabalho.

Para tal, o discurso empresarial convoca os sujeitos a se identificarem enquanto “bons” funcionários, em um funcionamento discursivo que constrói perfis imaginários de trabalhadores visando limitar e controlar as modalidades de subjetivação (BECK, 2010) nos espaços de trabalho. Assim, são produzidos sentidos de que há espaço para todos, desde que haja “coragem” para que se adequem ao mercado, passando por esse processo a interdição de práticas reivindicatórias, ou de qualquer demonstração de insatisfação no trabalho.

São produzidos, ainda, sentidos que aprofundam o estranhamento no trabalho, bem como os limites entre os sujeitos e a fetichização da mercadoria, afastando/interditando dizeres vinculados a formações ideológicas do trabalho e seus sentidos de classe e consciência de classe, por exemplo. Em seu lugar, instaura-se uma discursividade que põe os sujeitos apenas como competidores, rivais que disputam espaço dentro das empresas, com as quais devem compartilhar seus projetos de vida. Ao invés de projetos de classe, agora tem-se planos individuais, ações que “apareçam” como mudança para o dominado, ao mesmo tempo em que não ameacem o lugar do dominante (MAGALHÃES, 2013).

Desse modo, cada trabalhador deve pensar em como organizar a própria carreira, buscando sempre ser o “melhor”, estabelecendo estratégias de marketing pessoal, elaborando planos, em conjunto com o chefe, que o façam merecer um aumento de salário, uma promoção, ou outra recompensa qualquer, se destacando dos demais colegas. Assim, deve fazer valer a sua “liberdade” e sua capacidade de ter “iniciativa”. Para o sujeito “autodeterminado”, conseguir ou não seus objetivos será uma questão de “gestão” da própria carreira, em um movimento que silencia determinações materiais como a falta de espaço para todos no mercado de trabalho. Como nos diz Magalhães,

Exalta-se o sujeito livre e decidido, completo, capaz de realizar o que quiser. Oferece-se ao sujeito a possibilidade de conquistar tudo e, em contrapartida, aqueles que não

conseguem (a maioria) são culpabilizados, sob a alegação de que são incapazes de ser empreendedores (MAGALHÃES, 2013, p. 205).

Ressaltemos, ainda, que a despeito dos discursos de equidade e de horizontalidade na administração, as relações de poder continuam preservadas pelo discurso empresarial. Assim, vimos como os sentidos sobre a autoridade do chefe são postos como absolutos, pois essa não deve nunca ser questionada, ou sequer criticada. A partir da figura do chefe, deslizam-se os sentidos de conflito entre classes para uma questão entre indivíduos, acionando-se a memória de um discurso psicologista (NOGUEIRA, 2017), de modo que questões salariais, de abuso de poder, etc., são tidas como impasses pontuais, silenciando-se a estrutura de dominação de classes que determina tais conflitos. Assim, nos espaços de trabalho só devem existir as relações individualizadas e mediadas pelo mercado.

Por fim, as sequências discursivas analisadas, a nosso ver, materializam um discurso que, de forma “didática”, determina o que pode e o que deve ser o trabalhador contemporâneo. *Emprego de A a Z*, desse modo, funciona como meio de divulgação de dizeres ideologicamente marcados por valores e interesses das classes dominantes, que necessitam inculcar, constantemente nos trabalhadores, a naturalização de sua condição de mão de obra para o mercado. Sua suposta “linguagem concisa e divertida” funciona como mais uma estratégia discursiva para mobilizar efeitos de sentidos que “amenizem” o peso da exploração diária, em um processo que busca silenciar as condições de superexploração brutais a que são submetidos os trabalhadores cotidianamente.

Nesse sentido, o discurso empresarial traça o perfil de um “novo” modelo de trabalhador, adequado às atuais demandas da produção do mercado, produzindo sentidos que exaltam a autodeterminação do indivíduo, articulando-a à necessidade de maior envolvimento da subjetividade com os interesses da produção e com o ideário das empresas. Assim, através da atuação conjunta entre as novas técnicas de administração do trabalho vivo e o discurso de horizontalidade nas relações entre empregados (em seus diversos níveis) e patrões, o capital busca silenciar as contradições inerentes a seu funcionamento e sobrevivência, enquanto modo de produção, e perpetuar a estrutura de exploração e domínio sobre a classe trabalhadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2016.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense (3ª ed.), 1991.

ANDRADE, Mariana Alves de. **Lukács**: reprodução social e valor. Tese. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ANTUNES, Caio [et al.]. **O tripé vilipendiador do trabalho**: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização. In: O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho. NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BECK, Maurício. **Aurora Mexicana**: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista. Tese. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (Org.). **Linguagem, discurso, ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: EDUFAL, 2017.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

CHASIN, José. **Método dialético**. Mimeo, UFAL, s/d.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. **Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social**. In: Revista Urutágua, nº 9. Maringá: DCS/UEM.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama [et al.]. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

GEHRINGER, Max. **Emprego de A a Z**. São Paulo: Globo, 2008.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)**. In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Campinas: Unicamp, 2014.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: Memória e história na/da Análise do Discurso. INDURSKY, Freda; MITTMAN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 2011.

LESSA, Sérgio. **Modo de produção e revolução: Lukács e Mészáros**. In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 2009.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **O trabalho**. Trad. Ivo Tonet, Mimeo, Maceió: 1997.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira. **O acontecimento discursivo que enaltece o individualismo como arma do cidadão**. In: O acontecimento do discurso no Brasil. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MAGALHÃES, Belmira. **O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário**. In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 73-90, 2003.

MAGALHÃES, Belmira. **Sujeito no e do discurso: pensando a resistência**. In: Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise. PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). Santa Maria: UFSM, 2013.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. **Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente**. In: Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos**. Niterói, Revista Gragoatá, n. 34, p. 95-111, 1. sem. 2013.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Campinas: Revan, 1998.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Kátia Maria Silva de. **Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho na contemporaneidade**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

PANIAGO, Cristina. **O controle do capital**: uma impossibilidade objetiva. In: Serviço social e sociedade; n. 64. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **A análise de discurso**: três épocas (1983). In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automático do discurso**: atualização e perspectivas (1975). In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Campinas: Unicamp, 2014.

PIMENTEL, Mercia Sylvianne Rodrigues. **Política e mídia em discurso**: análise de manchetes do jornal da Assembleia Legislativa de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RAMIRES, Lídia. **“Eles conseguiram”**: os sentidos de “sucesso” no jornalismo de televisão. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

RANIERI, Jesus. **Alienação e estranhamento**: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. Palestra proferida na III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI. Havana, maio, 2006.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **A expropriação do trabalho e o desafio operário**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Análise do discurso**: um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: Linguagem e representação discursiva II: outros sentidos. SILVA, Leilane Ramos da; FREITAG, Raquel Meister Ko (Orgs.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Análise do discurso e a insuportável luta de classes na teoria e na prática**. In: A análise do discurso e suas interfaces. TFOUNI, Leda Verdiani; MONTE-SENAT, Dionéia; CHIAVETTI, Paula (Orgs.). São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Sujeito do discurso, ideologia e luta de classes: um espectro ronda a AD e não cessa de produzir efeitos**. In: Memória e história na/da Análise do Discurso. INDURSKY, Freda; MITTMAN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 2011.

SOUZA, Mariana Jantsch de. **Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014**. In: Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 57, n. 2, p. 922-953, mai./ago. 2018.

TONET, Ivo. **O método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. In: Verinotio – revista on-line de educação e ciências humanas, n. 12, ano VI, 2010.